



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



MIGRAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

JUNHO 2023





COORDENAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE)

Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)

Bérangère Boëll, Representante

Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

FICHA TÉCNICA

COMITÉ TÉCNICO INTER-INSTITUCIONAL

Instituto Nacional de Estatística

Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)

Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais

Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE

Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)

Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)

Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)

Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

PROCESSAMENTO DE DADOS

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação

Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Mangué; Francisco Macaringue; Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (ICON Institute)

Coordenação

Marco Gozio (Coordenador Geral)

Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

Autores

Mussagy Ibraimo, Raquel Viana, Elmer Matos, Ramos

Muanamoha

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)

Karlina Salu, Oficial de Comunicação (UNFPA)

MAQUETIZAÇÃO

Habesha Media, México.

ACRÓNIMOS

INE	Instituto Nacional de Estatística
INACE	Instituto Nacional de Apoio às Comunidades Moçambicanas no Exterior
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UN	Nações unidas
TLM	Taxa Líquida de Migração
IEM	Índice de Eficácia Migratória
MAEFP	Ministério de Administração Estatal e Função Pública
NI	Niassa
CD	Cabo Delgado
NP	Nampula
ZB	Zambézia
TT	Tete
MN	Manica
SF	Sofala
IB	Inhambane
GZ	Gaza
MP	Maputo
MC	Cidade de Maputo

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

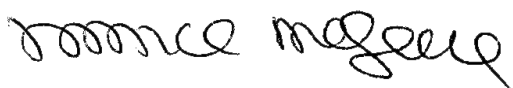
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de eferência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magaua

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

ÍNDICE

Acrónimos	ii
PREFÁCIO.....	iii
LISTA DE QUADROS	v
LISTA DE GRÁFICOS.....	vii
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	1
1.1 MIGRAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	1
1.1.1. Migração Interna	1
1.1.1.1. Migração inter-provincial acumulada em 2007 e 2017 - Volumes e taxas líquidas de migração	1
1.1.1.2. Migração inter-provincial de datas fixas: 2006-2007, 2002-2007, 2016-2017 e 2012-2017.....	2
1.1.2. Imigração Internacional.....	4
1.2. URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	5
1.2.1. A situação dos centros urbanos do país	5
1.2.2. A situação das cidades do país.....	7
1.3. IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS	8
1.3.1. Migração	8
1.3.2. Urbanização	9
1.4. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA OS PRÓXIMOS CENSOS.....	9
2. INTRODUÇÃO	11
3. DISPONIBILIDADE DE DADOS	13
4. METODOLOGIA	14
4.1. MIGRAÇÃO	14
4.2. URBANIZAÇÃO	15
5. RESULTADOS	17
5.1. MIGRAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	17
5.1.1. Migração interna	17
5.1.1.1. Migração inter-provincial acumulada em 2007 e 2017	17
5.1.1.2. Migração inter-provincial de datas fixas: 2006-2007, 2002-2007, -2017 e 2012-2017.....	22
5.1.1.3. Perfil socio-demográfico dos migrantes inter-provinciais	37
5.1.2. Migração internacional	52
5.1.2.1. Volumes e taxas de imigração internacional dos quinquénios anteriores aos Censos Demográficos de 1997 a 2017	52
5.1.2.2. Imigração internacional de retorno dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017	55
5.1.2.3. Perfil socio-demográfico dos imigrantes internacionais	56
5.2. URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE	65
5.2.1. Evolução da população urbana.....	65
5.2.2. Os conteúdos da urbanização moçambicana	78
5.2.3. A situação das cidades moçambicanas.....	93
5.2.4. Urbano e cidade em Moçambique	109
6. IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS	117
6.1. MIGRAÇÃO	117
6.2. URBANIZAÇÃO	117
7. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA OS PRÓXIMOS CENSOS.....	121
REFERÊNCIAS	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matriz de origem e destino de migrantes inter-provinciais acumulados em 2007, Moçambique 2007	19
Quadro 2: Matriz de origem e destino de migrantes inter-provinciais acumulados em 2017, Moçambique 2017	20
Quadro 3: Migrantes inter-provinciais acumulados, saldos migratórios e taxas líquidas de migração, Moçambique 2007, 2017	21
Quadro 4: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 1 ano, período 2006-2007, Moçambique 2007.....	25
Quadro 5: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 5 anos, quinquénio 2002-2007, Moçambique 2007.....	26
Quadro 6: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 1 ano, período 2016-2017, Moçambique 2017.....	27
Quadro 7: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 5 anos, quinquénio 2012-2017, Moçambique 2017.....	28
Quadro 8: Migrantes inter-provinciais dos períodos 2006-2007 e 2002-2007, saldos migratórios e taxas líquidas de migração, Moçambique 2007.....	31
Quadro 9: Migrantes inter-provinciais dos períodos 2016-2017 e 2012-2017, saldos migratórios e taxas líquidas de migração, Moçambique 2017.....	33
Quadro 10: Imigrantes internos de retorno dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017 – Moçambique 2007, 2017.....	36
Quadro 11: Índice de Eficácia Migratória por província, Moçambique 2007-2017.....	37
Quadro 12: Distribuição de imigrantes inter-provinciais dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017 por sexo, Moçambique 2007-2017.....	38
Quadro 13: Distribuição de emigrantes inter-provinciais dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017 por sexo, Moçambique 2007-2017.....	39
Quadro 14: Distribuição de imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2002-2007 por idade - Moçambique 2007	39
Quadro 15: Distribuição de imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017 por idade - Moçambique 2017	40
Quadro 16: Distribuição de emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2002-2007 por idade- Moçambique 2007	40
Quadro 17: Distribuição dos emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017 por idade, Moçambique 2017.....	41
Quadro 18: Distribuição percentual de homens imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017.....	44
Quadro 19: Distribuição percentual de mulheres imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017.....	44
Quadro 20: Distribuição percentual de homens emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017.....	45
Quadro 21: Distribuição percentual de mulheres emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017.....	45
Quadro 22: Distribuição percentual de homens imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017.....	46
Quadro 23: Distribuição percentual de mulheres imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017.....	47
Quadro 24: Distribuição percentual de homens emigrantes interprovinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017.....	48
Quadro 25: Distribuição percentual de mulheres emigrantes interprovinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017.....	48
Quadro 26: DDistribuição percentual de imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por província, segundo ocupação principal e sexo, Moçambique 2017	50
Quadro 27: Distribuição percentual de emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por província, segundo ocupação principal e sexo, Moçambique 2017	51

Quadro 28: Distribuição percentual de imigrantes internacionais dos quinquênios, segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017	52
Quadro 29: Variação do volume da imigração internacional entre os quinquênios anteriores aos Censos de 1997 a 2017	53
Quadro 30: Taxas de imigração internacional dos quinquênios anteriores aos Censos de 1997 a 2017, Moçambique 1997-2017	54
Quadro 31: Peso de imigrantes internacionais de retorno na imigração dos quinquênios 2002-2007 e 2012-2017, por província, Moçambique 2007 e 2017	56
Quadro 32: Distribuição percentual de imigrantes internacionais, segundo o país de residência 5 anos antes dos Censos de 1997, 2007 e 2017, Moçambique 1997-2017	57
Quadro 33: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 1992-1997, por província e segundo nacionalidade, Moçambique 1997.....	58
Quadro 34: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2002-2007, por província e segundo nacionalidade, Moçambique 2007.....	59
Quadro 35: Percentagem dos imigrantes internacionais dos quinquênios 1992-1997, 2002-2007 e 2012-2017 por sexo e segundo província, Moçambique 1997-2017	60
Quadro 36: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 1992-1997 por província e segundo idade, Moçambique 1997.....	60
Quadro 37: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2002-2007 por província e segundo idade, Moçambique 2007.....	61
Quadro 38: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017 por província e segundo idade, Moçambique 2017.....	61
Quadro 39: Estado civil dos imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017, Moçambique 2017	63
Quadro 40: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017, por província e segundo nível de escolaridade, Moçambique 2017.....	64
Quadro 41: Ocupações dos imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017, Moçambique 2017	64
Quadro 42: Evolução da percentagem do peso da população urbana por província Moçambique, 1980-2017.....	67
Quadro 43: Evolução do ranking da população urbana por província , Moçambique, 1997-2017.....	70
Quadro 44: Evolução da taxa de crescimento exponencial da população urbana Moçambique, 1997-2017	70
Quadro 45: Evolução da taxa de crescimento exponencial da população para as vilas e cidades, por província, Moçambique, 1997-2017.....	72
Quadro 46: Evolução do tamanho e número de centros urbanos, por ptovíncia, , Moçambique, 1997 e 2017	75
Quadro 47: Evolução da razão de sexo nos espaços urbanos por província Moçambique, 1997 – 2017	77
Quadro 48: Distribuição percentual das principais actividades económicas desenvolvidas nos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017.....	79
Quadro 49: Distribuição percentual dos agregados familiares com espaços de cultivo, por província, Moçambique, 2017	80
Quadro 50: Distribuição percentual dos principais tipos de habitações dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017	82
Quadro 51: Distribuição percentual das principais fontes de abastecimento de água dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2007.....	84
Quadro 52: Distribuição percentual das principais fontes de abastecimento de água dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017.....	85
Quadro 53: Distribuição percentual dos principais tipos de saneamento dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2007	86
Quadro 54: Distribuição percentual dos principais tipos de saneamento dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017.....	87
Quadro 55: Distribuição percentual das principais fontes de iluminação das habitações nos espaços urbanos, por província, Moçambique 2007.....	89

Quadro 56: Distribuição percentual das principais fontes de iluminação das habitações nos espaços urbanos, por províncias, Moçambique 2017.....	90
Quadro 57: Distribuição percentual das principais formas de tratamento de resíduos sólidos nos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017	92
Quadro 58: Classificação das cidades moçambicanas	93
Quadro 59: Evolução do ranking da população das cidades, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	95
Quadro 60: Evolução do aumento absoluto da população nas cidades, Moçambique 1997, 2007, 2017.	96
Quadro 61: Evolução da taxa de crescimento exponencial nas cidades, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	97
Quadro 62: Evolução da participação percentual do tamanho da população nas cidades, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	98
Quadro 63: Evolução da densidade demográfica nas cidades (hab/km ²), Moçambique 1997, 2007, 2017.....	100
Quadro 64: Distribuição percentual do tipo de habitação nas cidades, Moçambique 2017.....	101
Quadro 65: Distribuição percentual das principais fontes de abastecimento de água nas cidades, Moçambique 2017.....	102
Quadro 66: Distribuição percentual dos principais tipos de saneamento nas cidades, Moçambique 2017.	103
Quadro 67: Distribuição percentual das principal fonte de iluminação das habitações nas cidades, Moçambique 2017.	104
Quadro 68: Distribuição percentual das principais formas de recolha de resíduos sólidos nas cidades, Moçambique 2017.	106
Quadro 69: Distribuição percentual das principais actividades económicas do chefe do agregado familiar nas cidades, Moçambique 2017.....	107
Quadro 70: Distribuição percentual das principais actividades económicas do chefe do agregado familiar nas cidades, Moçambique 2017.....	108
Quadro 72: Grau de rbanização e taxa de crescimento na África Oriental, 2016	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Peso das províncias no volume dos migrantes acumulados, Moçambique 2007, 2017.	17
Gráfico 2: Taxa líquida de migração acumulada por província, Moçambique 2007, 2017	22
Gráfico 3: O peso das províncias no volume dos migrantes dos períodos 2006-2007 e 2002-2007, Moçambique 2007.....	23
Gráfico 4: O peso das províncias no volume dos migrantes dos períodos 2016-2017 e 2012-2017, Moçambique 2017.....	30
Gráfico 5: Taxa líquida de migração dos períodos 2006-2007, 2002-2007, 2016-2017 e 2012-2017 por província, Moçambique 2007 e 2017	35
Gráfico 6: Padrão etário dos imigrantes do quinquénio 2002-2007 por província, Moçambique 2007.....	41
Gráfico 7: Padrão etário dos imigrantes do quinquénio 2012-2017 por província, Moçambique 2007.....	42
Gráfico 8: Padrão etário dos emigrantes do quinquénio 2002-2007 por província, Moçambique 2007.....	42
Gráfico 9: Padrão etário dos emigrantes do quinquénio 2012-2017 por província, Moçambique 2007.....	42
Gráfico 10: Padrão etário dos imigrantes internacionais do quinquénio 1992-1997 por província, Moçambique 1997.....	62
Gráfico 11: Padrão etário dos imigrantes internacionais do quinquénio 2002-2007 por província, Moçambique 2007.....	62
Gráfico 12: Padrão etário dos imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017 por província, Moçambique 2017.....	63
Gráfico 13: Evolução da percentagem da população urbana, Moçambique 1980-2017	65
Gráfico 14: Evolução da população urbana, Moçambique 1970 – 2017	66
Gráfico 16: Relação entre crescimento absoluto da população e a taxa de crescimento urbano, Moçambique 1970-2017	66
Gráfico 17: Evolução da população urbana por província , Moçambique, 1997-2017	68
Gráfico 18: Variação absoluta da população urbana nos períodos intercensitários, Moçambique 1997-2017.....	69
Gráfico 19: Evolução da curva de Lorenz para a distribuição da população pelos centros urbanos, Moçambique, 1997-2017	74



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1 MIGRAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

1.1.1. MIGRAÇÃO INTERNA

1.1.1.1. MIGRAÇÃO INTER-PROVINCIAL ACUMULADA EM 2007 E 2017 - VOLUMES E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO

Em 2007, foi registado um volume total de 1.542.855 migrantes inter-provinciais acumulados. As províncias de Maputo, Cidade de Maputo, Sofala e Manica destacaram-se como sendo as de maior imigração, ao perfazerem 29,3%, 22,2%, 11,1% e 10%, respectivamente, do volume total de imigrantes. Entretanto, os maiores volumes de emigrantes inter-provinciais acumulados foram observados nas províncias de Inhambane com 17,6%; Gaza, 16,3%; Cidade de Maputo, 15,7%; e Zambézia, com 13,7%. Em 2017, o volume dos migrantes inter-provinciais acumulados aumentou para 1.578.241 indivíduos, um incremento de apenas 2,3% em relação ao volume de 2007. Três províncias continuaram a destacar-se na concentração de volumes de imigrantes acumulados, na seguinte sequência: Maputo, com 30,3%; Cidade de Maputo, 18,9%; e Sofala, com 12%. À excepção de Cidade de Maputo, as províncias com maiores volumes de emigrantes acumulados, em 2017, foram praticamente as mesmas observadas em 2007, ou seja: Inhambane, com um volume de 18,5%; Zambézia, 18,3%; Gaza, 15,1%; e Sofala, com 10,9%.

As províncias de Inhambane, Gaza e Zambézia apresentaram os pesos mais elevados nos volumes de emigrantes inter-provinciais acumulados, tanto em 2007, como em 2017. Em 2007, em conjunto, as três províncias representaram cerca de 48% do volume total de emigração interna acumulada, assim distribuída: 17,6%, em Inhambane; 16,3%, em Gaza; e 13,7% na Zambézia. Em 2017, as três províncias atingiram 52%, tendo Inhambane alcançado 18,5%; Zambézia 18,3%; e Gaza, 15,1%.

Quanto aos fluxos migratórios, em 2007, é de destacar a elevada imigração acumulada na província de Maputo proveniente, maioritariamente, de Cidade de Maputo (37,2%), Inhambane (26,8%) e Gaza (25%) e em Cidade de Maputo originária, principalmente, de Gaza (34,1%), Inhambane

(29,1%) e Maputo (15,6%). De igual modo, em 2017, a imigração acumulada, nestas duas províncias, continuou sendo a mais elevada. Na província de Maputo, continuaram dominantes as mesmas origens migratórias do período anterior – Inhambane (34,7%), Gaza (28,4%) e Cidade de Maputo (15,3%). Em Cidade de Maputo, continuaram dominantes os imigrantes acumulados provenientes de Gaza (28,9%), Inhambane (26,1%) e Maputo (17,8%).

Em 2007, seis províncias tiveram saldos negativos de migração interna acumulada, sendo elas, de norte ao sul: Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza. As maiores perdas, superiores a 100 mil habitantes, tiveram lugar em Inhambane (mais de 200 mil habitantes), Gaza (mais de 180 mil) e Zambézia (mais de 140 mil). No Censo Demográfico de 2017, os saldos migratórios continuaram negativos nas mesmas províncias, à excepção de Cabo Delgado. Quando comparado com o censo anterior, o censo de 2017 revela que o volume de perda de população, devido à emigração acumulada, disparou na província da Zambézia para mais de 200 mil habitantes perdidos. Em Inhambane, o volume de perda também subiu de forma significativa para mais de 240 mil habitantes perdidos. Gaza manteve o seu volume de perda em mais de 180 mil habitantes.

Em 2007, apenas cinco províncias, que são Niassa, Manica, Sofala, Maputo e Cidade de Maputo, tiveram taxas líquidas positivas de migração acumulada. A maior taxa positiva foi de 30,4% e registou-se na província de Maputo.

.....

EM 2007 FOI REGISTADO UM VOLUME TOTAL DE 1.542.855 MIGRANTES INTERPROVINCIAIS ACUMULADOS

As outras províncias tiveram taxas líquidas negativas de migração acumulada, em 2007, salientando-se as províncias de Inhambane e Gaza, cujas taxas foram de -16,1% e -15,3%, respectivamente. Em 2017, manteve-se o cenário do censo anterior caracterizado pelas taxas positivas de migração líquida acumulada nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo, Manica, Sofala e Niassa. Em relação a 2007, a província de Cabo Delgado passou a ter, também, uma taxa positiva. As restantes províncias continuaram com taxas negativas em 2017. O que chama mais à atenção, em relação às taxas líquidas de migração, em 2017, é a redução significativa da taxa positiva da província de Maputo de 30,4%, em 2007, para 18,2%, em 2017, e a subida drástica da taxa positiva de Cidade de Maputo de 9,2%, em 2007, para 20%, em 2017.

1.1.1.2. MIGRAÇÃO INTER-PROVINCIAL DE DATAS FIXAS: 2006-2007, 2002-2007, 2016-2017 E 2012-2017

a) Volumes e taxas líquidas de migração

Na data fixa de 1 ano anterior ao censo de 2007, período 2006-2007, foi registado um volume total de 216.666 migrantes inter-provinciais e no quinquénio 2002-2007 houve um volume total de 415.232 migrantes do período. Nas duas datas fixas, as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Zambézia foram as que lideraram os volumes da imigração inter-provincial, ao perfazerem conjuntamente um pouco mais de 50% da imigração total de cada um dos períodos. Note-se que as províncias que se destacaram na liderança dos volumes de emigração inter-provincial, nas duas datas fixas, foram Cidade de Maputo, Zambézia, Inhambane e Sofala. Estas quatro províncias totalizaram juntas cerca de 60% da emigração total de cada um dos períodos.

AS PROVÍNCIAS DE MAPUTO, CIDADE DE MAPUTO E ZAMBÉZIA FORAM AS QUE LIDERARAM OS VOLUMES DA IMIGRAÇÃO INTERPROVINCIAL

Note-se, igualmente, que as províncias de Cidade de Maputo e Zambézia se destacaram nas duas datas fixas, pelos elevados volumes de imigração, como de emigração. Deve salientar-se que, nas duas datas fixas, as províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado foram províncias de imigração, isto é, os volumes de imigrantes superaram os de emigrantes; e as províncias de Cidade de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia apresentaram-se como províncias de emigração por os volumes de emigrantes terem superado os de imigrantes. As províncias de Nampula e Niassa são as únicas que, nas duas datas, mostraram tendências diferentes: no período de 2006-2007, Nampula foi província de imigração, e Niassa de emigração. Mas no quinquénio 2002-2007, Nampula foi província de emigração e Niassa de imigração.

No ano anterior ao censo de 2017, período 2016-2017, foi registado um volume total de 49.349 migrantes, cerca de quatro vezes menor do que o observado no período 2006-2007, reflectindo uma redução considerável dos fluxos migratórios inter-provinciais no censo de 2017. A migração do quinquénio 2012-2017, portanto, da data fixa de 5 anos anteriores ao Censo Demográfico de 2017, envolveu um total de 362.477 migrantes, volume relativamente menor, em cerca de 13%, do que o observado no quinquénio 2002-2007. Nas duas datas fixas, as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Sofala lideraram os volumes de imigração inter-provincial e, em conjunto, perfizeram cerca de 60% da imigração total de cada um dos períodos. Nas mesmas datas fixas, Zambézia, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo destacaram-se na liderança dos volumes de emigração inter-provincial, nas duas datas fixas, ao totalizarem, as quatro juntas, um pouco mais de 55% da emigração total de cada um dos dois períodos. Note-se, também, que as províncias de Maputo e Cidade de Maputo se destacaram, nas duas datas fixas, pelos elevados volumes tanto de imigração, como de emigração, enquanto as províncias de Maputo, Cidade de Maputo, Sofala, Manica e Cabo Delgado foram de imigração, isto é, os volumes de imigrantes superaram os de emigrantes, diferentemente das províncias da Zambézia, Inhambane, Gaza e Nampula que foram províncias de emigração, pois, os volumes de emigrantes superaram os de imigrantes. Tete e Niassa foram as únicas províncias que, nas duas datas fixas, mostraram tendências diferentes: no período de 2016-2017, as duas foram províncias de emigração e, no quinquénio 2012-2017, passaram a ser províncias de imigração.

Nos períodos 2006-2007 e 2002-2007, apenas três províncias, nomeadamente Maputo, Manica e Cabo Delgado obtiveram taxas líquidas positivas, tendo Maputo alcançado taxas líquidas de migração de 3,7% e 8,4% nos períodos

2006-2007 e 2002-2007, respectivamente, seguida pelas províncias de Manica, com 0,3% e 1%, e Cabo Delgado, com 0,2% e 0,3%. Outras províncias tiveram taxas negativas ou nulas, como foi o caso de Cidade de Maputo, cujas taxas líquidas negativas foram de -3,6% e 5,8%, em 2006-2007 e 2002-2007 respectivamente, seguida pelas províncias de Inhambane, com -0,2% e -1%, e Gaza, com -0,2% e -0,9%. Nos períodos 2016-2017 e 2012-2017, houve cinco províncias que tiveram taxas positivas, mas muito mais reduzidas do que as observadas no censo de 2007. O destaque coube, novamente, à província de Maputo, que obteve taxas líquidas de migração de 0,5% e 4% nos períodos 2016-2017 e 2012-2017, respectivamente, seguida por Cidade de Maputo, com 0,2% e 1,3%, e Manica, com 0,1% e 0,8%. Taxas negativas ou nulas foram registadas nas províncias de Inhambane, com -0,3% e -2,8% em 2016-2017 e 2012-2017, respectivamente, Gaza, com -0,2% e -1,4%, Zambézia, com -0,1% e -1%, e Nampula, com 0% e -0,2%.

No que respeita à migração interna de retorno, no quinquénio 2002-2007 registou-se um volume total de 107.797 imigrantes de retorno, correspondendo a 26% do total de imigrantes internos do quinquénio. A maior imigração de retorno observou-se nas províncias de Inhambane, com 60,2% de imigração do quinquénio de retorno e Zambézia, com 59,4%. No quinquénio 2012-2017 foram registados 25.681 imigrantes de retorno, equivalendo a apenas 7,1% do volume total da imigração do quinquénio. Portanto, do primeiro ao segundo quinquénio houve uma redução de cerca de 75% do volume de imigração de retorno, reflexo da redução geral dos volumes de migração ao longo dos censos.

O índice de eficácia migratória (IEM) por província, calculado para 2002-2007 e 2012-2017, indica as províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado como áreas de retenção migratória, nos dois quinquénios. Cidade de Maputo, Gaza, Zambézia, Sofala e Nampula foram áreas de perda migratória, no quinquénio 2002-2007, e a província do Niassa foi área de circulação ou rotatividade migratória. No quinquénio 2012-2017, Cidade de Maputo e Niassa juntaram-se às áreas de retenção migratória do quinquénio anterior. Em contrapartida, Inhambane, Gaza, Zambézia e Nampula mantiveram-se como áreas de perda migratória. Tete transitou de área de perda para área de circulação ou rotatividade migratória.

b) Perfil socio-demográfico dos migrantes inter-provinciais

O perfil socio-demográfico dos migrantes inter-provinciais indica que, do ponto de vista da composição sexual, há um

O PADRÃO ETÁRIO DOS MIGRANTES POR PROVÍNCIA INDICA QUE, EM TODAS AS PROVÍNCIAS, OS MIGRANTES ESTÃO MAIORITARIAMENTE CONCENTRADOS NO INTERVALO ENTRE 5 A 29 ANOS DE IDADE

certo desequilíbrio entre homens e mulheres nos volumes de migrantes internos de cada província, nos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017. As províncias das regiões centro e norte de Moçambique apresentam o padrão universalmente propalado na literatura, de predominância de homens nas correntes migratórias, exceptuando-se a província de Manica, no segundo quinquénio, as províncias da região sul indicam um padrão oposto, no qual são as mulheres a predominarem nos volumes de imigração, numa proporção um pouco acima de 50%, sendo 55% em Inhambane. O padrão etário dos migrantes por província indica que, em todas as províncias, os migrantes estão maioritariamente concentrados no intervalo entre 5 a 29 anos de idade, perfazendo, em média, 74% do volume total dos migrantes internos. Existe uma proporção relativamente alta de migrantes do grupo etário de 5-9 anos, o que reflecte tratar-se, em grande medida, de migração familiar. Entre migrantes homens predomina o estado civil de solteiro, principalmente nas províncias da região sul, onde a proporção de imigrantes solteiros chega a atingir 60% em Cidade de Maputo, e cerca de 60% em Inhambane. Entre migrantes do sexo feminino predomina o estado civil de união marital. Quanto ao nível de escolaridade, em geral, os migrantes repartem-se entre nenhum nível, primário e nível secundário, predominando, porém, o nível primário. A categoria “camponeses” é a ocupação que se destaca entre os migrantes masculinos em todas as províncias da região norte.

EM RELAÇÃO A NACIONALIDADE DOS IMIGRANTES, A NACIONALIDADE MOÇAMBICANA CONSTITUÍA MAIS DE 90% DO VOLUME DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM TODAS AS PROVÍNCIAS

Também, entre migrantes mulheres a categoria ocupacional predominante é “camponeses”, em todas as províncias das regiões norte e centro e nas províncias de Inhambane e Gaza.

1.1.2. IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

a) Volumes e taxas de imigração

No quinquénio anterior ao Censo Demográfico de 1997, 1992-1997, foram registados 805.969 imigrantes internacionais em todo o país, tendo a província de Tete atingido 47% do volume total de imigrantes, à frente das províncias da Zambézia e Manica, com cerca de 18% e 12%, respectivamente. No quinquénio anterior ao Censo Demográfico de 2007, período 2002-2007, registaram-se 119.713 imigrantes internacionais, representando um volume de cerca de sete vezes menor ao observado no censo de 1997, estando Tete na liderança, com uma participação de 23,2%, à frente das províncias de Manica (com 11,2%) e Cidade de Maputo (com 10,2%). No quinquénio anterior ao Censo Demográfico de 2017, período 2012-2017, o volume da imigração internacional continuou a reduzir, tendo chegado a 55.071 imigrantes, mas mantendo-se a província de Tete na dianteira com 18,8% de participação, à frente de Maputo (15,1%), Niassa (14,9%), Zambézia (12,5%) e Cidade de Maputo (11%). Portanto, houve uma diminuição do volume de imigração internacional em 85%, entre o quinquénio de 1992-1997 e 2002-2007. Entre os quinquénios 2002-2007 e 2012-2017, o volume da imigração internacional voltou a diminuir, desta vez, em 54%. A taxa de imigração mais elevada, de 33,1%, na província de Tete, em 1997, desceu para 1,6%, em 2007; e 0,4%, em 2017. A taxa de imigração mais elevada, em 2017, foi de 0,6%, registada em Cidade de Maputo.

Quanto à imigração internacional de retorno, no quinquénio 2002-2007, foram registados 46.382 imigrantes internacionais de retorno, correspondendo a 38,7% do volume total da imigração internacional do quinquénio. No período 2012-2017,

foram registados apenas 3.609 imigrantes internacionais de retorno, equivalendo a somente 6,6% do volume total de imigrantes internacionais do período. Portanto, do censo de 2007 para o de 2017, a imigração internacional de retorno reduziu consideravelmente, pois a maior parte do retorno nos censos anteriores era de moçambicanos que se encontravam refugiados nos países vizinhos. No quinquénio 2002-2007, a imigração internacional de retorno, em todas as províncias foi superior a 20%, com destaque para as províncias de Inhambane e Gaza, com 82,5% e 80,1% do volume total da imigração internacional do período, seguidas pelas províncias de Cabo Delgado, com 49%; Maputo, 39,8%; Sofala, 39,4%; Manica, 35,4%; e Zambézia, com 31,2%. Note-se que grande parte da imigração internacional de retorno nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo é constituída por moçambicanos trabalhadores na vizinha República da África do Sul.

b) Perfil socio-demográfico dos imigrantes internacionais

No que respeita ao país de procedência dos imigrantes internacionais, os resultados deste estudo indicam que, em 1992, a maioria residia nos países vizinhos da região austral de África. Por exemplo, a maioria dos imigrantes internacionais das províncias de Inhambane (81,3%), Gaza (74,2%), Maputo (53,3%) e parte considerável de Maputo Cidade (39,4%) residia na África do Sul. A maioria dos imigrantes das províncias do Niassa (76,3%), Zambézia (99,1%), Tete (85,1%) e Sofala (77,6%) residia no Malawi e os de Cabo Delgado (94,2%) residiam no Reino de Eswatini. Em 2002, a África do Sul continuou a ser país de residência da maioria dos imigrantes das províncias da região sul; e Malawi, país de residência da maioria dos imigrantes do Niassa, da Zambézia e Tete. Noutros países africanos residia a maioria dos imigrantes de Nampula. Em 2012, o único elemento adicional ao padrão de países de procedência dos imigrantes foi Zimbábue, como país de residência da maioria dos imigrantes da província de Manica.

No que respeita à nacionalidade dos imigrantes no quinquénio 1992-1997, o estudo revelou que eram de nacionalidade moçambicana mais de 90% do volume de imigrantes internacionais em todas as províncias, à excepção de Nampula, onde os moçambicanos constituíam apenas 50%. No quinquénio 2002-2007, a proporção de moçambicanos no volume de imigrantes internacionais reduziu consideravelmente, quase em todas as províncias, exceptuando-se as províncias da região sul que mantiveram a fasquia de moçambicanos acima de 90%.

A composição dos imigrantes internacionais por sexo não é homogénea entre províncias. Na imigração do quinquénio 1992-1997, verifica-se que na região norte, à excepção de Nampula, existe equilíbrio entre homens e mulheres. Nas províncias do centro, a proporção de mulheres é relativamente superior à dos homens, salvo raras excepções em Sofala. As províncias da região sul mantiveram o padrão tradicional de predominância de homens nos fluxos migratórios. No quinquénio 2002-2007, a proporção entre homens e mulheres nos volumes de imigração internacional voltou ao padrão tradicional das regiões norte e centro, igualando-se com a região sul. No quinquénio 2012-2017, as províncias de Gaza e Inhambane, no sul, e do Niassa, no norte, passam a ter um padrão atípico na proporção entre homens e mulheres nos volumes de imigração internacional, com o sobrepeso feminino.

O padrão etário da imigração internacional também não é homogéneo entre as províncias. Na maioria das províncias, a distribuição dos imigrantes por idade revelou uma forte concentração nas idades iniciais, principalmente, de 5 a 9 anos, significando presença de mais crianças do que adultos nos fluxos de imigração internacional, particularmente, no quinquénio 1992-1997. Nos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017, embora se tenha continuado a observar proporções de crianças relativamente elevadas, o padrão etário revela uma forte concentração de adultos jovens nas idades entre 20 e 35.

O estado civil dominante entre os imigrantes internacionais é o de união marital, seguindo-se o de solteiro.

Quanto ao nível de escolaridade, uma proporção muito significativa de imigrantes não possui qualquer grau de escolaridade, principalmente entre os imigrantes das províncias do Niassa (65,2%), Zambézia (53,4%), Inhambane (52,8%) e Gaza (52,3%). Entretanto, há muitos imigrantes que possuem o nível primário.

A maioria dos imigrantes internacionais nas províncias do Niassa, Zambézia e Tete está na categoria ocupacional de camponeses. Em todas as províncias, particularmente, em Cidade de Maputo, a proporção dos imigrantes internacionais na categoria de pequeno comerciante é bastante significativa.

1.2. URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

1.2.1. A SITUAÇÃO DOS CENTROS URBANOS DO PAÍS

Em 2017, Moçambique tinha perto de 9 milhões de pessoas a viver em áreas urbanas, correspondendo a 32,6% da população urbana. De 2007 a 2017, o país registou um aumento da população muito acima da média dos censos anteriores, que foi de 1,5 milhões. No último censo, o aumento foi superior 2,6 milhões de habitantes.

Apesar de se registar um grande aumento da população nos espaços urbanos, os dados dos censos mostram um abrandamento da urbanização, depois de um boom nos primeiros anos (1970), quando a população urbana do país se situava abaixo de 5%. Em 1997, o país alcançou um grau de urbanização de 29,2%. Em 27 anos, a população que vive em áreas urbanas de Moçambique aumentou em 25%. Nos 20 anos seguintes, a urbanização foi mais modesta, representando um crescimento de cerca de 3%, isto é, houve um abrandamento da urbanização, principalmente porque o crescimento da população rural continuou a ser destacado, embora com taxas de crescimento populacional abaixo das registadas nos espaços urbanos.

Ao nível dos espaços urbanos provinciais, constata-se que Nampula, Maputo e Zambézia são as que apresentaram o maior aumento da população urbana, nos últimos 20 anos, sobressaindo as províncias de Nampula e Maputo, com as primeiras com a maior população urbana do país. Durante esse período, a cidade de Maputo foi perdendo a posição que ostentava em 1997, de primeira província com a maior população urbana, passando a ocupar a terceira posição. As províncias de Gaza e Inhambane são as menos populosas, ocupando as posições que eram detidas pelas províncias do Niassa e Tete, nos censos de 1997 e 2007.

A taxa de crescimento médio da população urbana do país no período de 1997 a 2017, foi de 3,4%. Durante esse período, as três províncias que mais cresceram foram Tete (5,2%), Maputo (4,6%) e Niassa (4,6%). de 1997 a 2007), salientando-se as províncias da Zambézia (5,4%), Maputo (4,8%) e Cabo Delgado (4,3%). A maior taxa de crescimento (3,6%) verificou-se no período 2007-2017, influenciada pelas

EM RELAÇÃO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONSTATA-SE QUE AS PROVÍNCIAS DO NORTE CONTINUAM A SER AS QUE MAIS RECORREM ÀS FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS INSEGURAS

.....

províncias de Tete (6,7%), Manica (5,5%) e Niassa (4,8%). Nas províncias do centro do país, observaram-se dinâmicas bastante acentuadas no crescimento da urbanização nas províncias do centro do país, nomeadamente em Tete, cujo grau de urbanização subiu de 3,7% para 6,7%; Manica, que subiu de 2,6% para 5,5%; e Sofala, que passou de 1,0% para 4,4%. Nestas províncias houve aumentos bastante significativos do primeiro para o segundo período; e a província da Zambézia teve um decréscimo também bastante marcante, de 5,4% para 2,9%.

Os dados do censo de 2017 evidenciam uma redução da concentração da população, pois o índice de Gini registado em 1997 foi de 0,73 e de 0,66, em 2017. A distribuição dos centros urbanos e respectivas populações foi variando ao longo do período. Os dados de 1997 evidenciam que ao nível das províncias, mais de 2/3 das cidades e vilas albergavam menos de 20 mil habitantes. Para as províncias de Maputo Província, Inhambane, Zambézia e Niassa o número de cidades e vilas com menos de 20 mil habitantes superava os 70% dos centros urbanos existentes. Apenas uma província tinha um centro urbano (Cidade de Maputo) com uma população acima de 500 mil habitantes; e três com população entre 200 mil e 500 mil habitantes (Maputo, Sofala e Nampula). Em 2017, verifica-se que o número de centros urbanos, cuja população se situava abaixo de 20 mil habitantes decresceu substancialmente, principalmente nas províncias do centro e norte, onde apenas

se registou um centro urbano por província e exceptuando Niassa, com quatro centros. As províncias do sul continuaram a ter um percentual bastante significativo de vilas nessa categoria, tendo a província de Maputo alcançado 70%. Somente dois centros urbanos, todos localizados no sul, a província e Cidade de Maputo, alcançam a barreira dos 1 milhão de habitantes.

Em relação à razão do sexo, o relatório evidencia uma mudança da estrutura sexual dos espaços urbanos moçambicanos. Em 1997, os centros urbanos do norte e centro do país apresentavam uma razão de sexo superior a 100, à excepção de Tete e Cabo Delgado que alcançaram um padrão inferior a 100, portanto, mais próximo dos centros urbanos do sul. Em 2017, todos os centros urbanos registaram uma alteração da estrutura sexual da população, passando a ser mais femininos.

No que se refere aos conteúdos da urbanização, o relatório constatou que:

- A. Há uma percentagem bastante significativa de chefes de agregados familiares que continuam a depender de actividades do sector primário. Essa dependência é bastante notória nos centros urbanos do norte do país, incluindo a província da Zambézia, onde as percentagens variam entre 41% a 47%;
- B. As condições de habitação ainda não são das melhores. Prevalece um número significativo de agregados familiares que vivem em casas do tipo palhota e casas mistas, principalmente na região norte, com percentagens acima dos 60%;
- C. Em relação ao abastecimento de água, as províncias do norte continuam a ser as que mais recorrem às fontes de abastecimento de águas inseguras (poço não protegido e recorrendo a rios, lagos ou lagoas), chegando a afectar 25% dos agregados familiares;
- D. As condições de saneamento continuam precárias no Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, províncias que, em 2007, apresentavam as situações mais graves. Os dados de 2017 indicam que mais de metade da população urbana dessas províncias continua a recorrer a sistemas de saneamento precários, como latrinas tradicionais ou mesmo a ausência de qualquer tipo de retrete. As províncias de Nampula e Zambézia destacam-se como as que apresentam a maior percentagem de agregados familiares sem nenhum tipo de retrete (14%);

E. O censo de 2007 identificou duas formas principais de iluminação das habitações, nomeadamente à base de combustíveis fósseis e electricidade, com preponderância para o primeiro. No censo de 2017 os combustíveis fósseis foram substituídos por pilha. Os dados deste censo mostram que os níveis de utilização de electricidade melhoraram, e nenhuma província apresenta menos de um terço dos agregados familiares que ainda não tenham acesso a esta fonte. Comparadas com as demais regiões, as províncias do norte do país continuam a ser as que apresentam as piores situações.

1.2.2. A SITUAÇÃO DAS CIDADES DO PAÍS

Entre os anos de 1997 e 2017, apenas cinco cidades ocupavam as primeiras cinco posições, como as mais populosas do país. Desse grupo, liderado sempre pela cidade capital, estiveram sempre presentes as duas cidades do nível “B” (cidade da Beira e de Nampula). As cidades de Chimoio e Matola, do nível “C”, foram as que sempre estiveram nesse grupo. A mudança de posições no ranking ocorreu em 2007, quando a cidade de Nampula ultrapassou a cidade da Beira, passando a ocupar a posição de terceira maior cidade do país, já que Matola era a segunda.

Ao longo dos períodos 1997-2007 e 2007-2017, as cidades tiveram taxas de crescimento positivas, excepto Maputo que teve um crescimento negativo, no segundo período. Em sete cidades registaram-se taxas de crescimento acima de 4% ao ano, nos dois períodos. Dentre elas, apenas uma é da região sul (Matola). No primeiro período, as cidades que se encontravam nesta categoria eram da região norte, designadamente Lichinga, Pemba, Nampula e Angoche; e do centro, Mocuba e Tete. No segundo período destacam-se as províncias do centro: Tete, Manica e Chimoio; e do norte, Nampula, Cuamba e Montepuez.

Os dados do censo de 2017 mostram situações piores quanto aos conteúdos da urbanização, como as que se apresentam a seguir:

A. As condições de habitação nas cidades moçambicanas ainda continuam longe de serem as melhores, principalmente nas cidades da região norte do país, onde o tipo de habitação dominante que abriga um número significativo de agregados familiares consiste em casas construídas com materiais precários, palhotas e casas mistas. Mais de metade da população de capitais provinciais como Lichinga, Pemba, Nampula, Quelimane e Xai-Xai vive nesse tipo de habitação;

B. As condições de abastecimento de água ainda são preocupantes nas cidades da região norte do país. As cidades do sul são as que estão em melhores condições, havendo mais de 60% de agregados familiares com acesso à água canalizada, exceptuando-se as cidades de Chibuto e Maxixe, que estão abaixo de 40%. O recurso à torneira do vizinho é uma fonte importante nas cidades nortenhas, chegando a 50% na cidade de Nacala Porto. É, também, nas cidades do norte do país onde ainda se regista um número bastante significativo de agregados familiares que consomem água de fontes de abastecimento inseguras, como poços não protegidos, rios, lagos e lagoas. Note-se que cidades como Montepuez e Gurué atingem cifras superiores a 55%;

C. As condições de saneamento ainda são uma preocupação para as cidades moçambicanas, principalmente na região norte do país, onde 30% dos agregados familiares ainda recorre a latrinas tradicionais precárias. Nas cidades de Lichinga, Cuamba, Montepuez e Gurué, mais de 40% dos agregados familiares utilizam sistemas precários de retretes. A Ilha de Moçambique, Angoche e Mocuba registam situações mais graves, havendo um número bastante significativo de agregados familiares que não dispõe de nenhum sistema de saneamento;

D. O país registou, nos últimos anos, progressos significativos na electrificação urbana, o que permitiu investir na electrificação rural, nos últimos 5 anos. Mesmo assim, constata-se que ainda há 10 cidades onde menos de metade dos agregados familiares utiliza a electricidade, como a principal fonte de iluminação da habitação. A cidade de Nampula é a única capital provincial que faz parte deste grupo, com 44,7% dos agregados familiares, e Maxixe é a única cidade da região sul que integra estes grupos;

E. Os dados do censo de 2017 evidenciam que ainda existe um número significativo de agregados familiares que indicaram as actividades do sector primário, como sendo principais. Dados de sete cidades, nomeadamente Cuamba (50,8%), Montepuez (49,5%), Angoche (56,6%), Ilha de Moçambique (54,9%), Gurué (70,9%), Mocuba (50,0%) e Chibuto (48,8%) apresentaram cerca de 50% ou mais dos agregados familiares a apontarem as actividades deste sector como sendo as principais. Apesar de nenhuma capital provincial fazer parte deste grupo, importa realçar que o percentual de agregados familiares que indicaram depender das actividades primárias na cidade de Lichinga é bastante alto (40,40%).

NOVA DEFINIÇÃO PARA OS ESPAÇOS URBANOS, PASSANDO A SER OS AGLOMERADOS URBANOS COM UM MÍNIMO DE 10.000 MIL HABITANTES, COM UMA DENSIDADE DEMOGRÁFICA MÍNIMA DE 100 HABITANTES POR QUILÓMETRO QUADRADO

grandes centros económicos, em particular a por Maputo, a capital, e a cidade da Matola, a capital da província de Maputo. Estas duas cidades são classificadas como áreas de retenção migratória, de acordo com o índice de eficácia migratória. As províncias classificadas como áreas de perda migratória continuam sendo Gaza, Inhambane, Zambézia e Nampula. As primeiras duas são conhecidas pela sua história secular de principais emissoras de mão-de-obra no sul de Moçambique. Nampula e Zambézia são as duas províncias mais populosas do país, com limitadas oportunidades de mercado de trabalho local. O padrão migratório prevalecente traduz assimetrias socio-espaciais, em consequência da concentração de investimentos económicos em certos espaços, em detrimento de outros.

Portanto, mesmo que os fluxos migratórios estejam a diminuir de censo para censo, ainda prevalece um padrão de migração interna predominantemente norte-centro-sul, em direcção aos principais centros urbanos. Neste contexto, dada a incapacidade das áreas urbanas para absorver uma população cada vez mais crescente e prover serviços públicos em quantidade e qualidade, a posição do Governo de Moçambique, mesmo reconhecendo o papel da migração como factor de desenvolvimento, é favorável à redução dos fluxos migratórios rurais-urbanos como forma de alívio à pressão que se faz sentir sobre os limitados serviços e equipamentos urbanos. Assim, neste estudo, recomenda-se que se continue a empreender esforços no sentido de:

A cidade do Gurué é praticamente uma urbe de agricultores. Analisada a situação de disponibilidade ou não de espaço para a agricultura, os dados do censo de 2017 ilustram que 12 das 23 cidades apresentam mais de metade dos agregados familiares indicando possuir uma machamba. As situações mais extremas são encontradas nas cidades de Cuamba (74,4%), Montepuez (68,6%), Quelimane (70,9%), Gurué (86,6%), Mocuba (82,0%) e Chibuto (69,6%). Das 12 cidades com características mais agrárias, destacam-se quatro capitais provinciais, nomeadamente Lichinga, Quelimane, Chimoio e Xai-Xai e todas as cidades da Zambézia, cuja população está fortemente ligados à agricultura.

1.3. IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS

1.3.1. MIGRAÇÃO

Os resultados da análise sobre migração inter-provincial apontam para um padrão de migração interna, cujas principais correntes ocorrem no sentido norte-centro-sul, atraídas pelos

- Direcção dos investimentos económicos para as unidades territoriais onde há carência de emprego, criando infraestruturas produtivas e serviços que proporcionem oportunidades de emprego, assistência social, lazer e recreação e causem impactos positivos na vida material e social dos cidadãos locais; e
- Aumentar o investimento na educação, ciência e tecnologia de maneira descentralizada em todo o território nacional, considerando, inclusive, a hierarquização de redes de cidades propostas neste estudo. No que se refere ao investimento na educação, ciência e tecnologia, recomenda-se a criação de universidades ou centros de ensino superior em cidades de nível superior, onde ainda não exista este tipo de serviço.

1.3.2. URBANIZAÇÃO

A definição de urbano utilizada no país não é clara e carrega consigo algumas inconsistências, resultantes de uma definição que é mais político-administrativa e não reflecte as condições dos espaços urbanos. A utilização acrítica do conceito de urbano apresentado pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública inflaciona a urbanização moçambicana e descaracteriza os conteúdos da urbanização no país. Para colmatar estes problemas, os autores deste relatório propõem:

- A. Nova definição de espaços urbanos, passando a ser os aglomerados urbanos com um mínimo de 10.000 mil habitantes, com uma densidade demográfica mínima de 100 habitantes por quilómetro quadrado, albergando, no máximo, 45% da população a trabalhar em actividades do sector primário e com uma infraestrutura socio-económica considerada mínima;
- B. Rever a hierarquia urbana, com o objectivo de reflectir a actual situação dos espaços urbanos. Sendo assim, os autores deste relatório propõem que se diferencie as cidades em cinco principais grupos, nomeadamente: Metrópole Nacional, Capital Regional, Centros Provinciais, Centros Zonais e Centros Locais;
- C. A metrópole de Maputo, constituída pelos municípios de Maputo, Matola e Boane e vila de Marracuene apresenta-se como uma aglomeração urbana conurbada, ocupando a posição de metrópole primaz e não podendo ser compreendida, dentro da rede urbana, de uma forma separada;
- D. Uma definição mais fidedigna dos espaços urbanos auxiliará o governo moçambicano a desenhar políticas públicas mais ajustadas às características dos mesmos, podendo influenciar a Lei das Autarquias Locais (Lei Nº 2/97 de 18 de Fevereiro), delimitando-se claramente as áreas de intervenção dos municípios e as áreas de gestão dos governos distritais.
- E. Delimitando melhor as áreas urbanas, será possível estabelecer um planeamento de longo prazo que se materializaria na criação de uma política urbana, que respondesse eficazmente ao objectivo específico de âmbito urbano definido na Política do Ordenamento Territorial (Resolução nº 18/2007 de 30 de Maio).

- F. A criação de uma política urbana poderia responder aos desafios da urbanização levantados neste relatório, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável, a partir da melhoria dos indicadores de urbanização que tivessem em consideração a rede de cidades e a lógica de inversão de prioridades de investimento.

1.4. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA OS PRÓXIMOS CENSOS

A análise de dados sobre migração internacional restringiu-se apenas à imigração, por não haver informação sobre emigração internacional. Por isso, nos próximos censos demográficos, recomenda-se a inclusão de um quesito sobre a emigração internacional. Para o efeito, sugere-se a retirada do boletim do censo do quesito residência 1 ano antes do censo. Por outro lado, não sendo viável incluir uma multiplicidade de quesitos no boletim do censo, recomenda-se a realização de estudos específicos sobre causas migratórias e movimentos pendulares que têm vindo a crescer no país em virtude da requalificação administrativa.

Para a área de urbanização, ficou evidenciado, ao longo do relatório, que a materialização do conceito de urbano carrega consigo algumas inconsistências, o que tem criado condições para a inclusão da população rural ou com características rurais, no espaço urbano. Para que este equívoco seja atenuado, recomenda-se que:

- Se adopte a definição mais objectiva do conceito de urbano que se encontra disponível neste relatório;
- O INE participe mais na definição dos espaços urbanos do país; e
- A pergunta relativa ao espaço de localização da machamba permita a identificação do local específico, ou seja, que permita diferenciar se a machamba se localizava na urbe ou fora dela.



2. INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados do estudo sobre migração e urbanização em Moçambique. O objectivo principal do estudo é fornecer uma análise aprofundada dos dados recolhidos sobre migração e urbanização, para uma melhor compreensão das tendências e diferenças no tempo, geográficas, por idade, sexo e outras características socio-económicas.

O estudo baseou-se nos dados dos censos demográficos de Moçambique de 1997, 2007 e 2017, dos quais a equipa de pesquisa obteve as tabulações necessárias à análise, geradas a partir das bases de dados gerais pela equipe técnica do INE que apoiou este estudo, e demais informação relevante às temáticas tratadas, disponível em várias fontes, incluindo inquéritos e estudos. Note-se que o recurso a tabulações geradas das bases gerais deveu-se às limitações na análise das variáveis de migração e urbanização na amostra de 10% da base do Censo Demográfico 2017.

O relatório é estruturado em seis capítulos, para além do capítulo anterior, o sumário executivo, e do presente capítulo introdutório, seguem os capítulos 3 e 4, relativos aos dados usados e à metodologia de estudo, respectivamente. No Capítulo 5 são apresentados, analisados e interpretados os resultados do estudo. O sexto capítulo é dedicado às implicações do estudo para as políticas. O relatório encerra com as referências bibliográficas.



3. DISPONIBILIDADE DE DADOS

O estudo baseou-se nos dados dos censos demográficos de Moçambique de 2017, 2007 e 1997, a partir dos quais a equipa de pesquisa obteve tabulações necessárias à análise, geradas a partir das bases de dados gerais pela equipe técnica do INE, que apoiou este estudo. Também, foi usada toda informação disponível de outras fontes, inquéritos e/ou estudos, que se revelam relevantes. Note-se que o recurso a tabulações, a serem geradas nas bases gerais, deve-se às limitações na análise das variáveis de migração e urbanização na amostra de 10% da base de 2017.

Na componente de urbanização, a análise dos dados apresentados teve como base os dados dos censos de 1997, 2007 e 2017. Complementarmente, recorreu-se à revisão bibliográfica, que forneceu dados e informações importantes para os anos de 1970, 1980, 1991 e os dados e informações para os países da região da África Oriental. Dadas as dificuldades em aceder aos censos dos países da região, os relatórios publicados pela AfDB; OECD; UNDP (2016) e UN Population Division (2015), com dados de 2014, permitiram obter uma ideia da situação do país, no contexto da região e do continente.



© Dmitry B em Unsplash

4. METODOLOGIA

4.1. Migração

Na componente de migração, as estimativas e análises foram feitas a nível nacional e provincial. As bases de dados dos censos de 1997, 2007 e 2017 contêm as variáveis que fornecem informações para se fazer estimativas de migração, por mensuração directa. As variáveis são as seguintes: (i) Lugar de nascimento – P 7; (ii) Tempo de residência na área de enumeração – P7a (apenas no censo de 2017); (iii) Nacionalidade – P8; (iv) Residência actual – P5; (v) Residência há 1 ano antes do censo – P16; (vi) Residência há 5 anos antes do censo – P17.

Os cruzamentos entre estas variáveis permitiram estimar a migração interna (migração inter-provincial) e a imigração internacional dos períodos em análise. Por exemplo, o cruzamento entre residência actual e lugar de nascimento permitiu estimar a migração inter-provincial acumulada, através de indicadores como fluxos migratórios, imigrantes e emigrantes acumulados, saldos migratórios e taxa líquida de migração por província. Também, permitiu obter imigrantes internacionais acumulados por província e país de origem.

O cruzamento entre lugar de nascimento e residência há 1 e 5 anos antes do censo levou a estimar os imigrantes internos de retorno por província e, também, os imigrantes internacionais de retorno por província e país de origem.

Ao se cruzar residência actual com residência há 1 e 5 anos antes do censo obteve-se a migração inter-provincial, através de indicadores como fluxos migratórios, imigrantes e emigrantes, saldos migratórios e taxas líquidas de migração de data fixa de 1 e 5 anos por província, assim como os imigrantes internacionais de data fixa de 1 e 5 anos por província.

O cruzamento entre nacionalidade e lugar de nascimento permitiu estimar os imigrantes internacionais acumulados por província; entretanto, ao se cruzar nacionalidade com residência há 1 e 5 anos antes do censo, obteve-se imigrantes internacionais de data fixa de 1 e 5 anos por província.

4.2. Urbanização

As análises tiveram como base os espaços urbanos constituídos por cidades e vilas. O relatório privilegia uma análise a dois níveis, sendo o primeiro dedicado à uma análise provincial, com as cidades e vilas agrupadas por província, formando o espaço urbano provincial. O objectivo é analisar o comportamento e as variações existentes entre as cidades e vilas de cada província, sem descuidar a importância da análise da situação urbana da província. Num segundo nível, o relatório privilegia a análise da situação urbana das 23 cidades, com o objectivo de verificar a diferenciação das condições de urbanização em cada uma.

O relatório analisa a evolução da população urbana do país, de 1970 a 2017. A análise por província e das 23 cidades foi efectuada com base nos últimos três censos, mas com certo destaque para os dois últimos. O relatório concentra-se na análise da: (i) evolução da população absoluta; (ii) evolução da população relativa, a partir do cálculo da taxa de crescimento exponencial, seguindo a fórmula adoptada pelo INE; (iii) razão de sexo; e (iv) densidade demográfica. Este último indicador foi utilizado apenas para as análises ao nível das cidades, porque ao nível do espaço urbano, que incluiria as cidades e vilas de cada província, o indicador não ajudaria a responder aos objectivos do relatório. Sendo assim, este indicador foi suprimido das análises ao nível da província.

A ANÁLISE POR PROVÍNCIA E DAS 23 CIDADES FOI EFECTUADA COM BASE NOS ÚLTIMOS TRÊS CENSOS, MAS COM CERTO DESTAQUE PARA OS DOIS ÚLTIMOS.

Para compreender as características da urbanização em Moçambique, o relatório adoptou os indicadores definidos por Araújo (2003) e adoptados no relatório do UNFPA sobre a Urbanização em Moçambique, desenvolvido no ano de 2008. Os indicadores trabalham com informações disponíveis nos censos e permitem compreender as características dos espaços urbanos moçambicanos, incluindo: (i) actividade económica; (ii) tipo de habitação; (iii) abastecimento de água; (iv) energia eléctrica; (v) saneamento; e (vi) recolha de resíduos sólidos. Todos estes indicadores tiveram como base os agregados familiares.

Uma das preocupações que o relatório pretendia captar era a concentração da população e, para esta análise, recorreu ao cálculo do coeficiente de Gini, bem como à elaboração da curva de Lorenz. Com este índice, foi possível avaliar a evolução da concentração da população urbana nos últimos três censos realizados em Moçambique.



5. RESULTADOS

5.1. Migração em Moçambique

5.1.1. MIGRAÇÃO INTERNA

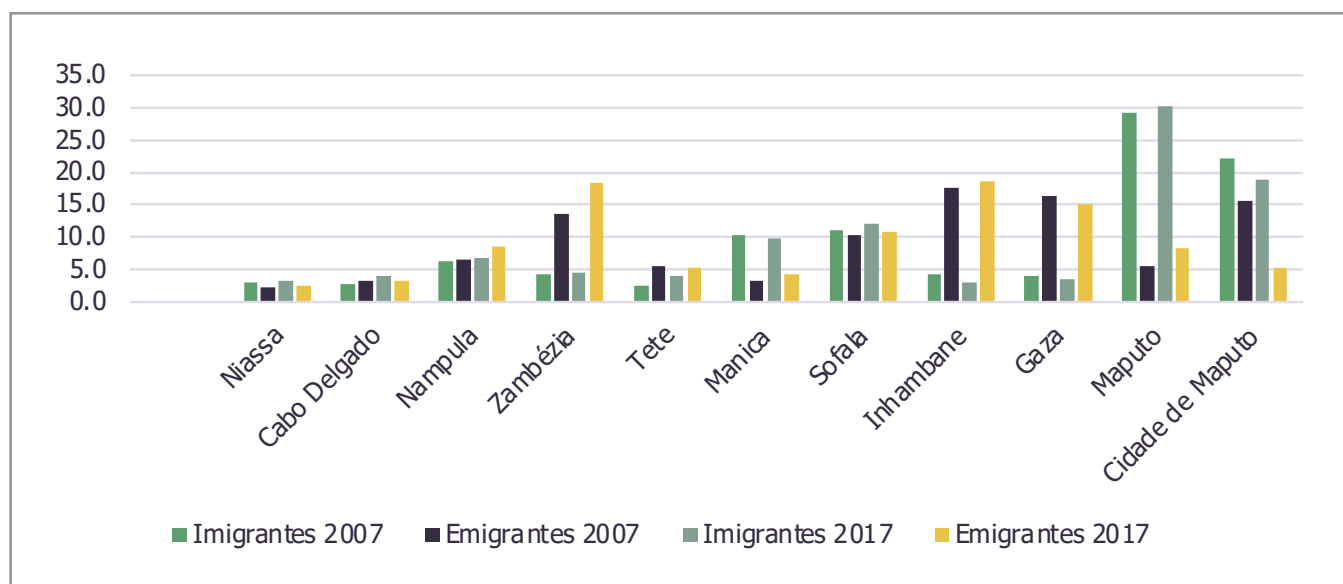
5.1.1.1. MIGRAÇÃO INTER-PROVINCIAL ACUMULADA EM 2007 E 2017

A migração acumulada ou de toda a vida ("lifetime migration", na literatura inglesa) é aquela que se obtém do cruzamento entre os quesitos sobre lugar de nascimento que, neste caso, se trata da província de nascimento. Lugar de residência actual, neste estudo, refere-se à província de residência na data do censo. De facto, os migrantes acumulados ou de toda a vida são todos os indivíduos não-nativos ou não-naturais residentes, na data do censo, na província de enumeração, isto é, na província onde foram recenseados.

Nesta secção, é apresentada a migração inter-provincial acumulada, segundo os censos demográficos de 2007 e 2017. Esta é representada através de fluxos migratórios (origens e destinos dos migrantes) e volumes de imigrantes e emigrantes para cada província (vide Quadros 1 e 2 de matrizes de origem e destino de migrantes inter-provinciais acumulados em 2007 e 2017, respectivamente).

Para 2007, o Quadro 1 indica um volume total de 1.542.855 migrantes inter-provinciais acumulados, destacando as províncias de Maputo, Cidade de Maputo, Sofala e Manica, como as de maior imigração, ao perfazerem 29,3%, 22,2%, 11,1% e 10%, respectivamente, do volume total de imigrantes. Os maiores volumes de emigrantes inter-provinciais acumulados foram observados nas províncias de Inhambane (com 17,6%), Gaza (16,3%), Cidade de Maputo (15,7%) e Zambézia (13,7%) (Gráfico 1).

Gráfico 1: Peso das províncias no volume dos migrantes acumulados, Moçambique 2007, 2017.



Fonte: Fonte: INE, Censo 2007, 2017.

EM 2017, O VOLUME DOS MIGRANTES INTERPROVINCIAIS ACUMULADOS INCREMENTOU PARA 1 578 241 INDIVÍDUOS.

Em 2017, o volume dos migrantes inter-provinciais acumulados aumentou para 1.578.241 indivíduos. Três províncias continuaram a se destacar na concentração de volumes de imigrantes acumulados, mantendo a seguinte sequência: Maputo província, com 30,3%; Cidade de Maputo, com 18,9%; e Sofala, 12%. Note-se que as províncias com os maiores volumes de emigrantes acumulados em 2017 foram praticamente as mesmas observadas em 2007, à exceção de Cidade de Maputo: Inhambane (18,5%), Zambézia (18,3%), Gaza (15,1%) e Sofala (10,9%) (Gráfico 1).

O Gráfico 1 apresenta três províncias, Inhambane, Gaza e Zambézia, que se destacam pelos pesos mais elevados alcançados nos volumes de emigrantes inter-provinciais acumulados, tanto em 2007, como em 2017. Em 2007, as três províncias representavam em conjunto, cerca de 48% do volume total de emigração interna acumulada, sendo 17,6% em Inhambane; 16,3%, em Gaza; e 13,7% na Zambézia. Em 2017 a percentagem atingida foi de 52%, tendo a província de Inhambane contribuído com 18,5; Zambézia, com 18,3%; e em Gaza com 15,1%). Note-se, no entanto, que em 2007, Cidade de Maputo foi também uma província com elevado peso na emigração interna acumulada (15,7%), tendo diminuído drasticamente, em 2017, para 5,2%.

Deve-se, ainda, fazer menção de um outro grupo de províncias cuja participação no volume da migração interna acumulada, nos dois censos, mantém-se quase indiferente, quer na imigração, quer na emigração. Neste grupo incluem-se as províncias de Sofala, cujo peso, tanto na imigração, como na emigração, nos dois censos, tem sido aproximadamente de 11%; Nampula, de cerca de 7% de peso na imigração e emigração; Tete, com cerca de 4%, Cabo Delgado e Niassa, ambas com cerca de 3%. Manica apresenta-se com um peso de cerca de 10% no volume da imigração e de cerca de 3% na emigração (Gráfico 1).

Quanto aos fluxos migratórios, em 2007, destacou-se a elevada imigração acumulada na província de Maputo, proveniente, maioritariamente, de Cidade de Maputo (37,2%), Inhambane (26,8%) e Gaza (25%), e em Cidade de Maputo, originária, principalmente, de Gaza (34,1%), Inhambane (29,1%) e Maputo (15,6%). De igual modo, em 2017, a imigração acumulada, nestas duas províncias, continuou sendo a mais elevada. Na província de Maputo, continuaram dominantes as mesmas origens migratórias do período anterior, estando Inhambane com 34,7%; Gaza, com 28,4%; e Cidade de Maputo, 15,3%. Em Cidade de Maputo, continuaram dominantes os imigrantes acumulados provenientes de Gaza, em 28,9%, Inhambane, 26,1%; e Maputo Província, em 17,8% (Quadros 1 e 2).

Quadro 1: Matriz de origem e destino de migrantes inter-provinciais acumulados em 2007, Moçambique 2007

Província de Nascimento	Província de Residência em 2007											Total de Emigrantes
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	
Niassa	0	4 672	13 489	7 712	1 321	1 231	1 467	535	474	2 188	2 765	35 854
Cabo Delgado	4 480	0	27 929	2 024	868	1 287	1 864	677	596	3 486	5 426	48 637
Nampula	21 251	25 780	0	24 259	1 456	2 183	4 304	919	1 067	6 054	11 338	98 611
Zambézia	11 987	2 606	40 467	0	6 373	16 025	78 856	1 402	2 094	21 054	30 057	210 921
Tete	1 321	1 570	2 178	11 091	0	28 243	31 463	1 076	927	3 783	5 164	86 816
Manica	563	650	2 085	1 976	11 693	0	23 709	1 865	1 628	3 210	4 013	51 392
Sofala	1 310	1 263	3 058	13 117	12 555	95 140	0	8 035	1 644	9 876	14 009	160 007
Inhambane	799	675	1.368	973	1 508	6 858	20 910	0	17 872	121 048	100 027	272 038
Gaza	646	489	961	734	682	2 386	1 769	13 204	0	113 136	116 947	250 954
Maputo	1.289	911	1 403	1 488	549	1 020	1 354	9 321	14 554	0	53 407	85 296
Cidade de Maputo	1 702	2 215	4 294	3 438	2 186	2 954	5 259	29 926	22 415	167 940	0	242 329
Total de Imigrantes	45 348	40 831	97 232	66 812	39 191	157 327	170 955	66 960	63 271	451 775	343 153	1 542 855

Fonte: INE, Censo 2007.

Quadro 2: Matriz de origem e destino de migrantes inter-provinciais acumulados em 2017, Moçambique 2017

Provincia de Nascimento	Provincia de Residência em 2017											Total de Emigrantes
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	
Niassa	0	5 982	12 976	8 879	1 967	1.635	1.850	549	587	3 365	2 763	40 553
Cabo Delgado	3 945	0	26 001	2 401	1 326	1 615	2 068	906	783	5 406	4 997	49 448
Nampula	23 404	41 862	0	25 402	4 846	3 631	7 580	1 563	1 554	11 962	12 304	134 108
Zambézia	14 543	5 138	49 951	0	11 455	20 831	94 104	2 332	3 207	51 219	36 755	289 535
Tete	1 667	1 286	2 334	7 646	0	25 717	31 445	1 138	1 009	6 207	4 775	83 224
Manica	930	1 046	2 369	2 851	17 205	0	26 227	1 925	1 880	6 647	4 769	65 849
Sofala	1 632	2 105	5 215	14 853	17 611	88 443	0	6 752	2 281	18 732	14 496	172 120
Inhambane	905	982	1 915	2 311	2 670	5 853	16 392	0	18 031	165 887	77 772	292 718
Gaza	558	557	1 208	1 103	1 229	1 877	2 188	8 639	0	135 588	85 960	238 907
Maputo	2 066	3 115	6 056	5 310	5 696	5 046	7 035	20 490	22 386	0	53 087	130 287
Cidade de Maputo	128	278	512	428	329	324	627	2 673	3 239	72 954	0	81 492
Total de Imigrantes	49 778	62 351	108 537	71 184	64 334	154 972	189 516	46 967	54 957	477 967	297 678	1 578 241

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 3: Migrantes inter-provinciais acumulados, saldos migratórios e taxas líquidas de migração, Moçambique 2007, 2017

Província	2007				2017			
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração (*) (%)	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração (*) (%)
			(1) - (2)				(5) - (6)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Niassa	45 348	35 854	9 494	0,8	49 778	40 553	9 225	0,5
Cabo Delgado	40 831	48 637	-7 806	-0,5	62 351	49 448	12 903	0,6
Nampula	97 232	98 611	-1 379	0,0	108 537	134.108	-25 571	-0,5
Zambézia	66 812	210 921	-144 109	-3,7	71 184	289 535	-218 351	-4,4
Tete	39 191	86 816	-47 625	-2,7	64 334	83 224	-18 890	-0,7
Manica	157 327	51 392	105 935	7,5	154 972	65 849	89 123	4,8
Sofala	170 955	160 007	10 948	0,7	189 516	172 120	17 396	0,8
Inhambane	66 960	272 038	-205 078	-16,1	46 967	292 718	-245 751	-16,9
Gaza	63 271	250 954	-187 683	-15,3	54 957	238 907	-183 950	-13,3
Maputo	451 775	85 296	366 479	30,4	477 967	130 287	347 680	18,2
Cidade de Maputo	343 153	242 329	100 824	9,2	297 678	81 492	216 186	20,0
Total	1 542 855	1 542 855	0	0	1 578 241	1 578 241	0	0

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

(*) Taxa Líquida de Migração = Saldo Migratório / População observada em 2007 ou 2017

O Quadro 3 apresenta o resultado líquido da migração inter-provincial acumulada em 2007 e 2017, através de saldos migratórios e taxas líquidas de migração. Em 2007, seis províncias tiveram saldos negativos de migração interna acumulada, sendo, de norte a sul: Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Inhambane e Gaza. As maiores perdas, superiores a 100 mil habitantes, tiveram lugar em Inhambane, que perdeu mais de 200 mil habitantes; Gaza, mais de 180 mil; e Zambézia, com mais de 140 mil. No Censo Demográfico de 2017, os saldos migratórios continuaram negativos nas mesmas províncias, exceptuando Cabo Delgado. Quando comparado com o censo anterior, o censo de 2017 revela que o volume de perda de população, devido à emigração acumulada, na província da Zambézia, disparou para mais de 200 mil habitantes perdidos. Em Inhambane, o volume de perda também subiu para mais de 240 mil habitantes perdidos e Gaza manteve o seu volume de perda em mais de 180 mil habitantes.

A análise por meio das taxas líquidas de migração apresentadas no Quadro 3, permite aferir a contribuição do saldo migratório ou migração líquida para o tamanho da população observada nos censos demográficos de 2007 e 2017. Em 2007, apenas cinco províncias (Niassa, Manica, Sofala, Maputo e Cidade de Maputo) tiveram taxas líquidas positivas de migração acumulada. A maior taxa positiva, de 30,4%, foi registada na província de Maputo, significando que esta foi a proporção com que a migração líquida acumulada participou no tamanho da população observada nesta província, em 2007. A seguir à província de Maputo está Cidade de Maputo, com uma taxa líquida positiva de 9,2%, proporção com que a migração acumulada contribuiu para o tamanho da população observada nesta cidade, em 2007. Na região centro de Moçambique, a província de Manica foi a que teve uma taxa positiva considerável, de 7,5%, seguindo-se Niassa, na região norte, com 0,8% e, finalmente, Sofala, com 0,7%.

As outras províncias tiveram taxas líquidas negativas de migração acumulada, em 2007. O destaque vai para as províncias de Inhambane e Gaza, cujas taxas foram de -16,1% e -15,3%, respectivamente, significando que a população observada nestas províncias, em 2007, reduziu nestas proporções, devido à migração acumulada. As taxas líquidas de migração nas províncias da Zambézia, Tete e Cabo Delgado foram de -3,7%, -2,7% e -0,5%, respectivamente, significando que a perda de população devido à migração acumulada, em 2007, foi em menores proporções nestas províncias.

Em 2017, o cenário do censo anterior manteve-se, caracterizado pelas taxas positivas de migração líquida acumulada nas províncias de Maputo e Cidade de Maputo, Manica, Sofala e Niassa. Em relação a 2007, a província de Cabo Delgado passou a ter, também, uma taxa positiva. As outras províncias continuaram com taxas negativas em 2017. O que chama à atenção, no tocante às taxas líquidas de migração, em 2017, é a redução significativa da taxa positiva da província de Maputo de 30,4%, em 2007, para 18,2%, em 2017; e a subida drástica da taxa positiva de Cidade de Maputo de 9,2% em 2007, para 20%, em 2017 (vide Gráfico 2).

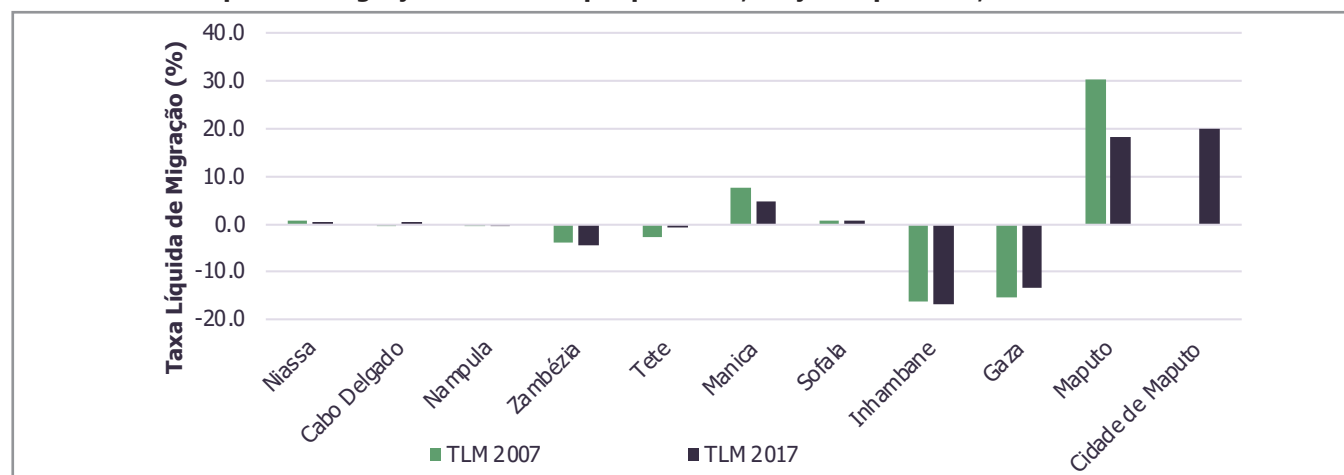
5.1.1.2. MIGRAÇÃO INTER-PROVINCIAL DE DATAS FIXAS: 2006-2007, 2002-2007, 2016-2017 E 2012-2017

Esta secção apresenta a migração inter-provincial de datas fixas de 1 e 5 anos anteriores aos censos demográficos de 2007 e 2017, isto é, dos períodos 2006-2007 e 2002-2007, 2016-2017 e 2012-2017, respectivamente. Trata-se de fluxos migratórios (origens e destinos dos migrantes) e volumes de imigrantes e emigrantes para cada província nos períodos em referência (vide Quadros 4 a 5). O Quadro 2A apresenta a matriz de origem e destino de migrantes

de data fixa de 1 ano anterior ao censo de 2007, portanto, do período 2006-2007, altura em que se registou um volume total de 216.666 migrantes inter-provinciais, com as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Zambézia a se destacarem pelos pesos relativamente mais elevados no volume total de imigração, tendo perfeito, respectivamente, 28,1%, 12,1% e 9,9% do volume total dos imigrantes do período. Os pesos relativamente mais elevados no volume total de emigração do período foram observados nas províncias de Cidade de Maputo (30,1%), Zambézia (9,9%), Sofala (9,6%) e Inhambane (9,4%), alcançando, em conjunto, cerca de 60% do volume total de emigrantes inter-provinciais do período 2006-2007.

Entretanto, a comparação entre os volumes de imigrantes e de emigrantes, em cada província (Quadro 4) indica um grupo de quatro províncias cujos volumes de imigrantes superam os de emigrantes, no período 2006-2007, tendo sido, por isso, províncias de imigração do período: Maputo, com uma imigração maioritariamente das províncias da região sul de Moçambique, sendo 65,1% de Cidade de Maputo, 14,6% de Inhambane, e 10,9%, de Gaza; Manica, com uma imigração principalmente de Sofala (56%) e Tete (16,6%); Nampula, com uma imigração predominantemente da Zambézia (31,7%), Cabo Delgado (24,8%) e Niassa (16,1%); e Cabo Delgado, com uma imigração maioritariamente de Nampula (61,7%). Também, foram identificadas sete províncias cujos volumes de emigrantes superam os de imigrantes, portanto, as províncias de emigração do período 2006-2007: Cidade de Maputo, com uma emigração principalmente para as províncias de Maputo (60,8%), Inhambane (15,6%) e Gaza (10,1%); Gaza, com uma emigração essencialmente para as províncias de Maputo (41,9%), Cidade de Maputo (36,3%) e Inhambane (12,4%); Inhambane, com grande parte de emigrantes para as províncias de Maputo (43,6%) e Cidade de Maputo (32%);

Gráfico 2: Taxa líquida de migração acumulada por província, Moçambique 2007, 2017



Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

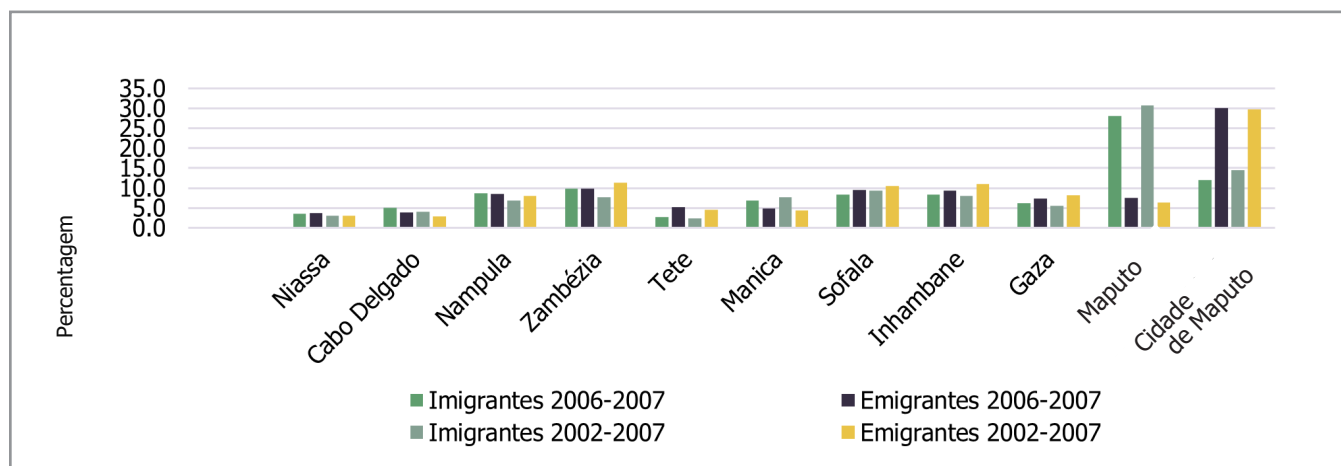
Sofala, com uma emigração predominantemente para Manica (39,9%) e Zambézia (22,7%); Tete, com muitos emigrantes para as províncias de Zambézia (29,9%), Manica (22,1%) e Sofala (20,2%); Zambézia, com uma emigração principalmente para as províncias de Sofala (29,9%), Nampula (27,7%) e Cidade de Maputo (13%); e Niassa, com grande parte de emigrantes para as províncias de Nampula (37,6%), Zambézia (34,6%) e Cabo Delgado (11,6%).

A migração do quinquénio 2002-2007, no Quadro 5, indica o registo de um volume total de 415.232 migrantes do período. A análise da contribuição das províncias revela pesos diferenciados, destacando-se pesos relativamente mais elevados no volume total da imigração das províncias de Maputo (30,8%), Cidade de Maputo (14,5%), Sofala (9,4%), Inhambane (8%), Manica (7,7%) e Zambézia (7,7%). No que respeita ao volume total de emigração do quinquénio, os pesos mais elevados foram para Cidade de Maputo (29,7%), províncias da Zambézia (11,3%), Inhambane (11%), Sofala (10,6%), Gaza (8,2%) e Nampula (8%). Uma comparação entre os volumes de imigrantes e emigrantes, em cada província, permite diferenciar províncias cujos volumes de imigração superam os de emigração e vice-versa. As províncias cujos volumes de imigrantes superam os de emigrantes, portanto, províncias de imigração do quinquénio 2002-2007, são: Maputo, que obteve uma imigração maioritariamente da Cidade de Maputo (60,1%), Inhambane (16,6%) e Gaza (12,2%); Manica, sendo a maioria dos imigrantes provenientes de Sofala (58%), Tete (16%) e Zambézia (10,1%); Cabo Delgado, com uma imigração predominantemente de Nampula (65,2%); e Niassa, com grande parte de imigrantes provenientes das províncias de Nampula (42,9%), Zambézia (21,4%) e Cabo Delgado (12,8%).

UMA COMPARAÇÃO ENTRE VOLUMES DE IMIGRANTES E EMIGRANTES, EM CADA PROVÍNCIA, PERMITE DIFERENCIAR PROVÍNCIAS CUJOS VOLUMES DE IMIGRAÇÃO

Como províncias de emigração do quinquénio 2002-2007 destacam-se a Cidade de Maputo, que teve a maioria de emigrantes para as províncias de Maputo (62,2%), Inhambane (15,6%) e Gaza (9,3%); a Província de Gaza, com uma emigração principalmente para a província de Maputo (45,5%) e Cidade de Maputo (39,8%); Inhambane, com grande parte de emigrantes para a província de Maputo (46,6%) e Cidade de Maputo (33,8%); Sofala, com uma emigração predominantemente para as províncias de Manica (42,5%), Zambézia (17,9%) e Cidade de Maputo (11,3%); Tete, com uma emigração essencialmente para as províncias de Manica (27%), Sofala (26,2%) e Zambézia (20,8%); Zambézia, com grande parte de emigrantes principalmente para as províncias de Sofala (34,9%), Nampula (19,3%), Cidade de Maputo (16,1%) e Maputo (10,9%); e Nampula, com uma emigração principalmente para as províncias de Cabo Delgado (32,4%), Zambézia (26,3%) e Niassa (16,5%).

Gráfico 3: O peso das províncias no volume dos migrantes dos períodos 2006-2007 e 2002-2007, Moçambique 2007



Fonte: INE, Censo Demográfico 2007

Em suma, conforme ilustra o Gráfico 3, os dados de migração do censo de 2007 indicam, para as duas datas fixas de 1 e 5 anos anteriores à data do censo (2006-2007 e 2002-2007), as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Zambézia como as que lideraram os volumes da imigração inter-provincial, ao perfazerem, conjuntamente, um pouco mais de 50% da imigração total de cada um dos períodos. Relativamente à liderança nos volumes de emigração inter-provincial nas duas datas fixas, destacaram-se as províncias de Cidade de Maputo, Zambézia, Inhambane e Sofala, ao totalizarem cerca de 60% da emigração total de cada um dos períodos (Gráfico 3). Note-se, também, que as províncias de Cidade de Maputo e Zambézia se destacaram, nas duas datas fixas, pelos elevados volumes, tanto de imigração,

como de emigração. Importa salientar que, nas duas datas fixas, por um lado, as províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado foram províncias de imigração, isto é, os volumes de imigrantes superaram os de emigrantes. Por outro lado, as províncias de Cidade de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia foram províncias de emigração, porque os volumes de emigrantes superaram os de imigrantes. As províncias de Nampula e Niassa são as únicas que mostraram tendências diferentes nas duas datas: no período de 2006-2007, a província de Nampula foi de imigração e a de Niassa de emigração, mas no quinquénio 2002-2007 Nampula foi província de emigração, e Niassa província de imigração.



© Martin Bekerman em Unsplash

Quadro 4: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 1 ano, período 2006-2007, Moçambique 2007

Província de Residência em 2006	Província de Residência em 2007											Total de Emigrantes
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	
Niassa	0	932	3 028	2 785	237	129	247	84	70	266	280	8 058
Cabo Delgado	1 373	0	4 661	638	309	127	198	71	88	385	397	8 247
Nampula	2 940	6 799	0	5 233	240	401	539	175	191	763	1.212	18 493
Zambézia	1 388	558	5 953	0	710	1 352	6 440	181	232	1 898	2.796	21 508
Tete	190	949	795	3 336	0	2 462	2 250	152	141	418	464	11 157
Manica	157	228	942	974	2 077	0	4 290	520	351	554	487	10 580
Sofala	256	359	662	4 712	1 320	8 304	0	1 571	294	1 484	1.828	20 790
Inhambane	84	128	351	215	232	504	1 567	0	1 901	8 878	6.511	20 371
Gaza	67	97	240	300	90	486	203	1 962	0	6 643	5.759	15 847
Maputo	594	211	441	885	182	250	430	3 310	3 607	0	6.384	16 294
Cidade de Maputo	636	756	1 695	2 376	662	820	1 875	10 186	6 629	39 686	0	65 321
Total de Imigrantes	7 685	11 017	18 768	21 454	6 059	14 835	18 039	18 212	13 504	60 975	26 118	216 666

Fonte: INE, Censo 2007.

Quadro 5: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 5 anos, quinquénio 2002-2007, Moçambique 2007

Província de Residência em 2002	Província de Residência em 2007											
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Niassa	0	1 431	4 779	3 905	441	255	423	167	122	559	641	12.723
Cabo Delgado	1 633	0	6 916	861	302	229	377	146	108	649	951	12.172
Nampula	5 475	10 751	0	8 710	429	604	1 303	344	389	1 958	3.193	33.156
Zambézia	2 733	864	9 082	0	1 230	3 235	16 411	302	487	5 115	7.559	47.018
Tete	429	652	1 110	3 956	0	5 129	4 990	366	210	975	1.209	19.026
Manica	224	265	1 076	1 437	2 837	0	8 143	872	519	1 212	1 325	17 910
Sofala	502	524	1 247	7 854	2 514	18 642	0	3 404	557	3 691	4 970	43 905
Inhambane	143	167	391	276	451	1 086	2 557	0	3 847	21 260	15 414	45 592
Gaza	113	100	266	269	134	857	407	2 880	0	15 549	13 579	34 154
Maputo	443	272	535	962	243	453	849	5 614	5 470	0	11 392	26 233
Cidade de Maputo	1 069	1 469	3 103	3 829	1 377	1 650	3 517	19 185	11 411	76 733	0	123 343
Total	12 764	16 495	28 505	32 059	9 958	32 140	38 977	33 280	23 120	127 701	60 233	415 232

Fonte: INE, Censo 2007.

Quadro 6: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 1 ano, período 2016-2017, Moçambique 2017

Província de Residência em 2016	Província de Residência em 2017											Total
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	
Niassa	0	122	299	173	50	49	87	12	24	83	62	961
Cabo Delgado	80	0	549	66	31	63	48	19	19	129	113	1 117
Nampula	415	1 848	0	814	130	148	379	102	46	381	458	4 721
Zambézia	244	216	1 440	0	281	603	2 783	109	119	1 823	1 338	8 956
Tete	35	82	105	117	0	535	739	57	45	185	167	2 067
Manica	24	71	96	139	485	0	1 034	103	98	222	163	2 435
Sofala	57	82	234	598	546	1 929	0	240	102	547	430	4 765
Inhambane	14	36	59	100	78	122	253	0	630	3 930	1 592	6 814
Gaza	7	10	45	42	41	57	146	244	0	2 759	1 324	4 675
Maputo	69	206	313	398	271	258	451	933	988	0	2 738	6 625
Cidade de Maputo	6	17	16	34	13	19	31	136	155	5 786	0	6 213
Total	951	2 690	3 156	2 481	1 926	3 783	5 951	1 955	2 226	15 845	8 385	49 349

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 7: Matriz de origem e destino de migrantes de data fixa de 5 anos, quinquénio 2012-2017, Moçambique 2017

Província de Residência em 2012	Província de Residência em 2017											Total Emigrantes
	Niasa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	
Niasa	0	1 304	2 810	1 950	469	348	451	134	129	718	526	8 839
Cabo Delgado	915	0	4 909	627	277	300	480	192	170	914	837	9 621
Nampula	4 915	11 527	0	7 193	1 258	922	2 643	517	398	3 028	2 947	35 348
Zambézia	3 328	1 557	11 421	0	2 896	4 704	22 289	638	819	14 188	9 407	71 247
Tete	387	390	713	1 417	0	4 326	6 268	298	225	1 353	1 000	16 377
Manica	345	310	680	1 015	4 387	0	6 761	522	504	1 692	1 136	17 352
Sofala	482	595	1 666	4 506	4 600	18 212	0	1 514	587	4 368	3 203	39 733
Inhambane	206	255	418	760	790	947	2 095	0	4 091	30 394	11 760	51 716
Gaza	126	149	295	366	325	343	532	1 650	0	19 879	9 136	32 801
Maputo	669	1 067	2 329	2 671	2 202	1 569	2 413	5 465	5 748	0	14 516	38 649
Cidade de Maputo	25	103	177	175	92	114	222	716	843	38 327	0	40 794
Total imigrantes	11 398	17 257	25 418	20 680	17 296	31 785	44 154	11 646	13 514	114 861	54 468	362 477

Fonte: INE, Censo 2017.

A COMPARAÇÃO ENTRE VOLUMES DE IMIGRANTES E EMIGRANTES DO PERÍODO 2016-2017, EM CADA PROVÍNCIA, PERMITE DISTINGUIR PROVÍNCIAS CUJOS VOLUMES DE IMIGRANTES SUPERARAM OS DE EMIGRANTES E VICE-VERSA

Os Quadros 6 e 7 apresentam a migração das datas fixas de 1 e 5 anos anteriores ao Censo Demográfico de 2017, portanto, do período 2016-2017 e do quinquénio 2012-2017, respectivamente. A matriz de origem e destino de migrantes do período 2016-2017 (Quadro 6) mostra, para este período, um volume total de 49.349 migrantes, um pouco mais de quatro vezes menor do que o observado no período 2006-2007, reflectindo uma redução considerável dos fluxos migratórios inter-provinciais no censo de 2017. Uma análise dos pesos das províncias no volume total da migração do período 2016-2017 mostra as províncias de Maputo, Maputo Cidade e Sofala como as que tiveram os pesos relativamente mais elevados no volume da imigração do período, com respectivamente 32,1%, 17% e 12,1% do total dos imigrantes inter-provinciais do período. As províncias com maiores pesos no volume total da emigração do período foram as da Zambézia, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo, com respectivamente 18,1%, 13,8%, 13,4% e 12,6% do volume total dos emigrantes observados no período 2016-2017.

A comparação entre volumes de imigrantes e emigrantes do período 2016-2017, em cada província, permite distinguir províncias cujos volumes de imigrantes superaram os de emigrantes e vice-versa. As províncias de imigração do período foram: Cidade de Maputo, que obteve uma imigração principalmente das províncias de Maputo (32,7%),

Inhambane (19%), Zambézia (16%) e Gaza (15,8%); Maputo, com uma imigração principalmente de Cidade de Maputo (36,5%), Inhambane (24,8%), Gaza (17,4%) e Zambézia (11,5%); Sofala, com grande parte dos imigrantes provenientes das províncias de Zambézia (46,8%), Manica (17,4%) e Tete (12,4%); Manica, com a maioria dos imigrantes originários das províncias de Sofala (51%), Zambézia (15,9%) e Tete (14,1%); e Cabo Delgado, com uma imigração maioritariamente da província de Nampula (68,7%). As províncias de emigração do período 2016-2017 foram: Gaza, com a maioria dos emigrantes para as províncias de Maputo (59%) e Cidade de Maputo (28,3%); Inhambane, com a maior parte dos emigrantes para as províncias de Maputo (57,7%) e Cidade de Maputo (23,4%); Tete, com uma emigração principalmente para as províncias de Sofala (35,8%) e Manica (25,9%); Zambézia, com grande parte dos emigrantes para as províncias de Sofala (31,1%), Maputo (20,4%), Nampula (16,1%) e Cidade de Maputo (14,9%); Nampula, com uma emigração predominantemente para as províncias de Cabo Delgado (39,1%) e Zambézia (17,2%); e Niassa, cuja emigração foi principalmente para as províncias de Nampula (31,1%), Zambézia (18%) e Cabo Delgado (12,7%).

A migração do quinquénio 2012-2017, portanto, da data fixa de 5 anos anteriores ao Censo Demográfico de 2017, no Quadro 7, indica um volume total de 362.477 migrantes, relativamente menor em cerca de 13%, do que o observado no quinquénio 2002-2007, o que reforça a ideia de que houve redução considerável dos fluxos migratórios inter-provinciais no censo de 2007. A análise da participação das províncias no volume total da migração do quinquénio 2012-2017 destaca as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Sofala como as que tiveram pesos relativamente maiores no volume total dos imigrantes do quinquénio, com uma participação de respectivamente 31,7%, 15% e 12,2%. No que respeita aos pesos das províncias no volume total da emigração do quinquénio 2012-2017, o Quadro 7 destaca as seguintes províncias como sendo as que tiveram pesos relativamente maiores: Zambézia (com 19,7%), Inhambane (14,3%), Cidade de Maputo (11,3%), Sofala (11%) e Maputo (10,7%). Em relação aos fluxos migratórios do quinquénio 2012-2017, os dados apontam para um conjunto de sete províncias que registaram mais entradas do que saídas, tendo sido, por isso, províncias de imigração deste quinquénio: Maputo Cidade, com uma imigração principalmente das Províncias de Maputo (26,7%), Inhambane (21,6%), Zambézia (17,3%) e Gaza (16,8%); Maputo, com grande parte dos imigrantes provenientes de Cidade de Maputo (33,4%), Inhambane (26,5%), Gaza (17,3%) e Zambézia (12,4%); Sofala, com

uma imigração maioritariamente das províncias de Zambézia (50,5%), Manica (15,3%) e Tete (14,2%); Manica, com a maior parte dos imigrantes provenientes das províncias de Sofala (57,3%), Zambézia (14,8%) e Tete (13,6%); Tete, com grande parte de imigrantes oriundos de Sofala (26,6%), Manica (25,4%), Zambézia (16,7%) e província de Maputo (12,7%); Cabo Delgado, com uma imigração maioritariamente de Nampula (66,8%); e Niassa, com uma imigração predominantemente das províncias de Nampula (43,1%) e Zambézia (29,2%). Houve quatro províncias que registaram mais saídas que entradas, sendo, por isso, consideradas províncias de emigração do quinquénio 2012-2017, sendo: Gaza, com a maioria dos emigrantes para as províncias de Maputo (60,6%) e Cidade de Maputo (27,9%); Inhambane, também, com uma emigração maioritariamente para as províncias de Maputo (58,8%) e Cidade de Maputo (22,7%); Zambézia, com grande parte dos emigrantes para as Províncias de Sofala (31,3%), Maputo (19,9%), Nampula (16%) e Cidade de Maputo (13,2%); e Nampula, com uma emigração principalmente para as províncias de Cabo Delgado (32,6%), Zambézia (20,3%) e Niassa (13,9%).

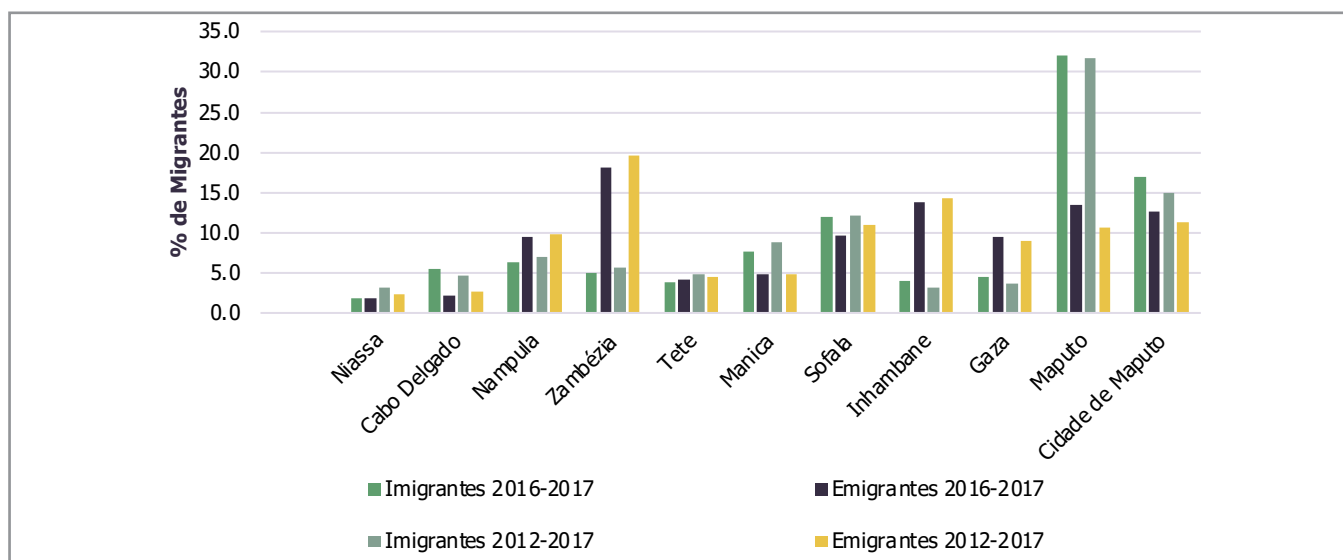
Resumindo, conforme o Gráfico 4, os dados de migração do censo de 2017 indicam que, nas duas datas fixas de 1 e 5 anos anteriores à data do censo, isto é, no período 2016-2017 e no quinquénio 2012-2017, as províncias de Maputo, Cidade de Maputo e Sofala lideraram os volumes da imigração inter-provincial, ao contribuírem em conjunto com cerca de 60% da imigração total de cada um dos períodos.

Entretanto, as províncias da Zambézia, Inhambane, Maputo e Cidade de Maputo destacaram-se na liderança dos volumes de emigração inter-provincial, nas duas datas fixas, ao totalizarem, em conjunto, um pouco mais de 55% da emigração total de cada um dos dois períodos (Gráfico 4). Note-se, também, que as províncias de Maputo e Maputo Cidade se destacaram, nas duas datas fixas, pelos elevados volumes, tanto de imigração, como de emigração. Nas duas datas fixas, as províncias de Maputo, Cidade de Maputo, Sofala, Manica e Cabo Delgado foram províncias de imigração, isto é, os volumes de imigrantes superaram os de emigrantes, diferentemente da Zambézia, Inhambane, Gaza e Nampula que foram províncias de emigração, porque os volumes de emigrantes superaram os de imigrantes. As províncias de Tete e Niassa foram as únicas que, nas duas datas fixas, mostraram tendências diferentes: no período de 2016-2017, as duas foram províncias de emigração, mas no quinquénio 2012-2017 passaram a províncias de imigração.

a) Migração líquida inter-provincial dos períodos 2006-2007 e 2002-2007

O Quadro 8 apresenta o resultado líquido da migração inter-provincial das datas fixas de 1 e 5 anos anteriores ao Censo Demográfico de 2007, ou seja, do período 2006-2007 e do quinquénio 2002-2007, respectivamente. O resultado líquido é apresentado através dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração.

Gráfico 4: O peso das províncias no volume dos migrantes dos períodos 2016-2017 e 2012-2017, Moçambique 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 8: Migrantes inter-provinciais dos períodos 2006-2007 e 2002-2007, saldos migratórios e taxas líquidas de migração, Moçambique 2007

Província	Data fixa de 1 ano - 2006-2007				Data fixa de 5 anos - 2002-2007			
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração (*) (%)	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração (*) (%)
	-1	-2	(1) - (2) -3	(*) (%) -4	-5	-6	(5) - (6) -7	(*) (%) -8
Niassa	7 685	8 058	-373	0,0	12 764	12 723	41	0,0
Cabo Delgado	11 017	8 247	2 770	0,2	16 495	12 172	4 323	0,3
Nampula	18 768	18 493	275	0,0	28 505	33 156	-4 651	-0,1
Zambézia	21 454	21 508	-54	0,0	32 059	47 018	-14 959	-0,4
Tete	6 059	11 157	-5 098	-0,3	9 958	19 026	-9 068	-0,5
Manica	14 835	10 580	4 255	0,3	32 140	17 910	14 230	1,0
Sofala	18 039	20 790	-2 751	-0,2	38 977	43 905	-4 928	-0,3
Inhambane	18 212	20 371	-2 159	-0,2	33 280	45 592	-12 312	-1,0
Gaza	13 504	15 847	-2 343	-0,2	23 120	34 154	-11 034	-0,9
Maputo	60 975	16 294	44 681	3,7	127 701	26 233	101 468	8,4
Cidade de Maputo	26 118	65 321	-39 203	-3,6	60 233	123 343	-63 110	-5,8
Total	216 666	216 666	0	0,0	415 232	415 232	0	0,0

Fonte: INE, Censo 2007.

(*) Taxa Líquida de Migração = Saldo Migratório / População observada em 2007

De acordo com o Quadro 8, no ano anterior ao censo de 2007, isto é, no período 2006-2007), apenas Maputo, Manica, Nampula e Cabo Delgado tiveram saldo migratório positivo. Nestas quatro províncias, destaca-se a província de Maputo que liderou a imigração do período, com um ganho líquido de 44.681 pessoas, contra o menor ganho líquido de apenas 275 pessoas na província de Nampula. A seguir à província de Maputo posicionam-se as províncias de Manica e Cabo Delgado com uma migração líquida de +4.255 e +2.770 pessoas, respectivamente. Dentre as províncias que tiveram uma migração líquida negativa no período 2006-2007, destaca-se Cidade de Maputo que liderou a emigração do período, com uma perda líquida de 39.203 pessoas. Depois de Cidade de Maputo, seguem as províncias de Tete, Sofala, Gaza e Inhambane com uma migração líquida negativa de 5.098, 2.751, 2.343 e 2.159 pessoas, respectivamente. As menores perdas líquidas, de 373 e 54 pessoas, foram registadas nas províncias do Niassa e Zambézia, respectivamente.

No quinquénio 2002-2007 (Quadro 8), a província de Maputo manteve a liderança na imigração, com um ganho líquido de 101.468 pessoas, seguida pelas províncias de Manica e Cabo Delgado com uma migração líquida de +14.230 e +4.323 pessoas, respectivamente. A província do Niassa teve o menor ganho líquido, no quinquénio, de apenas 41 pessoas. Em termos de perdas de população, devido à emigração, no quinquénio 2002-2007, Cidade de Maputo salienta-se mais uma vez por ter atingido a maior migração líquida negativa de 63.110 pessoas. A seguir estão as províncias da Zambézia, com uma perda líquida de 14.959 pessoas; Inhambane com -12.312 pessoas; Gaza, com -11.034 pessoas; Tete, -9.068 pessoas; Sofala, -4.928 pessoas; e Nampula, com -4.651 pessoas.

As taxas líquidas de migração inter-provincial apresentadas no Quadro 8 indicam a proporção com que a migração líquida dos períodos 2006-2007 e 2002-2007 contribuiu para

OS RESULTADOS DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO INTERPROVINCIAL DO QUINQUÉNIO 2002-2007 INDICAM QUE A PROVÍNCIA DE MAPUTO FOI A QUE REGISTOU A TAXA POSITIVA MAIS ELEVADA

o tamanho da população observada em 2007. No período 2006-2007, a taxa líquida de migração positiva mais elevada de 3,7% foi observada na província de Maputo, significando que esta foi a proporção com que a migração do ano anterior ao censo de 2007 contribuiu para o tamanho da população da província de Maputo no ano de 2007. Cidade de Maputo obteve a taxa líquida de migração negativa mais elevada, de 3,6%, no período 2006-2007, significando que a população observada em 2007 na cidade de Maputo foi diminuída nesta proporção, por conta da migração do ano anterior ao censo de 2007. Nas restantes províncias as taxas líquidas de migração variaram entre 0,3%, na província de Tete, e 0,3%, na província de Manica, significando que a migração líquida do período 2006-2007 teve uma contribuição relativamente menor para o tamanho da população observada em 2007 nestas províncias.

Os resultados das taxas líquidas de migração inter-provincial do quinquénio 2002-2007 (Quadro 8) indicam, mais uma vez, que a província de Maputo registou a taxa positiva mais elevada, de 8,4%. Portanto, esta foi a proporção com que a migração líquida do quinquénio contribuiu para o tamanho da população observada na província de Maputo em 2007. Outra contribuição significativa da migração líquida para o tamanho da população observada em 2007 registou-se na província de Manica, com uma taxa líquida de migração positiva de 1%.

Ao contrário, a taxa líquida de migração negativa mais elevada, de 5,8%, foi registada, mais uma vez, em Cidade de Maputo, significando a proporção em que foi diminuída a população observada nesta província, em 2007, por conta da migração do quinquénio 2002-2007. Outras reduções relativamente significativas da população foram registadas nas províncias de Inhambane e Gaza, com 1% e 0,9% de taxas líquidas de migração, respectivamente. Nas restantes províncias as taxas líquidas de migração do quinquénio 2002-2007 variaram entre 0,5%, em Tete, e 0,3%, em Cabo Delgado, significando uma participação relativamente menor da migração líquida do quinquénio em relação ao tamanho da população observada nestas províncias, em 2007, (Quadro 8).

b) Migração líquida inter-provincial dos períodos 2016-2017 e 2012-2017

O Quadro 9 apresenta o resultado líquido da migração inter-provincial das datas fixas de 1 e 5 anos anteriores ao Censo Demográfico de 2017, ou seja, do período 2016-2017 e do quinquénio 2012-2017, respectivamente. De acordo com o Quadro 9, no ano anterior ao Censo de 2017, isto é, no período 2016-2017, apenas as províncias de Maputo, Maputo Cidade, Cabo Delgado, Manica e Sofala tiveram uma migração líquida positiva. À semelhança do observado nas datas fixas anteriores ao censo de 2007, a província de Maputo manteve a liderança na imigração interna no ano anterior ao censo de 2017, com um ganho líquido de 9.220 pessoas, cerca de 5 vezes menor ao observado no período 2006-2007. Depois da província de Maputo, seguem Cidade de Maputo, com um ganho líquido de 2.172 pessoas; Cabo Delgado, com 1.573 pessoas; Manica, com 1.348 pessoas; e Sofala, com 1.186 pessoas. Note-se, igualmente, que as províncias de Manica e Cabo Delgado mantiveram a tendência de migração líquida positiva do ano anterior ao censo de 2007, mas com ganhos líquidos relativamente menores no período 2016-2017. Cidade de Maputo e Sofala passaram de uma situação de migração líquida negativa, no período 2006-2007, para a de migração líquida positiva em 2016-2017 (Quadro 9).

Quadro 9: Migrantes inter-provinciais dos períodos 2016-2017 e 2012-2017, saldos migratórios e taxas líquidas de migração, Moçambique 2017

Província	Data fixa de 1 ano - 2016-2017				Data fixa de 5 anos - 2012-2017			
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração (*) (%)	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração (*) (%)
			(1) - (2)				(5) - (6)	
	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8
Niassa	951	961	-10	0,0	11 398	8 839	2 559	0,1
Cabo Delgado	2 690	1 117	1 573	0,1	17 257	9 621	7 636	0,3
Nampula	3 156	4 721	-1 565	0,0	25 418	35 348	-9 930	-0,2
Zambézia	2 481	8 956	-6 475	-0,1	20 680	71.247	-50 567	-1,0
Tete	1 926	2 067	-141	0,0	17 296	16 377	919	0,0
Manica	3 783	2 435	1 348	0,1	31 785	17 352	14 433	0,8
Sofala	5 951	4 765	1 186	0,1	44 154	39 733	4 421	0,2
Inhambane	1 955	6 814	-4 859	-0,3	11 646	51 716	-40 070	-2,8
Gaza	2 226	4 675	-2 449	-0,2	13 514	32 801	-19 287	-1,4
Maputo	15 845	6 625	9 220	0,5	114 861	38 649	76 212	4,0
Cidade de Maputo	8 385	6 213	2 172	0,2	54 468	40 794	13 674	1,3
Total	49 349	49 349	0	0,0	362 477	362 477	0	0,0

Fonte: INE, Censo 2017.

(*) Taxa Líquida de Migração = Saldo Migratório / População observada em 2017

Quanto à migração líquida negativa do período 2016-2017 (Quadro 9), o destaque vai para a província da Zambézia, que liderou a emigração do período, com uma perda líquida de 6.475 pessoas, equivalente a um incremento em mais de 100 vezes em relação à perda líquida que a província registou no período 2006-2007. Seguindo-se à província da Zambézia, Inhambane, Gaza e Nampula, registaram perdas líquidas de 4.859, 2.449 e 1.565 pessoas, respectivamente. As menores perdas líquidas do período foram registadas nas províncias de Tete e Niassa, tendo sido de 141 e 10 pessoas, respectivamente. Note-se que, enquanto Inhambane e Gaza incrementaram a perda líquida no período 2006-2007, a província de Nampula passou de uma situação de migração líquida positiva, embora reduzida, em 2006-2007, para a situação de migração líquida negativa em 2016-2017.

No quinquénio 2012-2017 (Quadro 9), a província de Maputo manteve-se como líder na imigração do período, com um ganho líquido de 76.212 pessoas, seguida pelas províncias de Manica, que teve um ganho líquido de 14.433 pessoas; Cidade de Maputo, 13.674 pessoas, Cabo Delgado, 7.636 pessoas; Sofala, 4.421 pessoas; Niassa, 2.559 pessoas; e Tete, cujo ganho foi de 919 pessoas. Note-se, porém, que em relação ao quinquénio 2002-2007, o saldo migratório positivo da província de Maputo diminuiu em cerca de 25%, contrariamente aos saldos migratórios positivos das províncias do Niassa, Cabo Delgado e Manica que conheceram um incremento no quinquénio 2012-2017: Niassa teve um incremento de mais de sessenta vezes; Cabo Delgado, em cerca de 77%; e Manica, em 1,4%. As províncias de Maputo Cidade e Sofala passaram de uma situação de perda de população, no quinquénio 2002-2007, para uma outra de migração líquida positiva, no quinquénio 2012-2017. Apenas quatro províncias tiveram uma migração líquida negativa, no

quinquénio 2012-2017 (Quadro 9). A maior perda líquida, de 50.567 pessoas, registou-se na província da Zambézia, seguindo-se as províncias de Inhambane, Gaza e Nampula que tiveram perdas líquidas de 40.070, 19.287 e 9.930 pessoas, respectivamente. Saliente-se que as perdas líquidas nas quatro províncias aumentaram de forma considerável, quando comparadas com as observadas no quinquénio 2002-2007. Nas províncias da Zambézia e Inhambane as perdas líquidas aumentaram 3 vezes mais e, em Gaza e Nampula, cerca de 2 vezes mais.

As taxas líquidas de migração inter-provincial, apresentadas no Quadro 9, indicam a proporção com que a migração líquida dos períodos 2016-2017 e 2012-2017 contribuiu para o tamanho da população observada em 2017. No período 2016-2017, as taxas líquidas de migração, no conjunto das províncias, variaram entre -0,3%, na província de Inhambane e 0,5%, na província de Maputo, significando que a migração líquida do período 2016-2017 teve uma contribuição relativamente menor para o tamanho da população observada em 2007, nestas províncias. De facto, a taxa positiva máxima de 0,5%, observada na província Maputo é sete vezes inferior à registada na mesma província no ano anterior ao censo de 2007, no período 2006-2007. De igual modo, a taxa negativa máxima de 0,3%, observada na província de Inhambane, é 12 vezes inferior à registada nesta província, no período 2006-2007.

Os resultados das taxas líquidas de migração inter-provincial do quinquénio 2012-2017 (Quadro 9) indicam uma taxa positiva mais elevada, de 4%, para a província de Maputo. Esta é a proporção com que a migração líquida do quinquénio contribuiu para o tamanho da população observada na província de Maputo em 2017. Note-se, porém, que esta taxa é duas vezes menor que a observada na mesma província, no quinquénio 2002-2007. Outras contribuições relativamente significativas da migração líquida do quinquénio 2012-2017 para o tamanho da população observada em 2017 foram registadas nas províncias de Cidade de Maputo e Manica, com taxas líquidas de migração positivas de 1,3% e 0,8%, respectivamente. Saliente-se que no quinquénio 2002-2007 Cidade de Maputo registara uma taxa líquida de migração negativa de 5,8%. Por outro lado, a província de Inhambane foi a que registou a taxa líquida de migração negativa mais elevada, de 2,8%, seguida pelas províncias de Gaza e Zambézia, com -1,4% e -1%, respectivamente, sendo estas as proporções em que foi diminuída a população observada nestas províncias, em 2017, por conta da migração líquida do quinquénio 2012-2017. Nas restantes províncias as taxas líquidas de migração do quinquénio 2012-2017 variaram entre -0,2%, em Nampula, e 0,3%, em Cabo Delgado, o que reflecte uma participação relativamente menor da migração líquida em relação ao tamanho da população observada em 2017, nestas províncias (Quadro 9).

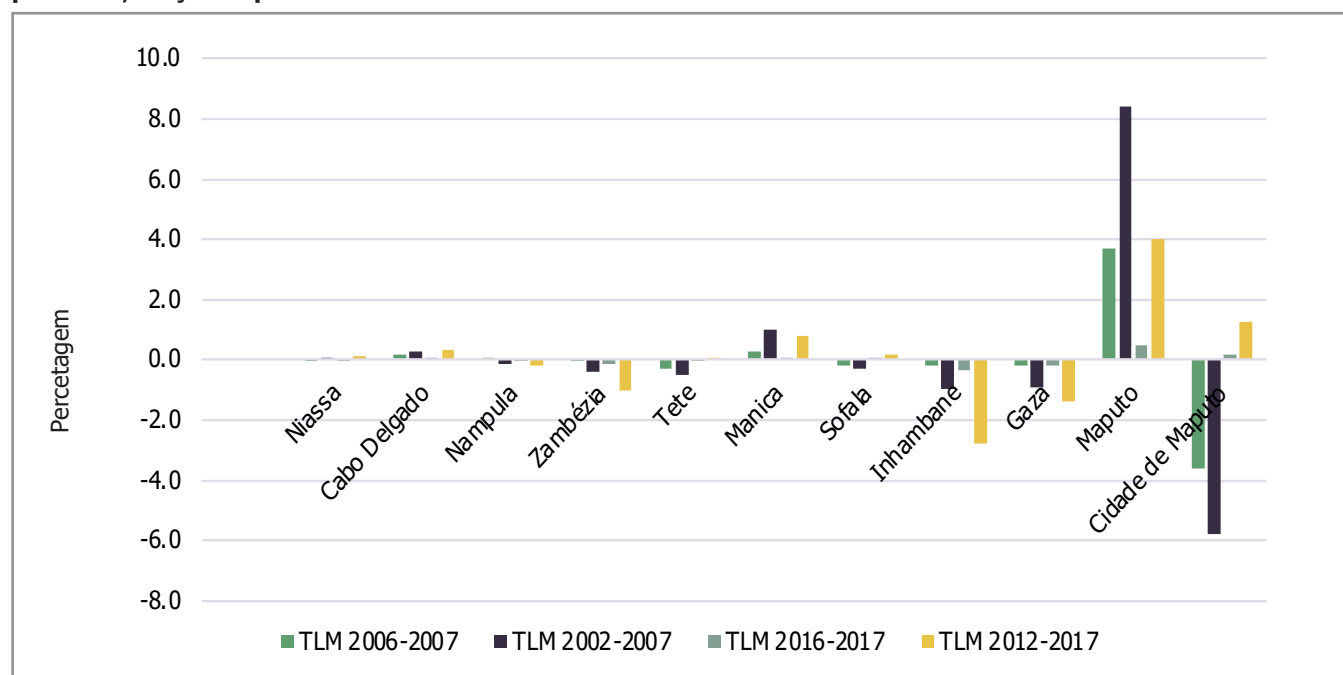
**OS RESULTADOS DAS
TAXAS LÍQUIDAS
DE MIGRAÇÃO
INTERPROVINCIAL
DO QUINQUÉNIO
2012-2017 INDICAM
UMA TAXA POSITIVA
MAIS ELEVADA,
DE 4%, PARA A
PROVÍNCIA DE
MAPUTO.**

Em suma, a análise das taxas líquidas de migração de datas fixas permitiu aferir a participação do saldo migratório, ou migração líquida, no tamanho da população observada em cada província nos censos demográficos de 2007 e 2017. Nos períodos 2006-2007 e 2002-2007, apenas três províncias: Maputo, Manica e Cabo Delgado tiveram taxas líquidas positivas superiores a 0%. Dentre as três províncias, a maior participação do saldo migratório no tamanho da população observada em 2007 foi registada na província de Maputo, com taxas líquidas de migração de 3,7% e 8,4% nos períodos 2006-2007 e 2002-2007, respectivamente, seguida pelas províncias de Manica, com 0,3% e 1%, e Cabo Delgado, com 0,2% e 0,3% (Gráfico 5). Nas outras províncias, a participação do saldo migratório dos períodos 2006-2007 e 2002-2007 no tamanho da população observada em 2007 foi negativa ou nula, destacando-se Cidade de Maputo, com taxas líquidas negativas de 3,6% e 5,8% em 2006-2007 e 2002-2007, respectivamente, seguida pelas províncias de Inhambane, com -0,2% e -1%; e Gaza, com -0,2% e -0,9%.

Nos períodos 2016-2017 e 2012-2017, a participação da migração líquida no tamanho da população foi superior a 0% em cinco províncias, mas muito mais reduzida do que a observada no censo de 2007. O destaque vai, uma vez mais, para a província de Maputo, com taxas líquidas de migração de 0,5% e 4% nos períodos 2016-2017 e 2012-

2017, respectivamente, seguida pelas províncias de Cidade de Maputo, com 0,2% e 1,3%, e Manica, com 0,1% e 0,8%. Em Inhambane, as taxas líquidas de migração foram de -0,3% e -2,8% em 2016-2017 e 2012-2017, respectivamente; em Gaza, -0,2% e -1,4%; na Zambézia, -0,1% e -1%; e Nampula, 0% e -0,2% (Gráfico 5).

Gráfico 5: Taxa líquida de migração dos períodos 2006-2007, 2002-2007, 2016-2017 e 2012-2017 por província, Moçambique 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

c) Migração interna de retorno dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017

O Quadro 10 apresenta os imigrantes internos de retorno, por província, dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017. No primeiro quinquénio foi registado um volume total de 107.797 imigrantes de retorno, correspondente a 26% do total de imigrantes internos do quinquénio. A maior imigração de retorno observou-se nas províncias de Inhambane (com

60,2% de imigração do quinquénio sendo de retorno), e Zambézia (com 59,4%). No quinquénio 2012-2017, foram registados 25.681 imigrantes de retorno, equivalendo a apenas 7,1% do volume total da imigração do quinquénio. Portanto, do primeiro ao segundo quinquénio houve uma redução em um pouco mais de 75% do volume de imigração de retorno. A imigração de retorno continuou a ter um peso significativo na imigração total do quinquénio nas províncias de Inhambane e Zambézia (Quadro 10).

Quadro 10: Imigrantes internos de retorno dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017 – Moçambique 2007, 2017

Província	Imigrantes internos de retorno do quinquénio 2002-2007		Imigrantes internos de retorno do quinquénio 2012-2017	
	N	% no total de imigrantes do quinquénio	N	% no total de imigrantes do quinquénio
Niassa	3 317	26,0	632	5,5
Cabo Delgado	6 016	36,5	1 029	6,0
Nampula	9 952	34,9	2 522	9,9
Zambézia	19 052	59,4	3 495	16,9
Tete	3 252	32,7	861	5,0
Manica	5 157	16,0	1 364	4,3
Sofala	8 030	20,6	2 172	4,9
Inhambane	20 045	60,2	2 015	17,3
Gaza	9 835	42,5	1 252	9,3
Maputo	14 558	11,4	7 661	6,7
Cidade de Maputo	8 583	14,2	2 678	4,9
Total	107 797	26,0	25 681	7,1

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

d) Índice de Eficácia Migratória

O Quadro 11 apresenta o índice de eficácia migratória (IEM), resultante do quociente entre o saldo migratório e o volume total de imigrantes mais emigrantes. Este índice “mede a capacidade de atracção, evasão ou circulação/rotatividade migratória de uma unidade geográfica”. O IEM varia de -1 a +1, com as diferentes classes dentro do intervalo a representarem as diferentes potencialidades de absorção migratória das respectivas unidades geográficas, ou seja, para IEM = -1,00 a -0,13, trata-se de área de perda migratória; de -0,12 a 0,12, área de circulação/rotatividade migratória; e de 0,13 a 1,00, área de retenção migratória (Grupo de Foz 2021: 429).

O IEM indica que as províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado foram áreas de retenção migratória no quinquénio 2002-2007. Cidade de Maputo, Gaza, Tete, Zambézia, Sofala e Nampula foram áreas de perda migratória. Niassa foi área de circulação ou rotatividade migratória. No quinquénio 2012-2017 as províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado continuaram sendo áreas de retenção migratória, juntamente com Cidade de Maputo e Niassa. As províncias de Inhambane, Gaza, Zambézia e Nampula também se mantiveram áreas de perda migratória. As províncias de Tete e Sofala transitaram de áreas de perda para áreas de circulação ou rotatividade migratória.

Quadro 11: Índice de Eficácia Migratória por província, Moçambique 2007-2017

Província	Índice de eficácia migratória (IEM)			
	2002-2007		2012-2017	
	IEM	Classificação	IEM	Classificação
Niassa	0,00	Circulação migratória	0,13	Retenção migratória
Cabo Delgado	0,15	Retenção migratória	0,28	Retenção migratória
Nampula	-0,08	Perda migratória	-0,16	Perda migratória
Zambézia	-0,19	Perda migratória	-0,55	Perda migratória
Tete	-0,31	Perda migratória	0,03	Circulação migratória
Manica	0,28	Retenção migratória	0,29	Retenção migratória
Sofala	-0,06	Perda migratória	0,05	Circulação migratória
Inhambane	-0,16	Perda migratória	-0,63	Perda migratória
Gaza	-0,19	Perda migratória	-0,42	Perda migratória
Maputo	0,66	Retenção migratória	0,50	Retenção migratória
Cidade de Maputo	-0,34	Perda migratória	0,14	Retenção migratória

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

5.1.1.3. PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO DOS MIGRANTES INTER-PROVINCIAIS

Nesta secção é apresentado o perfil dos migrantes inter-provinciais com base nas suas características selectivas: sexo, idade, estado civil, escolaridade e ocupação. A análise restringe-se aos migrantes de data fixa de 5 anos, portanto, dos quinquénios anteriores aos censos demográficos de 2007 e 2017, períodos 2002-2007 e 2012-2017, respectivamente.

a) Composição dos migrantes inter-provinciais por sexo e idade

O sexo e a idade constituem duas das principais características selectivas dos migrantes. A intensidade relativa com que os subgrupos de uma população migram, varia em função das características das pessoas que constituem tais subgrupos, dentre elas o sexo e a idade. Universalmente, está comprovado que a maioria dos migrantes são indivíduos do sexo masculino, adultos jovens. A literatura confirma que, em geral, entre 40 e 50% dos migrantes de uma determinada corrente têm idades compreendidas entre 15 e 30 anos no momento da realização do movimento (Elizaga e Macisco, 1975).

Baseado nos censos demográficos de Moçambique, de 2007 e 2017, o Quadro 12 apresenta a distribuição por sexo dos imigrantes inter-provinciais dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017, respectivamente, anteriores aos dois censos.

**UNIVERSALMENTE,
ESTÁ COMPROVADO
QUE A MAIORIA DOS
MIGRANTES SÃO
INDIVÍDUOS DO SEXO
MASCULINO, ADULTOS
JOVENS**

Quadro 12: Distribuição de imigrantes inter-provinciais dos quinquênios 2002-2007 e 2012-2017 por sexo, Moçambique 2007-2017

Província	2002-2007				2012-2017			
	N	Homens	Mulheres	Total	N	Homens	Mulheres	Total
		%	%	%		%	%	%
Niassa	12 764	58,6	41,4	100	11 398	55,1	44,9	100
Cabo Delgado	16 495	61,1	38,9	100	17 257	58,7	41,3	100
Nampula	28 505	57,5	42,5	100	25 418	53,6	46,4	100
Zambézia	32 059	57,8	42,2	100	20 680	54,6	45,4	100
Tete	9 958	55,4	44,6	100	17 296	54,2	45,8	100
Manica	32 140	52,5	47,5	100	31 785	49,1	50,9	100
Sofala	38 977	56,4	43,6	100	44 154	53,6	46,4	100
Inhambane	33 280	48,7	51,3	100	11 646	44,6	55,4	100
Gaza	23 120	49,4	50,6	100	13 514	47,5	52,5	100
Maputo	127 701	48,3	51,7	100	114 861	47,4	52,6	100
Cidade de Maputo	60 233	48,9	51,1	100	54 468	47,0	53,0	100
Total	415 232	52,0	48,0	100	362 477	50,1	49,9	100

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

No Quadro 12, pode-se observar, claramente, um certo desequilíbrio entre homens e mulheres nos volumes de imigrantes internos em cada província, nos dois quinquênios. Enquanto as províncias das regiões centro e norte de Moçambique apresentam o padrão universal de predominância de homens nas correntes migratórias, exceptuando a província de Manica no segundo quinquénio, as províncias da região sul indicam um padrão oposto, em que as mulheres predominam nos volumes de imigração, numa proporção um pouco acima dos 50%, alcançando 55% em Inhambane, no segundo quinquénio. Esta tendência observa-se, também, nos volumes de emigração de cada província, no Quadro 13. Mais uma vez, as províncias da região sul não só recebem mais migrantes mulheres, como também têm mais mulheres a emigrar do que os homens. O fenómeno é mais notável na província de Gaza, onde quase 60% dos emigrantes internos do quinquénio 2012-2017 eram mulheres (Quadro 13).

Esta proporção elevada de mulheres nos fluxos migratórios das províncias da região sul de Moçambique pode estar associada a alguns factores que colocam a mulher numa relativa vantagem, quando comparada com a mulher da região norte. Por exemplo, o acesso à informação e às redes informais e formais de negócios faz com que a mulher da região sul seja mais empreendedora e, por via disso, se envolva mais na mobilidade espacial interna, à busca de oportunidades.

Os Quadros 14 e 15 mostram a distribuição dos imigrantes por idade, em cada província, nos quinquênios 2002-2007 e 2012-2017, respectivamente. Dessa distribuição, observa-se que, em todas as províncias, os imigrantes estão maioritariamente concentrados no intervalo etário de 5 a 29 anos, perfazendo em média 74% do volume total dos imigrantes internos. O mesmo se observa quando a análise é sobre a distribuição dos emigrantes de cada província, nos dois quinquênios (Quadros 16 e 17).

Quadro 13: Distribuição de emigrantes inter-provinciais dos quinquênios 2002-2007 e 2012-2017 por sexo, Moçambique 2007-2017

Província	2002-2007				2012-2017			
	N	Homens	Mulheres	Total	N	Homens	Mulheres	Total
		%	%	%		%	%	%
Niassa	12 723	57,2	42,8	100	8 839	55,0	45,0	100
Cabo Delgado	12 172	53,8	46,2	100	9 621	51,1	48,9	100
Nampula	33 156	59,6	40,4	100	35 348	56,8	43,2	100
Zambézia	47 018	61,6	38,4	100	71 247	56,7	43,3	100
Tete	19 026	53,3	46,7	100	16 377	50,4	49,6	100
Manica	17 910	53,0	47,0	100	17 352	50,8	49,2	100
Sofala	43 905	54,8	45,2	100	39 733	50,9	49,1	100
Inhambane	45 592	47,9	52,1	100	51 716	45,1	54,9	100
Gaza	34 154	43,1	56,9	100	32 801	41,1	58,9	100
Maputo	26 233	47,4	52,6	100	38 649	46,7	53,3	100
Cidade de Maputo	123 343	49,0	51,0	100	40 794	47,1	52,9	100
Total	415 232	52,0	48,0	100	362 477	50,1	49,9	100

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

Quadro 14: Distribuição de imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2002-2007 por idade - Moçambique 2007

Idade (Anos)	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
5-9	14,6	13,3	14,7	15,2	14,0	15,4	13,9	14,8	12,6	14,1	9,9	13,7
10-14	12,8	10,8	13,6	11,7	12,1	14,4	12,5	11,6	11,5	11,8	11,3	12,1
15-19	14,8	13,6	15,0	12,2	12,4	15,4	15,8	12,2	15,5	13,2	20,2	14,8
20-24	18,0	19,0	17,5	16,3	17,5	16,3	19,0	17,5	19,1	17,3	24,0	18,5
25-29	14,8	14,0	13,8	15,0	16,2	13,5	14,1	14,9	14,6	15,8	14,6	14,9
30-34	8,5	9,5	8,1	9,9	9,5	7,9	8,2	9,2	8,3	9,9	7,1	8,8
35-39	5,9	6,8	5,9	6,9	6,0	5,3	5,6	5,8	4,9	6,0	4,1	5,6
40-44	3,6	4,3	3,9	4,2	3,9	3,2	3,4	4,0	3,6	3,8	2,6	3,6
45-49	2,9	3,2	2,8	3,0	3,0	2,6	2,6	3,3	3,2	2,8	1,9	2,7
50-54	1,4	2,0	1,7	1,9	1,8	1,8	1,7	2,2	2,3	1,9	1,3	1,8
55-59	1,0	1,3	1,0	1,3	1,2	1,3	1,1	1,4	1,5	1,1	0,7	1,1
60-64	0,7	0,8	0,7	0,8	0,7	1,0	0,8	1,2	1,0	0,8	0,6	0,8
65e+	1,1	1,4	1,2	1,5	1,7	1,9	1,4	2,0	2,0	1,6	1,7	1,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	12 764	16 495	28 505	32 059	9 958	32 140	38 977	33 280	23 120	127 701	60 233	415 232

Fonte: INE, Censo 2007.

Quadro 15: Distribuição de imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017 por idade - Moçambique 2017

Idade (Anos)	NI %	CD %	NP %	ZB %	TT %	MN %	SF %	IB %	GZ %	MP %	MC %	Total %
5-9	14,8	14,0	14,2	15,2	12,5	14,7	13,7	18,2	13,6	13,0	10,0	13,3
10-14	14,0	12,7	14,2	12,8	11,7	14,7	13,0	13,1	11,0	11,3	9,6	12,1
15-19	15,7	15,6	18,2	15,2	14,6	17,4	18,3	15,5	16,3	15,6	17,4	16,5
20-24	19,2	17,7	19,5	19,1	21,8	17,7	21,7	17,7	20,6	18,4	23,6	19,8
25-29	15,2	15,9	13,8	15,8	17,4	13,0	13,1	13,8	14,6	14,4	15,6	14,6
30-34	8,4	9,6	7,9	8,4	9,7	7,7	7,2	8,3	9,6	10,6	8,9	9,1
35-39	4,8	5,8	4,5	4,9	5,4	4,7	4,4	4,7	5,1	6,5	5,6	5,5
40-44	2,6	3,4	2,6	3,0	2,6	3,0	2,5	2,8	2,9	3,5	3,0	3,0
45-49	1,9	2,0	1,9	2,0	1,5	2,0	1,9	1,7	1,9	2,0	1,8	1,9
50-54	1,2	1,1	1,2	1,3	1,0	1,4	1,2	1,4	1,4	1,5	1,3	1,3
55-59	0,8	0,8	0,8	0,8	0,6	1,0	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9
60-64	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,8	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6
65e+	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	1,8	1,4	1,3	1,3	1,5	1,7	1,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	11 398	17 257	25 418	20 680	17 296	31 785	44 154	11 646	13 514	114 861	54 468	362 477

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

Quadro 16: Distribuição de emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2002-2007 por idade- Moçambique 2007

Idade (Anos)	NI %	CD %	NP %	ZB %	TT %	MN %	SF %	IB %	GZ %	MP %	MC %	Total %
5-9	16,0	16,8	13,7	12,7	17,2	15,1	13,4	11,0	12,0	12,5	14,5	13,7
10-14	14,1	14,3	12,0	12,8	13,7	12,9	12,7	11,0	13,5	11,1	11,0	12,1
15-19	13,5	14,5	14,0	16,9	14,0	15,1	14,0	21,9	22,2	14,2	10,1	14,8
20-24	16,5	16,5	19,1	21,8	16,7	19,1	18,4	23,5	19,6	18,7	15,5	18,5
25-29	13,5	12,3	14,5	14,4	13,1	14,3	15,5	12,7	11,4	15,4	17,3	14,9
30-34	7,7	7,6	9,2	7,7	7,2	7,6	8,7	6,4	6,2	9,3	11,4	8,8
35-39	6,0	6,0	6,5	5,0	5,5	5,0	5,7	4,1	3,8	5,9	6,7	5,6
40-44	4,0	3,4	3,9	2,9	3,5	3,3	3,4	2,7	2,6	4,0	4,4	3,6
45-49	3,0	2,7	2,8	2,1	2,7	2,5	2,6	1,9	2,2	3,1	3,3	2,7
50-54	2,0	2,0	1,6	1,2	2,0	1,3	1,8	1,4	1,6	1,9	2,2	1,8
55-59	1,2	1,2	1,0	0,9	1,4	1,2	1,2	0,9	1,2	1,2	1,3	1,1
60-64	0,9	1,0	0,6	0,6	1,0	0,8	0,9	0,8	1,0	0,9	0,8	0,8
65e+	1,6	1,8	1,0	1,0	2,0	1,6	1,6	1,8	2,8	1,8	1,5	1,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	12 723	12 172	33 156	47 018	19 026	17 910	43 905	45 592	34 154	26 233	123 343	415 232

Fonte: INE, Censo 2007.

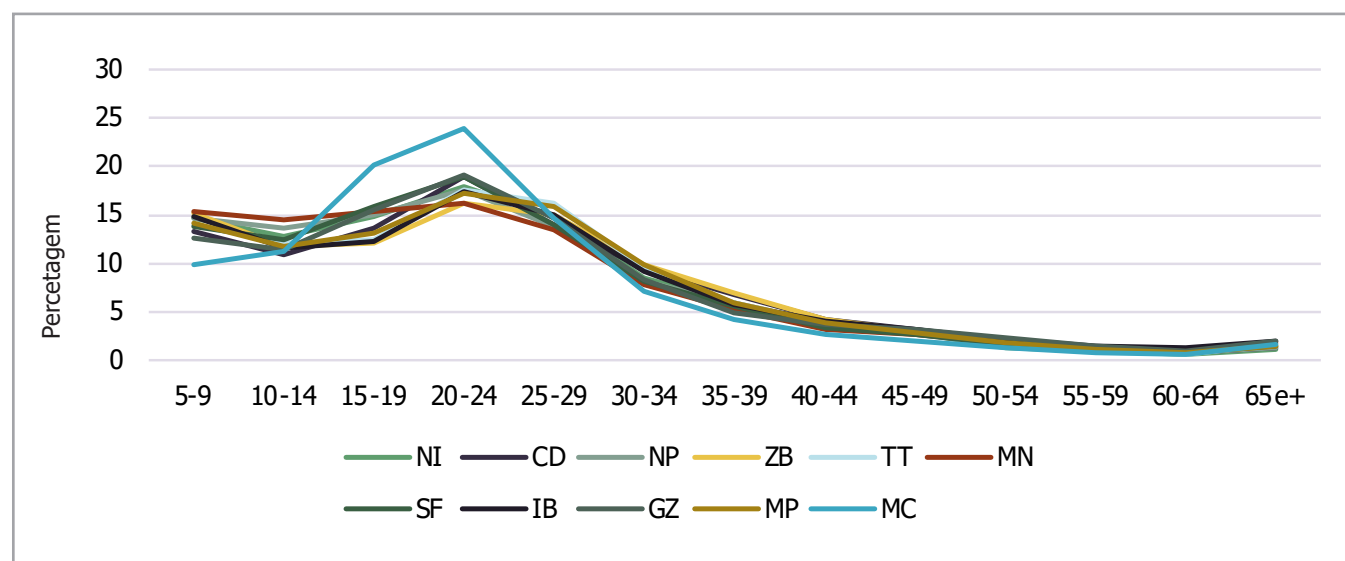
Quadro 17: Distribuição dos emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017 por idade, Moçambique 2017.

Idade	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
5-9	15,2	16,1	14,2	13,0	14,4	13,3	13,9	9,7	10,8	14,2	16,2	13,3
10-14	14,2	14,8	13,2	13,0	13,9	12,2	13,0	10,2	11,5	10,0	11,5	12,1
15-19	15,0	15,5	15,5	17,9	16,1	16,6	16,4	21,7	21,8	11,9	9,2	16,5
20-24	18,8	17,5	19,1	23,9	18,3	22,9	19,4	24,2	21,5	16,7	10,1	19,8
25-29	15,5	14,3	15,3	13,8	13,7	16,0	14,9	13,8	12,9	16,9	14,6	14,6
30-34	8,2	8,2	8,8	7,1	8,0	7,8	8,4	7,5	7,6	11,9	15,5	9,1
35-39	4,8	4,9	5,3	4,2	5,2	4,2	4,9	4,5	4,5	7,2	9,7	5,5
40-44	2,9	2,8	3,2	2,3	2,9	2,3	2,9	2,5	2,7	3,9	4,9	3,0
45-49	1,8	2,1	2,0	1,6	2,1	1,5	1,8	1,7	1,7	2,3	2,7	1,9
50-54	1,3	1,3	1,2	1,0	1,5	0,9	1,2	1,2	1,2	1,8	2,1	1,3
55-59	0,7	0,9	0,8	0,7	1,2	0,7	1,0	0,8	0,8	1,2	1,3	0,9
60-64	0,4	0,5	0,5	0,5	0,8	0,4	0,7	0,6	0,8	0,7	0,9	0,6
65e+	1,1	1,2	0,9	1,0	2,0	1,1	1,5	1,7	2,1	1,4	1,2	1,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	8 839	9 621	35 348	71 247	16 377	17 352	39 733	51 716	32 801	38 649	40 794	362 477

Fonte: INE, Censo 2017.

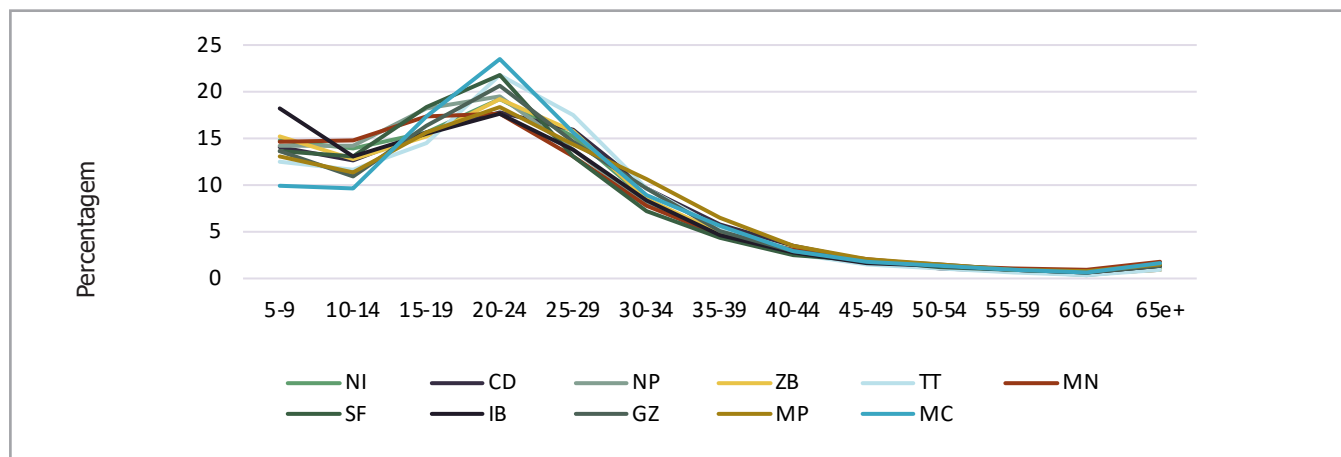
A distribuição etária dos migrantes nos quadros 14 a 17 é visualizada nos gráficos 6 a 9, nos quais a distribuição é uma curva unimodal, cujo máximo se situa entre 20 e 24 anos de idade. As frequências relativas diminuem rapidamente depois do grupo etário de 25-29 anos, perdendo importância numérica a partir do grupo etário de 45-49 anos em diante. A proporção relativamente alta de indivíduos do grupo etário de 5-9 anos pode estar associada ao efeito da migração familiar ou ainda a um efeito indirecto da migração.

Gráfico 6: Padrão etário dos imigrantes do quinquénio 2002-2007 por província, Moçambique 2007



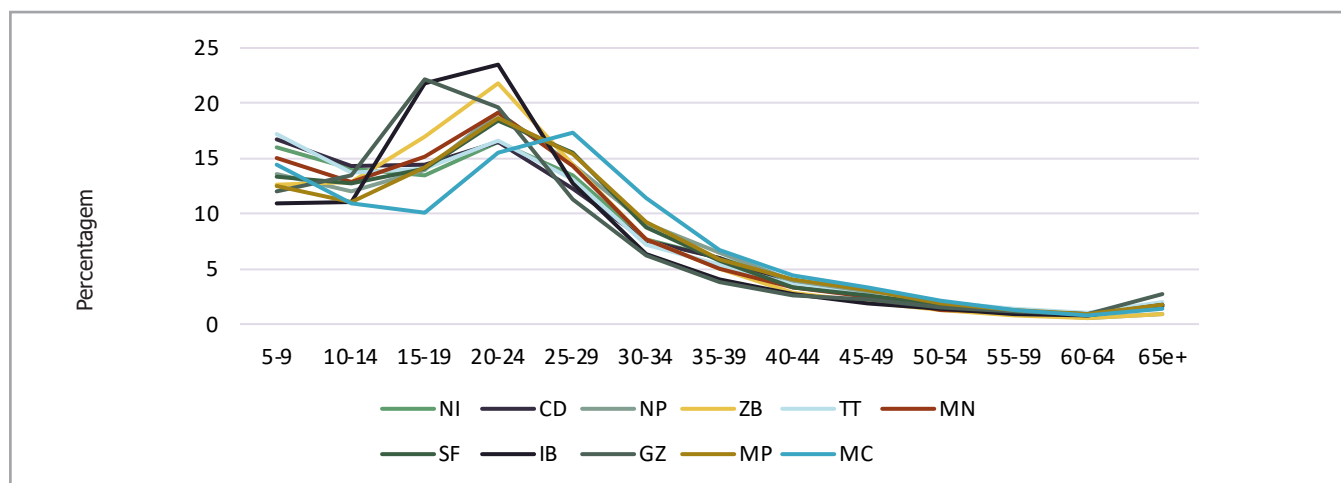
Fonte: INE, Censo 2007.

Gráfico 7: Padrão etário dos imigrantes do quinquénio 2012-2017 por província, Moçambique 2017



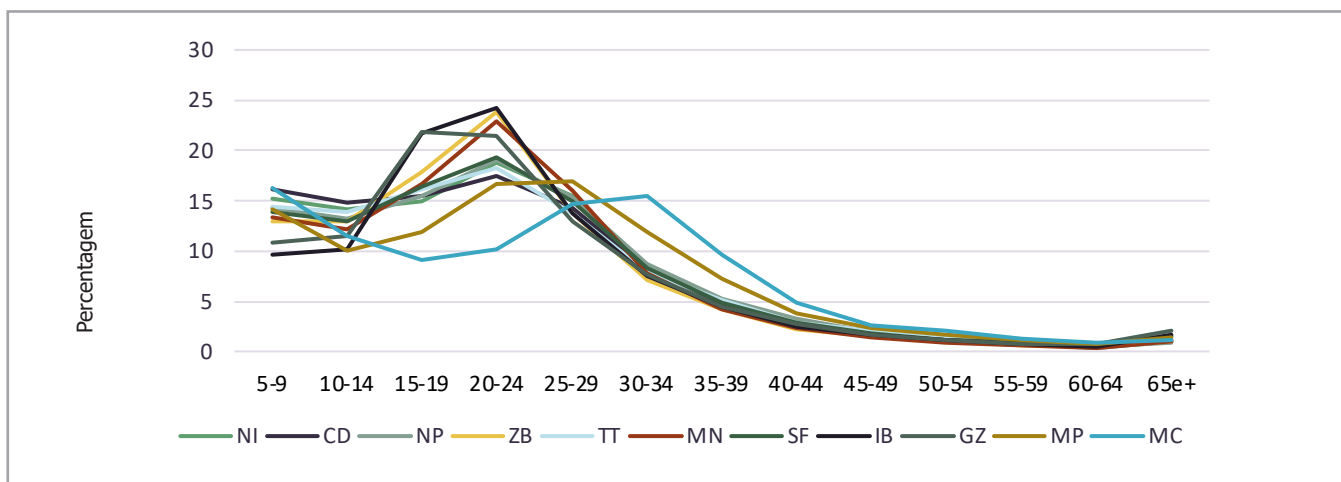
Fonte: INE, Censo 2017.

Gráfico 8: Padrão etário dos emigrantes do quinquénio 2002-2007 por província, Moçambique 2007



Fonte: INE, Censo 2007

Gráfico 9: Padrão etário dos emigrantes do quinquénio 2012-2017 por província, Moçambique 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

No caso de imigração, o padrão etário é praticamente similar em todas as províncias, com um único máximo da curva unimodal a situar-se no grupo etário de 20-24 anos (Gráficos 6 e 7). A cidade de Maputo destaca-se por apresentar a mais alta proporção de imigrantes no grupo etário de 20-24 anos, o que confirma a grande atracção que exerce sobre este subgrupo de população mais propenso a migrar em busca de oportunidades de emprego e “ganhar a vida” (Raimundo e Muanamoha, 2013). Os gráficos 8 e 9, relativos ao padrão etário de emigrantes por província, revelam ligeiras diferenças entre Cidade de Maputo e as restantes províncias, no que diz respeito ao máximo da curva modal. No quinquénio 2002-2007, Cidade de Maputo apresenta um máximo no grupo etário de 25-29 anos, enquanto as outras províncias mantêm o máximo no grupo etário de 20-24 anos. No quinquénio de 2012-2017, o máximo da curva modal do padrão etário de emigração na cidade de Maputo estende-se, também, ao grupo etário de 30-34 anos. O mesmo se verifica na província de Maputo, onde o máximo se estende ao grupo etário de 25-29 anos. Isto revela que os emigrantes das províncias de Maputo e Cidade de Maputo, em particular, são relativamente mais adultos que os das restantes províncias.

b) Estado civil dos migrantes inter-provinciais

Outra característica de selectividade de migrantes é o seu estado civil. Os quadros 18 e 19 mostram o estado civil dos imigrantes inter-provinciais do sexo masculino e feminino, respectivamente, do quinquénio 2012-2017. Entre os homens (Quadro 18) constata-se a predominância do

estado civil de solteiro, principalmente nas províncias da região sul de Moçambique, onde a proporção de imigrantes solteiros chega a atingir 60% ou cerca de 60%, em Maputo Cidade e em Inhambane, respectivamente. Nas províncias de Sofala e Tete, na região centro, e Nampula, na região norte do país, também se verifica uma proporção elevada de solteiros entre os imigrantes, superior a 50%. Seguidamente, destaca-se o estado civil união marital, com uma proporção de aproximadamente 40% de imigrantes masculinos no conjunto das províncias. Entre os imigrantes do sexo feminino (Quadro 19), predomina o estado civil de união marital, com particular destaque nas províncias de Manica, Sofala e Gaza, onde a proporção de mulheres numa união marital entre as imigrantes chega a atingir cerca de 54%, em Manica, e 51%, em Sofala e Gaza. O estado civil de solteiro aparece como o segundo mais representativo entre as imigrantes mulheres, à excepção da província de Nampula, onde o estado civil de solteiro está em primeiro lugar.

Sobre a predominância do estado civil de solteiro entre os migrantes do sexo masculino, a literatura diz que tal se deve à facilidade de adaptação a novas condições de vida nos lugares de destino, já que os migrantes estão isentos de responsabilidades. Marques e Rodrigues (2006) afirmam que é muito mais fácil um indivíduo solteiro, sem cônjuge e filhos, migrar em busca de melhores salários e oportunidades de emprego e estudo. O facto de as mulheres se apresentarem predominantemente como estando numa união marital, pode ser uma indicação de que elas migram na companhia ou ao encontro de seus cônjuges.



Quadro 18: Distribuição percentual de homens imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017

Província	Estado civil						
	N	Solteiro	Casado	União marital	Divorc./ separado	Viúvo	Total
		%	%	%	%	%	%
Niassa	5 202	47,9	10,1	40,5	1,2	0,4	100
C. Delgado	8 627	47,1	15,4	36,1	1,2	0,2	100
Nampula	11 542	54,4	12,5	31,6	1,2	0,3	100
Zambézia	9 352	42,4	12,5	43,3	1,3	0,5	100
Tete	7 985	50,9	8,1	40,2	0,6	0,3	100
Manica	12 522	49,4	4,9	43,8	1,3	0,7	100
Sofala	19 779	53,8	5,4	39,1	1,1	0,6	100
Inhambane	3 905	59,2	6,7	32,3	1,3	0,4	100
Gaza	5 293	54,1	5,3	37,5	2,2	0,8	100
Maputo	44 985	50,3	5,8	42,2	1,3	0,4	100
Cidade de Maputo	22 301	60,1	6,7	31,5	1,2	0,4	100
Total	151 493	52,1	7,5	38,7	1,2	0,5	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 19: : Distribuição percentual de mulheres imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017

Província	Estado civil						
	N	Solteiro	Casado	União marital	Divorc/ separado	Viúvo	Total
		%	%	%	%	%	%
Niassa	3 906	36,7	12,6	46,8	2,4	1,5	100
C. Delgado	5 358	35,6	18,7	41,7	3,0	1,0	100
Nampula	8 922	40,1	15,7	39,6	2,9	1,7	100
Zambézia	7 131	38,3	12,4	44,4	2,9	2,0	100
Tete	6 409	36,5	10,0	49,8	1,8	1,9	100
Manica	12 879	32,1	4,9	54,8	2,9	5,3	100
Sofala	16 105	36,3	6,4	50,8	2,6	3,8	100
Inhambane	4 998	43,4	6,4	45,2	2,9	2,2	100
Gaza	5 813	39,4	4,7	51,3	2,4	2,3	100
Maputo	49 781	40,9	5,2	47,6	3,4	2,9	100
Cidade de Maputo	24 871	47,4	6,5	40,9	2,7	2,5	100
Total	146 173	40,1	7,4	46,7	2,9	2,8	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Nos quadros 20 e 21 é apresentado o estado civil dos emigrantes inter-provinciais do sexo masculino e do sexo feminino, respectivamente, do quinquénio 2012-2017, por província. O que se pretende é aferir se existe alguma diferença no padrão de estado civil entre os indivíduos que entram e aqueles que saem da província.

Quadro 20: Distribuição percentual de homens emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017

Província	Estado civil						
	N	Solteiro	Casado	União marital	Divorc./ separado	Viúvo	Total
		%	%	%	%	%	%
Niassa	4.045	47,4	11,0	40,1	1,1	0,4	100
Cabo Delgado	4.088	53,1	11,3	33,6	1,6	0,4	100
Nampula	16.921	46,7	12,7	39,0	1,3	0,3	100
Zambézia	34.544	55,5	6,0	37,0	1,1	0,4	100
Tete	6.771	50,3	7,4	40,6	1,0	0,6	100
Manica	7.330	54,4	6,0	38,3	1,0	0,4	100
Sofala	16.635	51,2	6,5	40,4	1,2	0,6	100
Inhambane	20.250	61,8	2,8	33,9	1,1	0,4	100
Gaza	11.384	64,4	3,5	30,3	1,2	0,7	100
Maputo	14.580	46,5	12,2	38,9	1,7	0,6	100
Cidade de Maputo	14.945	34,9	10,3	53,0	1,4	0,4	100
Total	151.493	52,1	7,5	38,7	1,2	0,5	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 21: Distribuição percentual de mulheres emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por estado civil e segundo província, Moçambique 2017

Província	Estado civil						
	N	Solteiro	Casado	União marital	Divorc/ separado	Viúvo	Total
		%	%	%	%	%	%
Niassa	2 953	38,4	12,8	43,2	3,6	2,0	100
Cabo Delgado	3 439	39,3	14,0	42,2	2,5	2,0	100
Nampula	11 576	36,8	15,1	43,9	2,9	1,4	100
Zambézia	23 841	35,0	7,4	52,4	2,2	3,0	100
Tete	6 405	34,9	7,1	51,1	2,6	4,2	100
Manica	6 918	38,3	6,5	50,5	2,4	2,3	100
Sofala	15 623	34,8	6,6	51,9	2,5	4,2	100
Inhambane	24 581	50,4	2,7	40,6	3,6	2,6	100
Gaza	16 555	49,3	3,0	41,4	3,0	3,2	100
Maputo	17 050	39,8	10,8	44,5	2,9	2,1	100
Cidade de Maputo	17 232	33,7	9,1	50,6	3,7	2,9	100
Total	146 173	40,1	7,4	46,7	2,9	2,8	100

Fonte: INE, Censo 2017.

ESTE DADO PARECE MANTER UMA CERTA COERÊNCIA COM O PADRÃO ETÁRIO DOS EMIGRANTES DA CIDADE DE MAPUTO QUE REVELOU SEREM RELATIVAMENTE MAIS ADULTOS, QUANDO COMPARADOS COM OS DE OUTRAS PROVÍNCIAS

O estado civil de solteiro é o que predomina entre os emigrantes do sexo masculino de todas as províncias, exceptuando Cidade de Maputo, onde predomina o estado civil de união marital, como característica de 53% dos homens que emigraram desta cidade no quinquénio anterior ao Censo Demográfico de 2017 (Quadro 20). Este dado parece manter uma certa coerência com o padrão etário dos emigrantes de Cidade de Maputo que revelou serem relativamente mais adultos, quando comparados com os de outras províncias. Por isso, a proporção de emigrantes solteiros em Cidade de Maputo é relativamente menor (cerca de 35%) quando comparada com a de emigrantes solteiros de outras províncias da região sul (Gaza, 64,4%; Inhambane, 61,3%; Maputo, 46,5%). Entre as emigrantes do sexo feminino predomina a união marital em

quase todas as províncias, exceptuando Gaza e Inhambane, onde há mais emigrantes solteiras. Excluindo estas duas províncias, nas restantes a proporção de emigrantes solteiras é relativamente menor (Quadro 21), o que reforça a ideia de que muitas mulheres migram na companhia de parceiros.

c) Nível de escolaridade dos migrantes inter-provinciais

Os quadros 22 e 23 mostram o nível de escolaridade dos imigrantes internos masculinos e femininos do quinquénio 2012-2017 por província. De uma forma geral, os imigrantes repartem-se entre nenhum nível, primário e nível secundário, havendo, porém, uma certa predominância do nível primário.

Quadro 22: Distribuição percentual de homens imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017

Província	Nível de escolaridade					
	N	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	Total
		%	%	%	%	%
Niassa	6 284	28,2	33,8	32,9	5,1	100
Cabo Delgado	10 138	35,0	33,1	27,2	4,8	100
Nampula	13 633	24,0	36,0	34,2	5,8	100
Zambézia	11 282	28,6	33,3	31,7	6,4	100
Tete	9 373	21,7	29,8	41,1	7,4	100
Manica	15 598	31,1	40,5	24,7	3,7	100
Sofala	23 672	29,4	42,7	25,0	2,8	100
Inhambane	5 189	29,3	33,1	30,2	7,5	100
Gaza	6 423	30,8	36,6	27,6	5,0	100
Maputo	54 388	26,0	45,8	24,6	3,5	100
Cidade de Maputo	25 607	20,8	41,4	31,0	6,8	100
Total	181 587	26,8	40,2	28,3	4,7	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 23: Distribuição percentual de mulheres imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017

Província	Nível de escolaridade					
	N	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	Total
		%	%	%	%	%
Niassa	5 114	36,5	37,1	23,4	3,0	100
Cabo Delgado	7 119	44,7	31,2	20,7	3,4	100
Nampula	11 785	34,3	37,9	24,3	3,5	100
Zambézia	9 398	37,3	33,9	25,3	3,5	100
Tete	7 923	30,6	34,3	30,4	4,7	100
Manica	16 187	44,1	38,1	16,1	1,8	100
Sofala	20 482	44,1	37,3	16,8	1,8	100
Inhambane	6 457	32,9	40,7	23,0	3,4	100
Gaza	7 091	30,6	42,9	23,8	2,7	100
Maputo	60 473	29,7	47,7	20,5	2,0	100
Cidade de Maputo	28 861	25,2	45,0	25,2	4,6	100
Total	180 890	33,6	41,9	21,7	2,8	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Entre os homens imigrantes (Quadro 22), nota-se uma ligeira vantagem do nível secundário sobre o primário nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Inhambane e Cidade de Maputo. Os imigrantes internos do sexo masculino, na província de Tete, são os que se apresentam em maior proporção (41,1%) no nível secundário, provavelmente, dada a selectividade da migração laboral para a indústria mineira, naquela província, nos últimos tempos. No Quadro 23, de imigração feminina por província, no quinquénio 2012-2017, constata-se que nas províncias do centro e norte do país, nomeadamente Cabo Delgado, Zambézia, Manica e Sofala, a maior proporção de mulheres imigrantes não possui nenhum nível de escolaridade. Em contrapartida, em todas as províncias da região sul, predomina o nível primário entre

as imigrantes. Mais uma vez, a província de Tete é a única em que a proporção de mulheres imigrantes com nível secundário é relativamente alta (30,4%), o que pode ser associado à selectividade da migração interna nesta província. Uma comparação entre mulheres e homens imigrantes, permite aferir que a percentagem de homens imigrantes com nível secundário é relativamente mais elevada que a das mulheres imigrantes.

Os quadros 24 e 25 mostram o nível de escolaridade de homens e mulheres que emigraram duma província para outra, no quinquénio 2012-2017.

Quadro 24: Distribuição percentual de homens emigrantes interprovinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017

Província	Nível de escolaridade					
	N	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	Total
		%	%	%	%	%
Niassa	4 865	25,2	31,0	37,0	6,9	100
Cabo Delgado	4 917	26,7	32,1	35,8	5,4	100
Nampula	20 083	33,0	35,0	27,0	5,0	100
Zambézia	40 390	27,0	47,9	23,3	1,8	100
Tete	8 260	29,8	34,5	30,8	4,9	100
Manica	8 812	22,2	31,7	41,0	5,2	100
Sofala	20 209	26,8	36,9	30,8	5,5	100
Inhambane	23 304	27,1	47,9	23,0	2,1	100
Gaza	13 491	30,0	46,0	21,4	2,7	100
Maputo	18 031	21,8	30,0	36,1	12,1	100
Cidade de Maputo	19 225	23,2	39,6	30,4	6,7	100
Total	181 587	26,8	40,2	28,3	4,7	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 25: Distribuição percentual de mulheres emigrantes interprovinciais do quinquénio 2012-2017, por nível de escolaridade e segundo província, Moçambique 2017

Província	Nível de escolaridade					
	N	Nenhum	Primário	Secundário	Superior	Total
		%	%	%	%	%
Niassa	3 974	36,2	35,0	25,0	3,7	100
Cabo Delgado	4 704	38,5	36,8	22,1	2,7	100
Nampula	15 265	41,7	34,2	20,5	3,6	100
Zambézia	30 857	42,3	42,4	14,2	1,2	100
Tete	8 117	43,6	35,0	19,0	2,3	100
Manica	8 540	31,3	38,4	27,9	2,4	100
Sofala	19 524	39,6	37,3	20,0	3,2	100
Inhambane	28 412	29,7	49,7	19,4	1,2	100
Gaza	19 310	30,5	49,8	18,4	1,3	100
Maputo	20 618	22,8	38,0	32,1	7,1	100
Cidade de Maputo	21 569	23,7	43,6	28,6	4,2	100
Total	180 890	33,6	41,9	21,7	2,8	100

Fonte: INE, Censo 2017.

Quanto à escolaridade de emigrantes inter-provinciais masculinos (Quadro 24), não há um padrão uniforme entre as províncias. Na maioria das províncias, designadamente Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Inhambane, Gaza e Cidade de Maputo, o nível de escolaridade predominante entre os emigrantes do sexo masculino é o primário. Nas outras quatro províncias, que são o Niassa, Cabo Delgado, Manica e Maputo, predomina o nível secundário entre os emigrantes do sexo masculino internos do quinquénio 2012-2017. Entre as mulheres que emigraram internamente no quinquénio 2012-2017 (Quadro 25), predomina o nível primário em todas as províncias da região sul e nas províncias de Manica e Zambézia. Nas restantes, a maior proporção das emigrantes não possui nenhum nível de escolaridade. Note-se, contudo, que, em geral, a proporção de emigrantes com nível secundário, quer entre os homens, quer entre as mulheres, foi relativamente significativa, tendo sido um pouco mais alta entre os homens.

d) Ocupação dos migrantes inter-provinciais

Os quadros 26 e 27 mostram as principais ocupações de imigrantes e emigrantes, respectivamente, do quinquénio 2012-2017. Os dados são apresentados em relação aos homens e às mulheres. No Quadro 26, constata-se que, embora a categoria de “outras” ocupações não especificadas se apresente com maior proporção de imigrantes em quase todas as províncias do país, a categoria de “camponeses” é a que se destaca entre os imigrantes masculinos em todas as províncias da região norte e em quase todas as da região centro, exceptuando-se Tete e Sofala. Em Tete predomina a proporção de imigrantes na categoria de “operários não-agrícolas”, o que pode estar associado à imigração para a indústria mineira e para o sector de serviços correlacionados. Em Sofala e Cidade de Maputo, a categoria que se destaca, depois de “outras”, é a de “pequeno comerciante”, o que pode estar relacionado com o envolvimento dos imigrantes internos na actividade do comércio informal, em particular nas duas principais cidades do país. Nas províncias de Gaza e Maputo destaca-se a categoria de “operários não-agrícolas” entre os imigrantes masculinos. Entre imigrantes mulheres a categoria ocupacional predominante é de “camponeses”, em todas as províncias das regiões norte e centro e nas províncias de Inhambane e Gaza. Nas restantes duas províncias, Maputo e Cidade de Maputo, a proporção de imigrantes mulheres na categoria de “pequeno comerciante” é dominante, provavelmente em ligação com o comércio informal (Quadro 26).

**ENTRE IMIGRANTES
MULHERES A CATEGORIA
OCUPACIONAL
PREDOMINANTE É DE
“CAMPONESES”, EM
TODAS AS PROVÍNCIAS
DAS REGIÕES NORTE
E CENTRO E NAS
PROVÍNCIAS DE
INHAMBANE E GAZA.**



Quadro 26: Distribuição percentual de imigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por província, segundo ocupação principal e sexo, Moçambique 2017

Imigrantes	Ocupações	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Homens	Altos Dirigentes	1,8	0,7	1,4	1,2	1,0	1,1	1,3	2,5	1,8	0,9	2,1
	Pessoal Técnico-Administrativo	11,8	7,1	11,4	12,9	10,5	9,6	8,1	18,3	12,5	7,6	11,8
	Operários não-agrícolas	11,9	14,0	14,0	14,0	20,6	16,7	15,1	19,1	18,1	26,5	19,1
	Pequeno comerciante	10,0	11,2	10,0	12,1	12,4	18,7	20,6	11,0	9,5	13,2	20,9
	Pessoal de serviço	0,6	0,9	1,1	0,7	1,4	1,0	1,3	1,2	0,9	2,0	2,9
	Camponeses	31,0	20,9	19,3	24,3	10,6	25,7	18,5	13,5	9,1	8,8	3,2
	Operários agrícolas	2,5	0,7	0,7	0,5	0,7	0,7	0,8	0,7	1,0	1,7	0,7
	Outras	16,2	28,9	20,2	19,2	21,2	17,5	29,3	21,4	39,5	28,8	31,3
	Desconhecidas	14,1	15,7	21,9	15,1	21,5	9,1	5,1	12,3	7,8	10,6	8,1
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Mulheres	N	2 887	5 521	6 078	5 468	4 499	6 706	11 479	2 408	3 467	29 812	14 304
	Altos Dirigentes	0,7	0,7	0,6	1,0	0,8	0,7	0,8	0,9	0,7	0,8	2,0
	Pessoal Técnico-Administrativo	13,6	9,1	13,3	13,2	16,7	8,4	9,2	12,9	13,3	9,8	16,0
	Operários não-agrícolas	2,0	2,1	2,8	1,6	2,2	2,4	1,7	2,0	1,3	2,1	2,0
	Pequeno comerciante	6,0	12,4	9,5	7,2	14,0	14,3	16,4	13,7	11,9	26,4	24,0
	Pessoal de serviço	0,9	0,9	1,0	0,7	2,1	0,7	1,0	1,7	2,0	4,1	4,3
	Camponeses	51,8	42,9	36,7	50,7	27,3	58,7	53,7	50,9	52,0	17,0	2,7
	Operários agrícolas	2,3	1,0	0,4	0,7	1,1	0,7	1,3	0,3	1,0	0,3	0,1
	Outras	6,3	7,6	7,2	4,3	8,9	5,4	7,6	7,6	9,9	25,4	39,0
	Desconhecidas	16,4	23,4	28,4	20,6	27,0	8,9	8,4	9,8	8,0	14,1	9,9
Total	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	N	1 214	2 099	2 791	2 703	1 591	3 988	4 695	2 132	2 315	15 224	7 693

Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 27: Distribuição percentual de emigrantes inter-provinciais do quinquénio 2012-2017, por província, segundo ocupação principal e sexo, Moçambique 2017

Emigrantes	Ocupações	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC
		%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Homens	Altos Dirigentes	1,5	2,1	1,0	0,4	1,4	1,4	1,4	0,5	0,8	3,8	1,9
	Pessoal Técnico-Administrativo	13,4	11,6	7,9	4,3	12,3	13,3	11,8	5,1	6,4	20,4	15,3
	Operários não-agrícolas	11,1	13,9	13,6	13,1	16,9	19,8	18,3	24,0	24,8	21,8	34,7
	Pequeno comerciante	8,6	11,5	14,4	18,3	12,8	11,9	13,6	19,1	16,1	10,0	12,8
	Pessoal de serviço	0,6	1,1	0,8	1,4	0,9	1,4	1,1	2,8	2,4	1,5	2,3
	Camponeses	27,9	18,4	19,4	15,2	22,5	13,1	19,4	10,5	12,0	6,0	3,1
	Operários agrícolas	0,8	0,9	1,0	1,4	1,0	0,8	0,9	1,7	1,5	0,4	0,5
	Outras	21,5	24,5	30,2	37,5	19,5	24,8	19,9	28,4	26,7	20,7	15,7
	Desconhecidas	14,6	16,0	11,7	8,4	12,6	13,5	13,6	7,9	9,3	15,3	13,6
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Mulheres	N	2 371	2 142	10 569	20 942	3 800	4 078	9 515	13 027	6 910	9 370	9 905
	Altos Dirigentes	0,3	1,2	1,0	0,4	0,7	1,1	0,8	0,3	0,3	2,6	1,5
	Pessoal Técnico-Administrativo	13,1	12,6	11,8	6,8	10,1	13,8	11,1	5,7	6,4	22,0	17,2
	Operários não-agrícolas	1,9	2,8	2,6	2,0	1,7	1,4	2,4	1,6	1,1	2,2	2,8
	Pequeno comerciante	9,8	11,4	13,7	15,3	10,8	15,9	12,9	22,8	19,9	17,4	32,3
	Pessoal de serviço	1,0	0,8	1,2	1,1	0,9	1,5	1,2	2,4	2,6	4,1	6,4
	Camponeses	47,8	36,8	42,9	44,0	57,3	39,6	49,2	19,2	24,8	21,0	10,5
	Operários agrícolas	0,8	0,1	1,2	1,0	1,1	0,9	0,6	0,3	0,4	0,3	0,3
	Outras	6,9	9,7	8,8	14,3	6,0	10,2	8,0	36,3	33,5	16,1	14,2
	Desconhecidas	18,5	24,7	16,8	15,0	11,5	15,6	13,8	11,5	11,1	14,3	14,9
Total	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	N	1 025	931	3 910	5 888	2 110	1 952	4 986	7 761	5 070	6 459	6 353

Fonte: INE, Censo 2017.

As ocupações dos emigrantes inter-provinciais, no Quadro 27, revelam um cenário quase similar ao observado entre os imigrantes, com elevadas proporções de emigrantes na categoria “outras” ocupações não especificadas. Contudo, as outras categorias destacadas indicam a predominância da categoria “camponeses” entre emigrantes homens das províncias da região norte e das províncias de Tete e Sofala, a categoria de “pequeno comerciante” na Zambézia, e a de “operários não-agrícolas” na província de Manica e em todas da região sul de Moçambique. Na província de Maputo, também é muito significativa a proporção de emigrantes masculinos na categoria de pessoal técnico-administrativo. Entre as emigrantes prevalece o padrão observado nas imigrantes, em que predomina a proporção das emigrantes mulheres na categoria ocupacional de “camponeses” em todas as províncias das regiões norte e centro, assim como na província de Gaza. Entre as emigrantes das províncias de Inhambane e Cidade de Maputo predomina a categoria ocupacional de “pequeno comerciante”. As emigrantes da província de Maputo se repartem, principalmente, pelas categorias de “pessoal técnico-administrativo” e “camponeses” (Quadro 27).

5.1.2. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

A migração internacional é uma das variáveis de que depende a variação do tamanho de população de um país. A disponibilidade de dados sobre os dois lados da migração internacional (emigração e imigração) torna fácil a

decomposição do crescimento demográfico por componentes migratório e natural. Porém, os censos demográficos de Moçambique, à semelhança de outros de países africanos, não captam informação sobre emigração internacional. Por isso, nesta secção, tratar-se-á apenas da imigração internacional.

Dados do Ministério do Trabalho e Segurança Social indicam que, em 2015, havia 29 760 moçambicanos a trabalhar na África do Sul. Em 2016, o número de trabalhadores moçambicanos na África do Sul baixou para 23 081. O número continuou a baixar em 2017 e 2018 para 21 735 e 18 589. Entretanto, em 2019, a cifra subiu ligeiramente para 20 441 trabalhadores.

De acordo com Instituto Nacional de Apoio às Comunidades Moçambicanas no Exterior (INACE), os cidadãos moçambicanos inscritos nas Missões Diplomáticas e Consulares de Moçambique, em 2020, totalizavam apenas 11 829, sendo 6 529 homens e 5 200 mulheres.

5.1.2.1. VOLUMES E TAXAS DE IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DOS QUINQUÉNIOS ANTERIORES AOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1997 A 2017

O Quadro 28 mostra a distribuição dos imigrantes internacionais dos quinquénios anteriores aos censos demográficos de 1997, 2007 e 2017, por província. No quadro, nota-se, claramente, a evolução do volume da imigração internacional por província.

Quadro 28: Distribuição percentual de imigrantes internacionais dos quinquénios, segundo província, Moçambique 1997, 2007 e 2017

Província	1992-1997		2002-2007		2012-2017	
	N	%	N	%	N	%
Niassa	58 399	7,2	9 498	7,9	8 219	14,9
Cabo Delgado	8 162	1,0	5 318	4,4	3 292	6,0
Nampula	1 429	0,2	4 575	3,8	2 788	5,1
Zambézia	144 042	17,9	10 053	8,4	6 900	12,5
Tete	379 202	47,0	27 820	23,2	10 360	18,8
Manica	97 451	12,1	13 462	11,2	3 144	5,7
Sofala	45 278	5,6	4 305	3,6	2 093	3,8
Inhambane	8 308	1,0	9 247	7,7	1 795	3,3
Gaza	32 284	4,0	11 462	9,6	2 116	3,8
Maputo	21 121	2,6	11 715	9,8	8 313	15,1
Cidade de Maputo	10 293	1,3	12 258	10,2	6 051	11,0
Total	805 969	100	119 713	100	55 071	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

De acordo com o Quadro 28, na imigração do quinquénio 1992-1997, anterior ao Censo Demográfico de 1997, foi registado um volume total de 805.969 imigrantes internacionais em todo o país. A província de Tete foi a que mais se destacou, ao perfazer 47% do volume total dos imigrantes internacionais em Moçambique, seguindo-se as províncias da Zambézia e Manica, com cerca de 18% e 12% de imigrantes do quinquénio, respectivamente. No quinquénio anterior ao Censo Demográfico de 2007, no período 2002-2007, foram registados 119.713 imigrantes internacionais, um volume muito inferior ao observado no censo de 1997, o que reflecte uma redução do fluxo de imigração internacional. Mesmo assim, a província de Tete manteve a sua liderança na participação do volume total da imigração internacional, com 23,2%. Neste quinquénio, a província de Zambézia perde a posição a favor de Manica, que passou a assumir o segundo lugar, com 11,2%, seguindo-se Cidade de Maputo, com 10,2%. No quinquénio anterior ao Censo Demográfico de 2017 (2012-2017), o volume da imigração internacional reduziu para 55.071 imigrantes. A província de Tete apresentou uma participação elevada, de 18,8%, seguindo-

se as províncias de Maputo (15,1%), Niassa (14,9%), Zambézia (12,5%) e Cidade de Maputo (11%). Note-se que, nos últimos tempos, Tete tem sido o destino preferencial de muitos imigrantes malawianos e zimbabwianos (sobre os imigrantes zimbabwianos vide Cebola, Barbieri e Zapata 2022).

O Quadro 29 mostra a variação do volume da imigração internacional. Entre o quinquénio de 1992-1997 e 2002-2007 houve uma diminuição do volume de imigração em 85%. Os volumes de imigração diminuíram em todas as províncias, à excepção das províncias de Inhambane e Cidade de Maputo. Entre os quinquénios 2002-2007 e 2012-2017, o volume da imigração internacional voltou a baixar, desta vez, em 54%, fenómeno observado em todas as províncias (Quadro 29). A redução do volume da imigração internacional, nos últimos dois censos demográficos, é associada a uma redução dos fluxos de imigração de retorno de moçambicanos que, durante o período da instabilidade política no país, se tinham refugiado nos territórios vizinhos.

Quadro 29: Variação do volume da imigração internacional entre os quinquénios anteriores aos Censos de 1997 a 2017

Província	Variação entre 1992-1997 e 2002-2007		Variação entre 2002-2007 e 2012-2017	
	N	%	N	%
Niassa	-48 901	-83,7	-1 279	-13,5
Cabo Delgado	-2 844	-34,8	-2 026	-38,1
Nampula	3 146	220,2	-1 787	-39,1
Zambézia	-133 989	-93,0	-3 153	-31,4
Tete	-351 382	-92,7	-17 460	-62,8
Manica	-83 989	-86,2	-10 318	-76,6
Sofala	-40 973	-90,5	-2 212	-51,4
Inhambane	939	11,3	-7 452	-80,6
Gaza	-20 822	-64,5	-9 346	-81,5
Maputo	-9 406	-44,5	-3 402	-29,0
Cidade de Maputo	1 965	19,1	-6 207	-50,6
Total	-686 256	-85,1	-64 642	-54,0

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Quadro 30 mostra as taxas de imigração internacional por província dos quinquénios 1992-1997, 2002-2007 e 2012-2017. No primeiro quinquénio (1992-1997), as taxas de imigração internacional foram, na maioria das províncias, muito significativas, exceptuando Cabo Delgado, Nampula e Inhambane, onde foram inferiores a 1%. Como visto anteriormente, a província de Tete foi a que teve a mais alta taxa de imigração, de 33,1%, significando que em cada 100 residentes desta província, em 1997, 33 eram imigrantes internacionais. A seguir observou-se uma taxa de imigração de 10%, na província de Manica, onde em cada 10 residentes 1 era imigrante internacional. No quinquénio 2002-2007, a taxa de imigração mais elevada, de 1,6%, continuou a ser a da província de Tete, seguindo-se as de Cidade de Maputo (1,1%) e províncias de Maputo (1%) e Manica (1%). No último quinquénio (2012-2017) a taxa de imigração não foi além de 0,6%, em Cidade de Maputo. Na província de Tete a taxa de imigração baixou para 0,4%, o que revela uma redução muito significativa da imigração internacional.

NA MAIORIA DAS PROVÍNCIAS, MUITO SIGNIFICATIVAS, EXCEPTUANDO CABO DELGADO, NAMPULA E INHAMBANE, ONDE FORAM INFERIORES A 1%

Quadro 30: Taxas de imigração internacional dos quinquénios anteriores aos Censos de 1997 a 2017, Moçambique 1997-2017

Província	Taxa de imigração internacional		
	1992-1997	2002-2007	2012-2017
	%	%	%
Niassa	7,7	0,8	0,5
Cabo Delgado	0,6	0,3	0,1
Nampula	0,0	0,1	0,1
Zambézia	5,0	0,3	0,1
Tete	33,1	1,6	0,4
Manica	10,0	1,0	0,2
Sofala	3,5	0,3	0,1
Inhambane	0,7	0,7	0,1
Gaza	3,0	0,9	0,2
Maputo	2,6	1,0	0,4
Cidade de Maputo	1,1	1,1	0,6
Total	5,3	0,6	0,2

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.1.2.2. IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE RETORNO DOS QUINQUÊNIO 2002-2007 E 2012-2017

No quinquénio 2002-2007 foram registados 46.382 imigrantes internacionais retornados, correspondendo a 38,7% do volume total da imigração internacional do quinquénio. Entretanto, no período 2012-2017 foram registados apenas 3.609 imigrantes internacionais retornados, equivalendo a somente 6,6% do volume total de imigrantes internacionais do período. Portanto, de censo para censo a imigração internacional de retorno tornou-se menor, pois a maior parte do retorno nos censos anteriores era de moçambicanos que se encontravam refugiados nos países vizinhos por conta da instabilidade política e, também, por causa de desastres naturais no território nacional.

Em todas as províncias, a imigração internacional de retorno, no quinquénio 2002-2007, é superior a 20% do

total da imigração internacional do quinquénio. O destaque vai para as províncias de Inhambane, com 82,5% e Gaza, com 80,1% do volume total da imigração internacional do período, seguidas pelas províncias de Cabo Delgado (com 49%), Maputo (39,8%), Sofala (39,4%), Manica (35,4%) e Zambézia (31,2%). Note-se que grande parte da imigração internacional de retorno nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo é constituída por moçambicanos trabalhadores na vizinha República da África do Sul.

Ainda que a imigração internacional de retorno tenha decrescido no quinquénio 2012-2017, nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo ela continuou a perfazer uma proporção significativa do volume da imigração internacional total do período, com 25,1%, 22,4% e 13,3%, respectivamente (Quadro 31).



© Dmitry B em Unsplash

Quadro 31: Peso de imigrantes internacionais de retorno na imigração dos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017, por província, Moçambique 2007 e 2017

Província	Imigrantes internacionais de retorno do quinquénio 2002-2007		Imigrantes internacionais de retorno do quinquénio 2012-2017	
	N	% no total de imigrantes do quinquénio	N	% no total de imigrantes do quinquénio
Niassa	2 351	24,8	191	2,3
Cabo Delgado	2 608	49,0	190	5,8
Nampula	929	20,3	68	2,4
Zambézia	3 139	31,2	246	3,6
Tete	5 790	20,8	231	2,2
Manica	4 771	35,4	200	6,4
Sofala	1 695	39,4	153	7,3
Inhambane	7 626	82,5	450	25,1
Gaza	9 178	80,1	473	22,4
Maputo	4 667	39,8	1 105	13,3
Cidade de Maputo	3 628	29,6	302	5,0
Total	46 382	38,7	3 609	6,6

Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

5.1.2.3. PERFIL SOCIO-DEMOGRÁFICO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS

O perfil socio-demográfico dos imigrantes internacionais apresentado nesta secção destaca algumas das suas características selectivas, como é o caso da procedência, nacionalidade, composição por sexo e idade, estado civil, escolaridade e ocupação. A análise restringe-se aos imigrantes internacionais de quinquénios anteriores aos censos demográficos de 1997, 2007 e 2017.

Cidade de Maputo (39,4%). Na vizinha República do Malawi residia a maioria dos imigrantes das províncias do Niassa (76,3%), Zambézia (99,1%), Tete (85,1%) e Sofala (77,6%) e, no Reino de Eswatini residia a maioria dos imigrantes de Cabo Delgado (94,2%).

a) País de procedência dos imigrantes internacionais

O Quadro 32 mostra os países de residência dos imigrantes internacionais 5 anos antes da data dos censos demográficos de 1997, 2007 e 2017. Em relação ao primeiro censo, trata-se do país de residência em 1992. Os resultados, no Quadro 32, indicam que, em 1992, os imigrantes internacionais residiam, na sua maioria, nos países vizinhos da região austral de África. Por exemplo, na vizinha República da África do Sul, encontrava-se a residir a maioria dos imigrantes internacionais das províncias de Inhambane (81,3%), Gaza (74,2%), Maputo (53,3%) e parte considerável dos imigrantes de

A ANÁLISE RESTRINGE-SE AOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS DE QUINQUÉNIO ANTERIORES AOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1997, 2007 E 2017

Quadro 32: Distribuição percentual de imigrantes internacionais, segundo o país de residência 5 anos antes dos Censos de 1997, 2007 e 2017, Moçambique 1997-2017

Ano	País de residência	NI %	CD %	NP %	ZB %	TT %	MN %	SF %	IB %	GZ %	MP %	MC %
1992	África do Sul	0,2	0,5	5,9	0,2	0,1	2,3	2,5	81,3	74,2	53,3	39,4
	Malawi	76,3	0,6	16,2	99,1	85,1	13,0	77,6	1,0	0,1	0,3	1,6
	Eswathini	22,7	94,2	11,7	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	1,3
	Zâmbia	0,1	0,0	1,4	0,0	6,7	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	1,0
	Zimbabwe	0,2	0,5	4,1	0,1	7,8	83,8	17,1	5,6	22,1	0,8	2,3
	Tanzânia	0,0	0,1	0,7	0,0	0,0	0,0	0,1	7,6	2,5	41,6	7,7
	Outro país africa	0,2	1,1	12,0	0,2	0,2	0,3	0,6	0,7	0,4	1,3	5,4
	Ásia	0,0	0,0	4,7	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,1	0,1	3,3
	Outro	0,3	3,0	43,2	0,3	0,1	0,4	1,6	3,1	0,5	2,5	37,9
	Sem informação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	N	58 399	8 162	1 429	144 042	379 202	97 451	45 278	8 308	32 284	21 121	10 293
2002	África do Sul	0,6	1,1	1,6	2,4	0,2	10,2	20,2	90,3	93,2	79,9	50,0
	Malawi	81,4	0,5	3,1	79,5	60,3	4,0	16,9	0,1	0,1	0,4	0,9
	Eswathini	0,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,1	0,2	3,9	1,4	10,1	4,0
	Zâmbia	0,4	0,2	1,6	0,2	14,0	0,1	0,5	0,0	0,0	0,2	0,6
	Zimbabwe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Tanzânia	11,4	84,3	8,6	0,4	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,3	0,7
	Outro país africa	4,4	8,5	66,8	8,4	1,5	2,8	11,5	1,6	1,0	2,7	11,8
	Ásia	0,3	1,4	8,2	2,8	0,2	0,6	8,9	0,7	1,0	1,4	7,6
	Outro	0,9	3,2	7,5	2,6	0,3	1,1	10,4	1,7	0,9	3,1	21,1
	Sem informação	0,6	0,7	2,4	3,6	23,4	81,1	31,1	1,6	2,4	1,8	3,4
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	N	9 498	5 318	4 575	10 053	27 820	13 462	4 305	9 247	11 462	11 715	12 258
2012	África do Sul	0,2	1,4	2,5	1,8	0,7	9,8	15,5	82,5	88,0	70,9	34,8
	Malawi	83,5	0,6	3,1	85,6	70,5	8,5	27,8	0,3	0,2	0,9	1,1
	Eswathini	0,1	0,3	0,6	0,3	0,1	0,7	1,1	3,5	1,3	5,4	1,7
	Zâmbia	0,1	0,4	0,6	0,2	13,7	0,6	0,9	0,5	0,3	0,7	0,7
	Zimbabwe	0,1	0,5	1,4	0,4	10,3	62,2	15,2	1,8	2,6	1,6	2,6
	Tanzânia	14,3	78,9	13,2	0,8	0,6	0,6	2,2	1,0	0,4	0,8	1,8
	Outro país africa	0,9	10,1	58,6	4,5	2,4	9,4	9,6	3,1	2,1	10,4	26,8
	Ásia	0,4	5,2	11,4	4,7	0,8	5,6	18,1	3,5	3,1	4,1	12,2
	Outro	0,4	2,6	8,5	1,7	0,8	2,7	9,7	3,9	2,0	5,3	18,3
	Sem informação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	N	8 219	3 292	2 788	6 900	10 360	3 144	2 093	1 795	2 116	8 313	6 051

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quanto à residência em 2002, o Quadro 32 revela a África do Sul como o país de residência da maioria dos imigrantes internacionais nas províncias da região sul de Moçambique, nomeadamente, Inhambane (90,3%), Gaza (93,2%), Maputo (70,9%) e Cidade de Maputo (50%). Na República do Malawi, em 2002, residia a maioria dos imigrantes do Niassa (81,4%), Zambézia (79,5%) e Tete (60,3%). Noutros países africanos residiam 66,8% de imigrantes internacionais de Nampula. Finalmente, em 2012, residiam na África do Sul principalmente os imigrantes internacionais de Inhambane (90,3%), Gaza (88%), Maputo (70,9%) e parte significativa de imigrantes de Cidade de Maputo (34,8%). No Malawi estiveram a residir, predominantemente, os imigrantes internacionais do Niassa (83,5%), Zambézia (85,6%), Tete (70,5%) e parte significativa de imigrantes de Sofala (27,8%). Na República do Zimbabwe estiveram a residir, em 2002, maioritariamente os imigrantes internacionais da província de Manica (62,2%) e parte significativa de imigrantes de Sofala (15,2%).

Portanto, os países de procedência da maioria dos imigrantes internacionais são os territórios vizinhos que acolheram muitos moçambicanos durante o período da crise político-militar no território.

b) Nacionalidade dos imigrantes internacionais

Uma análise sobre a nacionalidade dos imigrantes internacionais, dos primeiros dois quinquénios, nos quadros 33 e 34,, revela que eles são na sua maioria moçambicanos. Portanto, trata-se, de uma migração maioritariamente de retorno. Entretanto, um dado a ter em conta é que, no quinquénio 1992-1997 a nacionalidade moçambicana constituía mais de 90% do volume de imigrantes internacionais, em todas as províncias, exceptuando Nampula, onde os moçambicanos constituíam apenas 50% dos imigrantes internacionais. Os outros 50% repartiam-se por diversas nacionalidades. No quinquénio 2002-2007, a proporção de moçambicanos no volume de imigrantes internacionais reduziu consideravelmente, quase em todas as províncias, exceptuando as províncias da região sul que mantiveram a fasquia dos moçambicanos no volume da imigração internacional acima de 90% (Quadro 34). No a caso desta região, trata-se da tradicional imigração de retorno da África do Sul.

Quadro 33: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 1992-1997, por província e segundo nacionalidade, Moçambique 1997

Nacionalidade	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Moçambicana	94,9	90,6	50,0	94,4	96,7	95,8	96,4	95,9	97,8	94,3	60,9	95,4
Sul-Africana	3,8	0,1	3,6	5,0	2,5	0,2	1,2	0,4	0,2	0,2	0,8	2,5
ESwatiní	0,8	7,3	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,2
Malawiana	0,1	0,0	0,6	0,3	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Zambiana	0,0	0,0	0,7	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1
Zimbabueana	0,1	0,0	0,9	0,0	0,3	3,6	0,8	0,5	0,6	0,1	0,5	0,7
Tanzaniana	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0
Outra africana	0,2	0,6	8,9	0,0	0,0	0,1	0,2	1,7	1,1	3,9	7,5	0,3
Portuguesa	0,0	0,5	8,8	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,1	0,4	11,6	0,2
Outra europeia	0,0	0,4	7,4	0,0	0,0	0,1	0,3	0,4	0,0	0,3	8,0	0,2
Indiana	0,0	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	1,9	0,0
Chinesa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra asiática	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
Outra	0,1	0,5	8,8	0,1	0,0	0,1	0,4	0,5	0,1	0,4	5,9	0,2
Desconhecida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	58 399	8 162	1 429	144 042	379 202	97 451	45 278	8 308	32 284	21 121	10 293	805 969

Fonte: INE, Censo 1997.

Quadro 34: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2002-2007, por província e segundo nacionalidade, Moçambique 2007

Nacionalidade	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Moçambicana	55,0	72,2	27,9	52,8	53,4	69,6	59,6	93,8	93,8	84,4	60,5	66,1
Sul-Africana	0,1	0,6	0,6	0,3	0,1	0,4	1,9	2,7	3,4	8,4	4,6	2,0
ESwatiní	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	1,0	0,4	0,2
Malawiana	37,7	0,0	1,3	37,8	31,5	0,8	5,9	0,0	0,0	0,2	0,3	13,9
Zambiana	0,2	0,3	0,9	0,1	4,3	0,2	0,4	0,0	0,0	0,1	0,3	1,2
Zimbabueana	1,4	0,2	0,9	0,9	10,0	26,3	11,0	0,8	0,7	0,9	1,8	6,3
Tanzaniana	3,5	20,9	4,6	0,3	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,4	1,5
Outra africana	1,1	2,0	50,6	4,5	0,2	0,9	4,3	0,7	0,4	2,0	9,7	4,1
Portuguesa	0,1	0,3	0,7	0,4	0,0	0,1	2,0	0,1	0,1	0,6	4,1	0,7
Outra europeia	0,2	0,8	1,1	0,2	0,1	0,2	2,5	0,4	0,2	0,6	3,2	0,7
Indiana	0,2	0,4	4,1	0,6	0,1	0,2	4,0	0,2	0,6	0,5	3,1	0,9
Chinesa	0,0	0,6	1,9	0,5	0,0	0,1	2,0	0,3	0,1	0,3	1,0	0,4
Outra asiática	0,0	0,0	0,7	0,2	0,0	0,1	2,1	0,0	0,0	0,1	1,7	0,3
Outra	0,2	1,0	2,2	0,3	0,2	0,3	2,7	0,4	0,3	0,3	4,7	0,9
Desconhecida	0,3	0,8	2,2	1,1	0,1	0,8	1,4	0,3	0,2	0,5	4,3	0,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	9 498	5 318	4 575	10 053	27 820	13 462	4 305	9 247	11 462	11 715	12 258	119 713

Fonte: INE, Censo 2007.

c) Composição dos imigrantes internacionais por sexo e idade

O Quadro 35 mostra a composição por sexo dos imigrantes internacionais em cada província, ao longo dos 3 quinquénios em análise. No primeiro quinquénio (1992-1997) parece haver uma certa heterogeneidade entre as províncias na composição dos imigrantes por sexo. À excepção da província de Nampula que apresenta um sobrepeso de homens na imigração internacional, as outras duas províncias da região norte apresentam um equilíbrio entre homens e mulheres. Nas províncias do centro a proporção de mulheres entre os imigrantes internacionais é relativamente superior à dos homens, com algumas excepções na província de Sofala, onde a proporção dos homens excede a de mulheres. As quatro províncias da região sul mantiveram o padrão

tradicional de predomínio de homens nos fluxos migratórios. No quinquénio 2002-2007, o padrão da proporção entre homens e mulheres nos volumes de imigração internacional volta ao tradicional nas regiões norte e centro, igualando-se à região sul. No quinquénio 2012-2017 as províncias de Gaza e Inhambane, no sul, e do Niassa, no norte, passam a ter um padrão atípico da proporção entre homens e mulheres nos volumes de imigração internacional, com o sobrepeso feminino. O sobrepeso de mulheres no quinquénio 1992-1997 explica-se pelo facto de as mulheres e crianças terem sempre constituído a maioria dos refugiados no exterior durante o período de conflito armado no país.

Quadro 35: Percentagem dos imigrantes internacionais dos quinquénios 1992-1997, 2002-2007 e 2012-2017 por sexo e segundo província, Moçambique 1997-2017

Província	1992-1997			2002-2007			2012-2017		
	N	Homens	Mulheres	N	Homens	Mulheres	N	Homens	Mulheres
		%	%		%	%		%	%
Niassa	58 399	49,2	50,8	9 498	50,7	49,3	8 219	48,3	51,7
Cabo Delgado	8 162	50,0	50,0	5 318	55,3	44,7	3 292	56,9	43,1
Nampula	1 429	67,4	32,6	4 575	65,6	34,4	2 788	57,9	42,1
Zambézia	144 042	49,8	50,2	10 053	53,7	46,3	6 900	53,3	46,7
Tete	379 202	47,6	52,4	27 820	51,0	49,0	10 360	50,2	49,8
Manica	97 451	47,7	52,3	13 462	53,0	47,0	3 144	50,4	49,6
Sofala	45 278	51,1	48,9	4 305	63,7	36,3	2 093	57,4	42,6
Inhambane	8 308	79,0	21,0	9 247	78,9	21,1	1 795	48,4	51,6
Gaza	32 284	59,5	40,5	11 462	75,2	24,8	2 116	47,7	52,3
Maputo	21 121	52,1	47,9	11 715	59,2	40,8	8 313	53,6	46,4
Maputo Ciudad	10 293	63,8	36,2	12 258	59,8	40,2	6 051	57,3	42,7
Total	805 969	49,5	50,5	119 713	58,8	41,2	55 071	52,5	47,5

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Os Quadros 36 a 38 mostram a percentagem dos imigrantes internacionais por idade, nos três quinquénios em análise.

Quadro 36: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 1992-1997 por província e segundo idade, Moçambique 1997

Idade (anos)	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
5 - 9	20,1	14,3	6,9	17,4	20,0	18,7	16,8	6,6	14,0	16,4	9,2	18,5
10 - 14	13,1	11,2	5,5	11,8	14,7	15,4	11,1	4,0	9,8	13,2	6,0	13,5
15 - 19	11,0	10,6	5,8	11,8	11,6	12,0	11,5	3,6	8,2	10,1	6,3	11,3
20 - 24	10,8	13,0	13,7	12,1	10,7	11,4	13,1	8,8	10,9	10,2	11,4	11,2
25 - 29	10,5	11,8	18,7	11,6	9,5	10,5	14,0	15,1	13,1	11,2	15,7	10,7
30 - 34	7,7	9,5	15,7	8,3	7,3	7,5	9,0	13,6	10,5	8,8	14,6	8,0
35 - 39	7,1	8,5	12,1	7,4	6,4	6,7	7,3	11,0	9,0	7,3	11,9	7,0
40 - 44	4,5	5,2	6,6	4,6	4,3	4,0	4,1	9,7	6,4	5,1	8,9	4,5
45 - 49	4,5	5,3	5,0	4,4	4,2	3,8	3,8	9,2	5,5	4,8	6,3	4,4
50 - 54	3,2	3,5	3,5	3,1	3,0	2,7	2,7	6,8	3,6	3,4	4,3	3,1
55 - 59	2,1	2,5	3,1	2,3	2,5	2,5	1,9	5,1	3,6	3,1	2,7	2,5
60 - 64	1,8	1,7	1,4	1,7	1,8	1,5	1,6	3,2	2,1	2,2	1,3	1,8
65 e+	3,8	2,9	1,9	3,5	3,9	3,4	3,1	3,4	3,3	4,2	1,4	3,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	58 399	8 162	1 429	144 042	379 202	97 451	45 278	8 308	32 284	21 121	10 293	805 969

Fonte: INE, Censo 1997.

Quadro 37: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2002-2007 por província e segundo idade, Moçambique 2007

Idade (anos)	NI %	CD %	NP %	ZB %	TT %	MN %	SF %	IB %	GZ %	MP %	MC %	Total %
5 - 9	17,9	11,4	12,4	14,8	16,8	12,3	11,8	8,0	9,6	15,8	10,6	13,5
10 - 14	12,2	7,1	8,1	11,7	13,0	10,4	8,3	2,9	4,6	7,4	5,9	9,1
15 - 19	11,9	8,2	7,5	11,5	12,8	13,9	7,1	2,3	3,5	5,6	5,0	8,9
20 - 24	12,8	12,5	12,1	14,6	15,7	17,3	12,1	8,9	10,8	11,6	11,0	13,3
25 - 29	12,3	14,5	17,5	13,4	12,3	15,1	15,3	18,2	18,5	17,2	18,4	15,3
30 - 34	8,9	14,2	14,3	9,8	8,6	10,6	14,1	17,0	17,2	14,2	15,3	12,3
35 - 39	6,2	10,1	11,0	7,2	6,5	7,3	10,7	13,9	11,8	9,5	10,2	8,9
40 - 44	5,1	5,8	6,7	4,3	4,0	4,1	7,2	9,1	7,8	6,0	7,5	5,7
45 - 49	3,3	4,5	4,2	3,7	3,0	3,2	4,9	6,1	6,1	4,6	5,6	4,2
50 - 54	2,9	3,3	2,4	3,2	2,2	1,9	3,1	5,0	4,0	3,1	5,1	3,2
55 - 59	1,9	3,0	1,6	2,0	1,8	1,3	2,0	4,2	3,1	2,0	2,5	2,2
60 - 64	1,5	1,8	1,2	1,4	1,2	0,8	1,5	2,4	1,5	1,0	1,3	1,3
65 e+	2,9	3,6	1,0	2,3	2,1	1,9	1,8	1,9	1,6	1,9	1,4	2,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	9 498	5 318	4 575	10 053	27 820	13 462	4 305	9 247	11 462	11 715	12 258	119 713

Fonte: INE, Censo 2007.

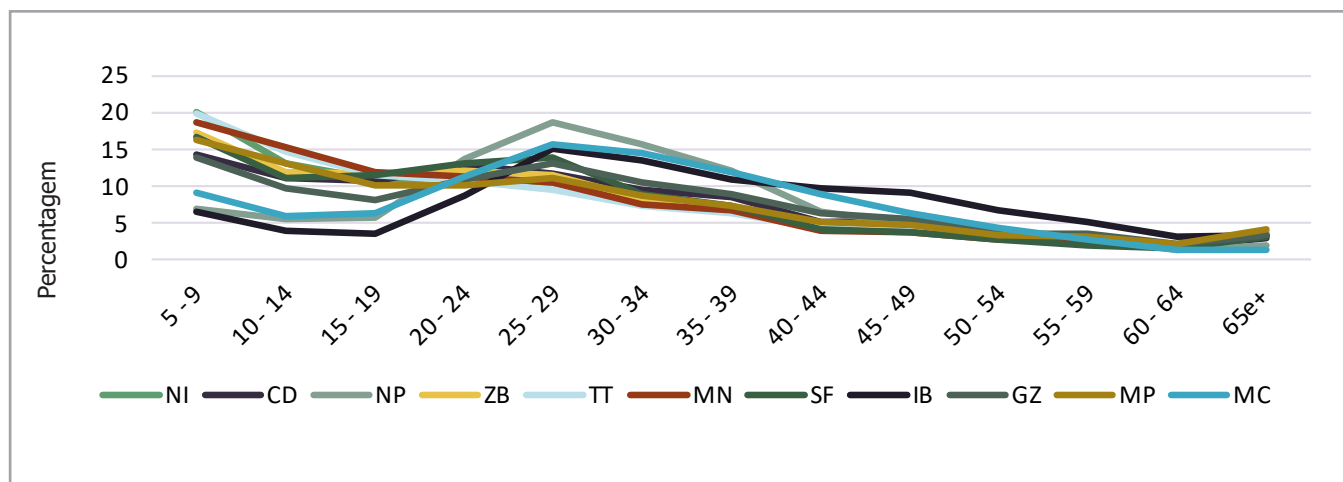
Quadro 38: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017 por província e segundo idade, Moçambique 2017

Idade (anos)	NI %	CD %	NP %	ZB %	TT %	MN %	SF %	IB %	GZ %	MP %	MC %	Total %
5 - 9	17,2	8,8	10,6	14,5	14,5	11,5	10,8	39,3	37,3	25,6	16,3	17,6
10 - 14	11,4	6,7	7,8	10,7	11,0	8,4	6,9	8,9	11,6	8,9	5,7	9,4
15 - 19	13,4	8,7	9,4	13,6	12,9	13,5	8,8	4,8	6,9	6,3	5,3	10,2
20 - 24	16,8	15,4	15,5	21,1	20,3	17,3	15,2	8,7	10,0	10,2	11,4	15,7
25 - 29	14,1	15,6	17,9	14,7	14,5	17,6	17,3	10,0	9,8	12,5	15,9	14,5
30 - 34	8,5	13,8	14,2	8,9	9,2	12,3	12,0	9,4	8,8	11,7	14,3	10,8
35 - 39	6,8	10,4	8,7	6,7	6,9	8,2	9,5	6,1	5,0	8,4	10,0	7,8
40 - 44	4,0	7,2	5,7	3,8	4,6	4,0	6,5	4,0	3,3	6,2	7,3	5,1
45 - 49	3,0	4,7	3,6	2,2	2,3	3,1	4,2	2,9	2,8	3,6	4,7	3,2
50 - 54	1,7	3,2	2,8	1,4	1,5	1,5	3,6	1,8	1,4	2,7	3,4	2,2
55 - 59	0,8	1,5	1,2	0,7	0,8	0,8	2,1	1,4	1,3	1,7	2,5	1,3
60 - 64	0,9	1,4	1,1	0,4	0,6	0,7	1,1	1,0	0,9	0,9	1,3	0,9
65 e+	1,5	2,5	1,5	1,2	1,1	1,1	2,0	1,7	0,9	1,4	1,7	1,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	8 219	3 292	2 788	6 900	10 360	3 144	2 093	1 795	2 116	8 313	6 051	55 071

Fonte: INE, Censo 2017.

O Quadro 36 apresenta um padrão etário da imigração internacional, que não é homogéneo entre as províncias. Contrariamente ao observado na migração interna, em que a distribuição por idades é uma curva unimodal com um máximo nas idades entre 20 e 24 anos, nesta distribuição nota-se uma concentração nas idades iniciais, significando que a curva começa logo com um máximo (Gráfico 10).

Gráfico 10: Padrão etário dos imigrantes internacionais do quinquénio 1992-1997 por província, Moçambique 1997

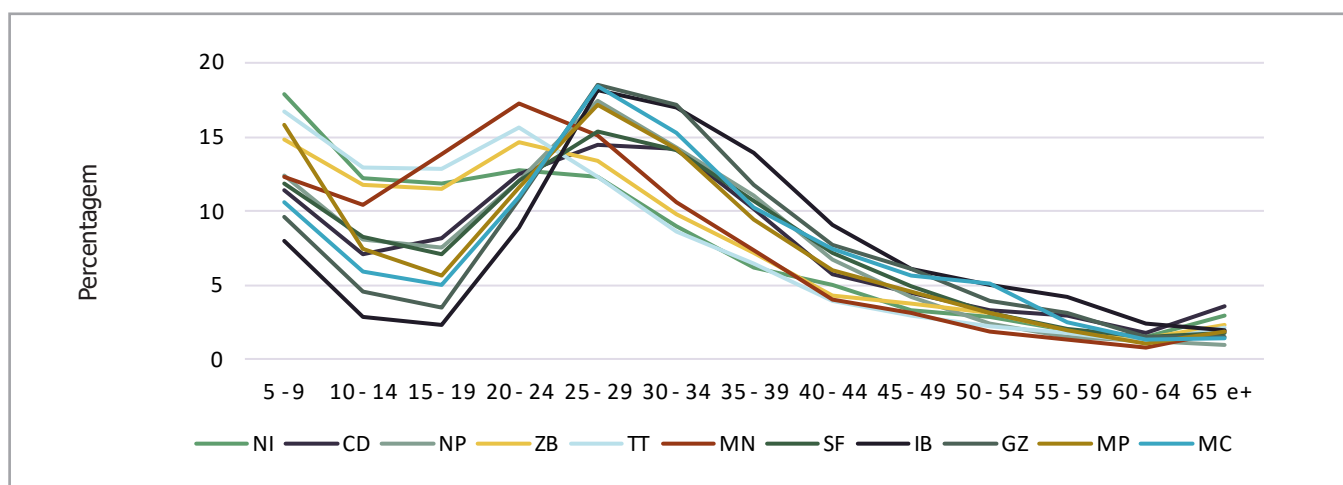


Fonte: INE, Censo 1997.

O padrão etário representado no Gráfico 10 é reflexo da presença de mais crianças do que adultos nos fluxos de imigração internacional do quinquénio 1992-1997, na maioria das províncias. Uma excepção fazem as Províncias de Nampula, Inhambane e Cidade de Maputo.

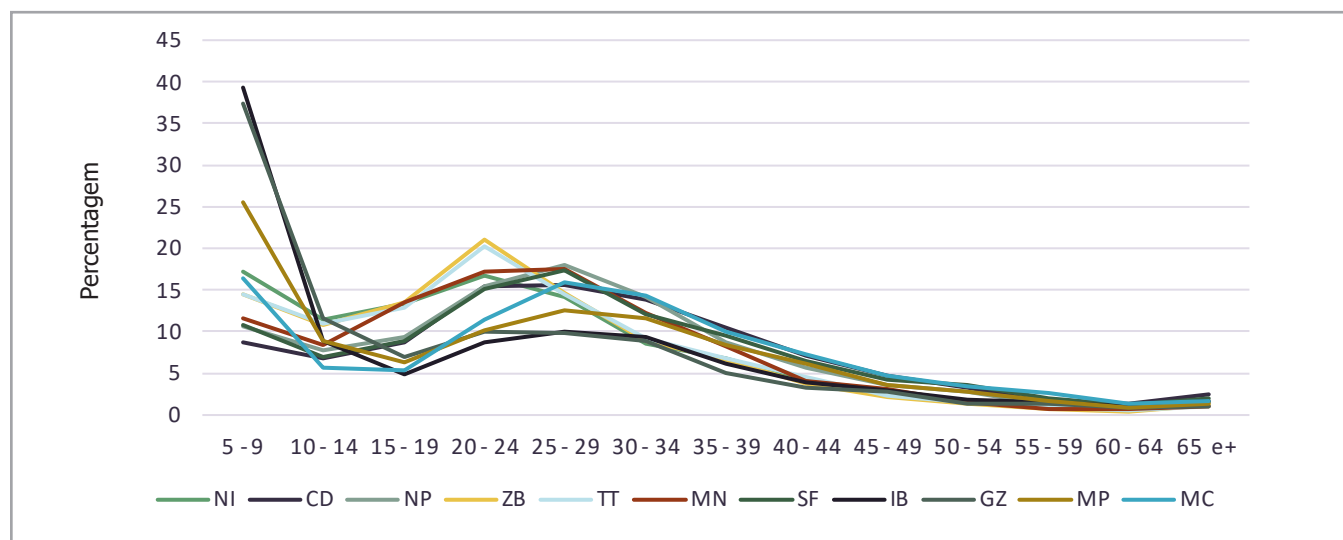
Nos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017, embora o padrão etário dos imigrantes internacionais tenha continuado com proporções de crianças relativamente elevadas (Quadros 37 e 38), observa-se uma forte concentração de adultos jovens nas idades entre 20 e 35 (Gráficos 11 e 12).

Gráfico 11: Padrão etário dos imigrantes internacionais do quinquénio 2002-2007 por província, Moçambique 2007



Fonte: INE, Censo 2007.

Gráfico 12: Padrão etário dos imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017 por província, Moçambique 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

d) Estado civil dos imigrantes internacionais

O estado civil dominante entre os imigrantes internacionais é o de união marital, seguindo-se o de solteiro. A predominância da união marital pode estar associada ao facto de se tratar de uma migração que no passado recente envolveu famílias inteiras.

Quadro 39: Estado civil dos imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017, Moçambique 2017

Estado civil	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Solteiro	26,3	34,5	40,9	26,8	28,3	31,8	38,6	37,9	36,2	39,4	44,6	33,4
Casado	16,7	28,7	34,3	18,0	15,4	12,0	26,7	11,4	8,4	16,4	33,6	20,1
União marital	52,1	32,2	20,7	51,7	53,2	51,6	30,1	45,6	49,7	40,0	18,9	42,6
Divorciado/ separado	4,1	3,8	1,8	2,7	2,2	3,0	2,8	3,7	2,9	2,7	1,9	2,8
Viúvo	0,8	0,8	2,2	0,7	0,8	1,7	1,8	1,4	2,9	1,5	0,9	1,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	6 426	2 915	2 391	5 602	8 376	2 686	1 825	1 014	1 183	5 798	4 914	43 130

Fonte: INE, Censo 2017.

e) Nível de escolaridade dos imigrantes internacionais

Grande parte dos imigrantes internacionais não possui nenhum nível de escolaridade, com destaque para os imigrantes nas províncias de Niassa (65,2%), Zambézia (53,4%), Inhambane (52,8%) e Gaza (52,3%) (Quadro 40). Entretanto, muitos imigrantes têm o nível primário. Também, o nível secundário apresenta-se como significativo entre os imigrantes internacionais em algumas províncias, como Nampula, Manica, Cidade de Maputo e província de Maputo. O nível superior é mais significativo entre os imigrantes de Cidade de Maputo (25,2%).

Quadro 40: Distribuição percentual de imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017, por província e segundo nível de escolaridade, Moçambique 2017

Nível de escolaridade	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Nenhum	65,2	37,8	30,9	53,4	53,2	30,9	27,9	52,8	52,3	35,7	22,4	44,7
Primário	28,3	38,6	26,8	33,0	31,1	34,1	24,4	29,1	33,5	35,5	23,6	30,9
Secundário	5,9	18,7	31,6	11,7	14,3	30,7	32,9	12,5	11,5	21,1	28,8	18,0
Superior	0,6	4,9	10,7	1,8	1,4	4,3	14,9	5,6	2,7	7,8	25,2	6,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	8 219	3 292	2 788	6 900	10 360	3 144	2 093	1 795	2 116	8 313	6 051	55 071

Fonte: INE, Censo 2017.

f) Ocupação dos imigrantes internacionais

A maioria dos imigrantes internacionais nas províncias do Niassa, Zambézia e Tete está na categoria ocupacional de camponeses. Entretanto, em todas as províncias, particularmente em Cidade de Maputo, a proporção dos imigrantes internacionais na categoria de pequeno comerciante é muito significativa. Em terceiro lugar, encontramos a categoria de operários não-agrícolas (Quadro 41).

Quadro 41: Ocupações dos imigrantes internacionais do quinquénio 2012-2017, Moçambique 2017

Ocupações	NI	CD	NP	ZB	TT	MN	SF	IB	GZ	MP	MC	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Altos Dirigentes	0,2	0,9	2,5	0,2	0,3	1,1	6,3	1,5	0,5	3,2	9,7	2,2
Pessoal Técnico-Administrativo	0,9	2,8	10,4	1,5	1,2	4,6	21,7	7,8	6,2	10,6	20,1	6,5
Operários não-agrícolas	12,4	12,8	10,2	7,4	8,9	20,7	17,7	13,9	17,7	24,2	10,6	13,0
Pequeno comerciante	10,0	25,8	39,8	16,1	13,1	29,7	29,0	23,3	19,8	28,5	38,9	22,3
Pessoal de serviço	1,0	1,6	2,3	0,2	1,3	1,1	2,1	1,8	2,4	2,6	2,5	1,5
Camponeses	65,2	38,8	15,1	66,5	61,7	29,9	13,3	36,1	30,6	6,8	0,9	39,8
Operários agrícolas	1,3	3,3	0,3	1,5	2,1	0,5	0,4	1,1	1,0	0,7	0,2	1,3
Outras	4,4	4,0	2,2	1,6	4,8	4,5	5,0	5,5	14,3	11,0	6,1	5,3
Desconhecidas	4,5	10,0	17,2	4,9	6,7	7,8	4,5	9,1	7,6	12,4	11,0	8,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
N	3 834	1 933	1 192	3 745	4 761	1 403	985	618	631	3 089	3 107	25 298

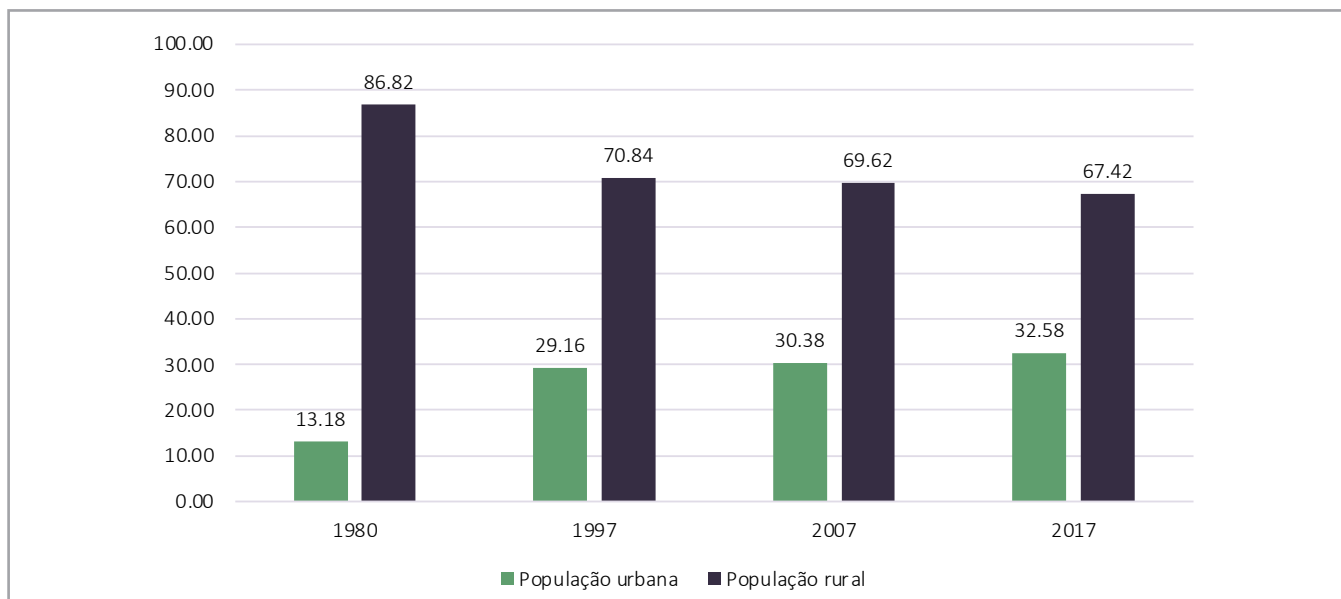
Fonte: INE, Censo 2017.

5.2. Urbanização em Moçambique

5.2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA

A conquista da Independência Nacional, em 1975, constituiu, para um número significativo de moçambicanos, o acesso a espaços outrora excludentes. Araújo (2003) refere que, em 1970, menos de 5% da população moçambicana vivia em espaços classificados como urbanos. Esta percentagem era inflacionada por uma população branca, principalmente de origem europeia. Com a Independência Nacional, a percentagem da população vivendo em espaços urbanos mais que duplicou, alcançando 13,2% no censo de 1980 (Gráfico 13).

Gráfico 13: Evolução da percentagem da população urbana, Moçambique 1980-2017

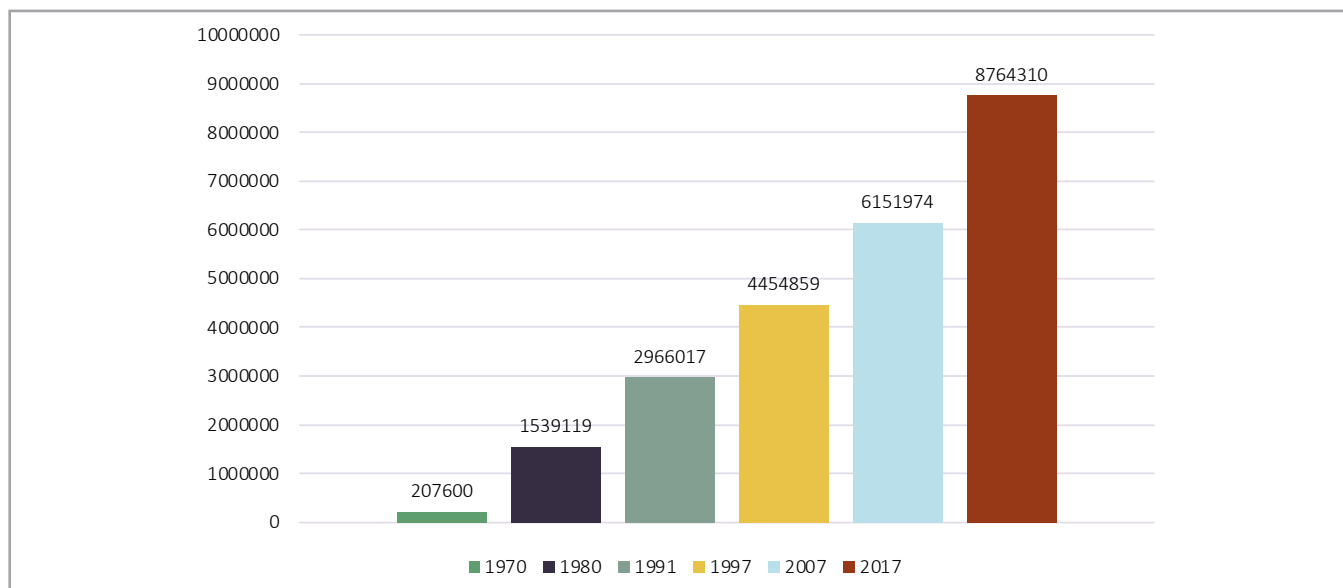


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

No censo de 1980, Moçambique superou a barreira de um milhão de habitantes vivendo em espaços urbanos. O censo refere que pouco mais de 1,5 milhões de habitantes passou a residir em cidades, representando um aumento de mais de 1,3 milhões (Gráfico 14). Importa realçar que a conquista da independência é acompanhada pelo início e agravamento da guerra civil, que afectou mais as áreas rurais, menos protegidas militarmente, provocando o aumento dos movimentos migratórios com destino a cidade.

O avanço da guerra civil impediu que se realizasse o segundo censo populacional, em 1990, tendo sido substituído por um levantamento numérico, em 1991, que não abrangeu todo o território nacional. Araújo et al (2008) mencionam que os registos obtidos por esse levantamento indicaram que a população urbana quase que duplicou, alcançando 2.966.017 habitantes.

Gráfico 14: Evolução da população urbana, Moçambique 1970 – 2017



Fonte: INE, Censos 1980, 1997, 2007, 2017; Araújo (2003); Araújo et al. (2008).

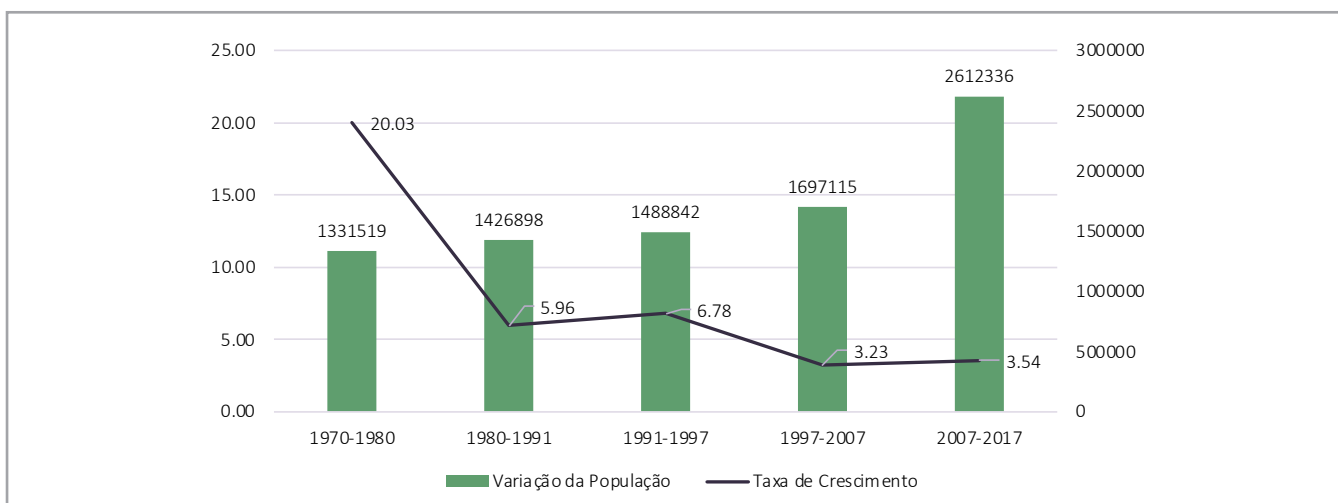
Com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz, em 1992, e o alcance da estabilidade político-militar, o país conseguiu reunir as condições para a realização do 2º censo populacional e habitacional, em 1997. Os dados do censo indicaram que a população residindo em espaços urbanos se aproximou de 4,5 milhões de habitantes, e que houve um acréscimo de aproximadamente 1,7 milhões.

De 1980 a 1997, a percentagem da população residindo em espaços classificados como urbanos mais que duplicou, alcançando, em 1997, cerca de 30% da população. Durante esse período o país atinge valores impressionantes de tal modo que, em 17 anos, a população vivendo em espaços urbanos saiu de 13% para 30%. Em termos absolutos, o acréscimo foi de cerca de 3 milhões de habitantes, ou seja,

uma média de 1,5 milhões de habitantes acrescentados a cada 10 anos (Gráfico 15).

Nos anos seguintes, o crescimento da população urbana manteve-se superior à média de 1,5 milhões de habitantes dos períodos anteriores. O acréscimo mais elevado foi alcançando no censo de 2017, onde o acúmulo foi superior a 2,6 milhões de habitantes. É neste censo que se regista o maior acréscimo populacional de todos os tempos, permitindo ao país aproximar-se dos 9 milhões de habitantes. Apesar deste aumento histórico, importa referir que a participação da população urbana no conjunto da população total teve acréscimos modestos, principalmente a partir do censo de 2007, quando a população urbana representava 30,38% e passou para 32,58%, em 2017.

Gráfico 16: Relação entre crescimento absoluto da população e a taxa de crescimento urbano, Moçambique 1970-2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Analisando as taxas de crescimento médio da população urbana, constata-se que de 1970 a 2017 a tendência foi decrescente. A maior taxa de crescimento registou-se no período entre 1970 e 1980, com 20,0%. Depois, ela foi decrescendo, alcançando o nível mais baixo em 2007, quando chegou a 3,2%. Em 2017, a taxa de crescimento populacional urbana volta a ter uma tendência crescente, próxima à verificada no período 1991-1997 (Gráfico 16). Contudo, a tendência crescente registada no período 1991-1997 pode ser explicada, em parte, pelo fim da guerra civil, que terá garantido segurança aos novos espaços urbanos, definidos em 1987, pela Resolução nº 7/87 de 25 de Abril. Esta Resolução amplia o número de cidades para 23.

O levantamento numérico de 1991, com todas as limitações que teve, considerou como urbanas as novas áreas definidas pela Resolução nº 7/87. Esta reclassificação urbana poderá ter tido influência no aumento da população urbana, como também pode-se acrescentar a relativa segurança que estas áreas passaram a ter, principalmente as cidades não capitais provinciais.

Os dados do censo de 2007 denotavam uma tendência de estabilidade no crescimento da população urbana. Porém, o censo de 2017 parece que veio a contrariar, aumentando não só a taxa de crescimento médio, mas também o número

de acúmulo de contingentes populacionais vivendo em espaços urbanos, ou melhor, o censo de 2017 evidencia que os espaços urbanos iniciam uma tendência crescente das taxas de crescimento, como também um aumento expressivo do número de novos habitantes que são introduzidos, anualmente.

Evolução da população urbana por província

O tamanho da população residente nas cidades capitais provinciais têm determinado a contribuição das províncias na sua participação no conjunto da população urbana. Até ao levantamento numérico efectuado em 1991, a cidade da Matola encontrava-se incorporada na cidade de Maputo, o que influenciava, significativamente, o tamanho da população da capital nacional e o peso que esta tinha no conjunto da população urbana. Com a Resolução de 1987, em que são criadas as 23 cidades, Matola se desassocia da cidade de Maputo, tornando-se uma cidade independente. Apesar desta desagregação, o levantamento de 1991 não diferencia as duas cidades. O censo de 1997 apresenta as duas cidades separadas, apesar de estarem ligadas continuamente, formando uma conurbação, onde a cidade da Matola albergava cerca de 32% do total da população do aglomerado urbano.

Quadro 42: Evolução da percentagem do peso da população urbana por província Moçambique, 1980-2017

Província	1980	1997	2007	2017
Niassa	2,5	3,9	4,4	5,0
Cabo Delgado	2,7	4,9	5,5	6,0
Nampula	14,3	16,7	18,6	19,8
Zambézia	3,9	8,8	11,0	10,3
Tete	2,9	3,9	4,0	5,5
Manica	4,4	6,2	5,8	7,0
Sofala	13,9	11,9	9,6	10,4
Inhambane	3,7	5,0	4,6	4,6
Gaza	3,6	5,9	5,1	4,8
Maputo	-	11,46	13,4	14,4
Cidade de Maputo	48,0	21,7	17,9	12,3

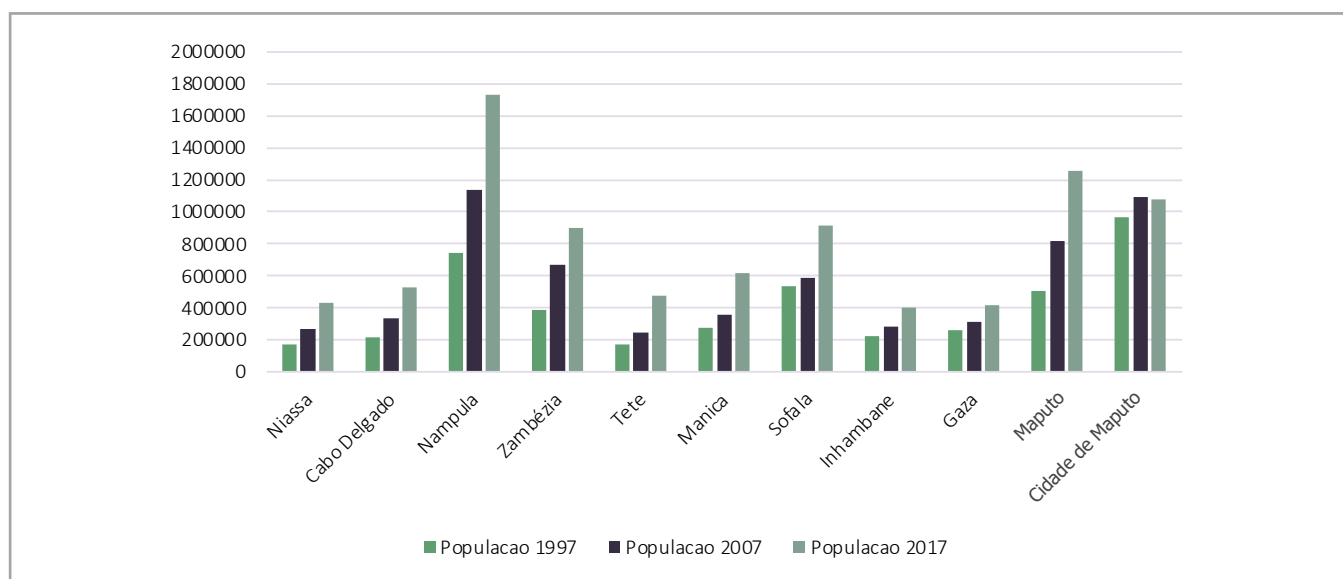
Fonte: Araújo (2003); Censos (1980; 1997; 2007; 2017)

Os dados do Quadro 42 indicam que até o ano de 1980 apenas duas cidades, Maputo e Matola, concentravam perto de 50% da população urbana. Se agregado às outras duas importantes províncias que albergam as duas capitais regionais, Beira e Nampula, então estas três províncias concentravam, em 1970, 82% da população urbana (ARAÚJO, 2003). Em 1980, a percentagem reduziu para um pouco mais de três quartos.

Os dados do Gráfico 17 mostram que no período de 1997 a 2017 todas as províncias ganharam população, menos Cidade de Maputo que perdeu residentes no período de 2007 a 2017.

As províncias do Niassa, Tete, Gaza e Inhambane, apesar de registarem crescimento populacional ao longo do período em referência, constata-se que não conseguiram alcançar a barreira de 500.000 habitantes vivendo em espaços urbanos. Províncias como Cabo Delgado e Manica, que estavam abaixo dos 500.000 habitantes, até a realização do censo de 2007, conseguiram superar esta barreira, no último censo populacional.

Gráfico 17: Evolução da população urbana por província , Moçambique, 1997-2017

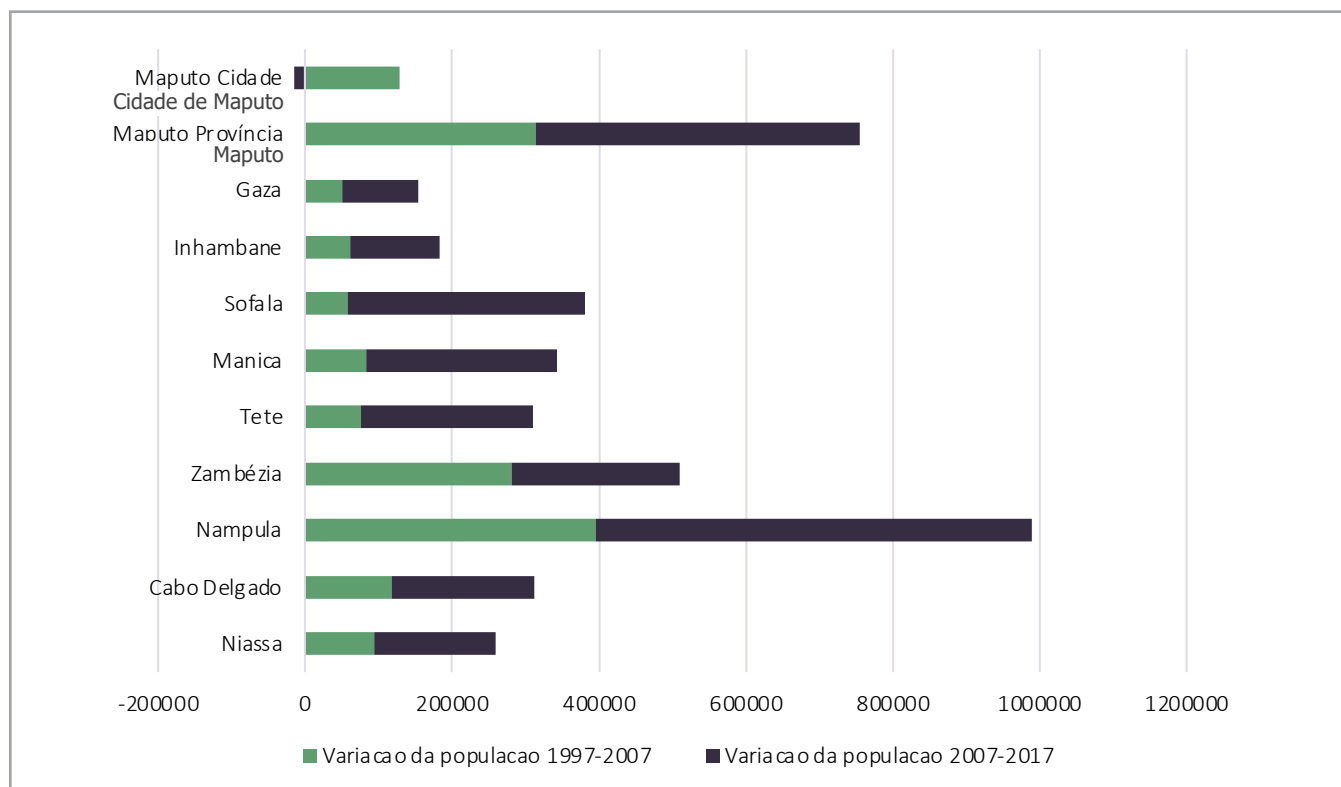


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A província de Maputo tinha, em 1997, pouco mais de 500 mil habitantes e no ano de 2017 supera a barreira dos 1,2 milhões de habitantes, tornando-se na segunda província que concentra o maior número de habitantes residindo em espaços urbanos.

Durante o período de 1997 a 2017, constatou-se que, em média, a população urbana aumentou em cerca de 430 mil habitantes por província. O maior acréscimo registou-se na província de Nampula, aproximando-se de 1 milhão de habitantes. O menor acréscimo registou-se na cidade de Maputo, com valores abaixo de 115 mil habitantes. Apenas três províncias ganharam um acúmulo acima da média, nomeadamente: Nampula, Maputo e Zambézia (Gráfico 18).

Gráfico 18: Variação absoluta da população urbana nos períodos intercensitários, Moçambique 1997-2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Se se analisar o crescimento da população urbana nos dois períodos, 1997 a 2007 e 2007 a 2017, verifica-se que foi no segundo período que se registou a maior média provincial de acréscimos, superando os 250 mil habitantes. Nos dois períodos, a província de Nampula teve os maiores acréscimos (395.813 e 593.586 habitantes), seguido da província de Maputo (313.109 e 441.171). No primeiro período, apenas três províncias superaram a média dos ganhos, nomeadamente Nampula, Maputo e Zambézia. No segundo, Nampula, Maputo, Sofala e Manica (Gráfico 19) são as quatro províncias que alcançaram este feito.

Analisando a posição (ranking) das províncias ao longo do tempo, constata-se algumas alterações importantes. No censo de 1997 as três primeiras províncias com mais população urbana eram Cidade de Maputo, Nampula e Sofala. Esta tendência seguia, de perto, o ranking das cidades do país. Em 2007, há alterações significativas, não estando mais relacionadas com o ranking das cidades. Nesse ano, a província de Nampula alcança a primeira posição, seguida de Cidade de Maputo e, finalmente, por Província de Maputo. No censo de 2017 mantêm-se as três províncias, mas com alteração na posição entre a província e Cidade de Maputo (Quadro 43).

NESSE ANO, A PROVÍNCIA DE NAMPULA ALCANÇA A PRIMEIRA POSIÇÃO, SEGUIDA DE MAPUTO CIDADE E FINALMENTE POR MAPUTO PROVÍNCIA.

Quadro 43: Evolução do ranking da população urbana por província , Moçambique, 1997-2017

Ranking	1997	2007	2017
1º	Cidade de Maputo	Nampula	Nampula
2º	Nampula	Cidade de Maputo	Maputo
3º	Sofala	Maputo	Cidade de Maputo
4º	Maputo	Zambézia	Sofala
5º	Zambézia	Sofala	Zambézia
6º	Manica	Manica	Manica
7º	Gaza	Cabo Delgado	Cabo Delgado
8º	Inhambane	Gaza	Tete
9º	Cabo Delgado	Inhambane	Niassa
10º	Niassa	Niassa	Gaza
11º	Tete	Tete	Inhambane

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Importa destacar que durante os três censos de referência, apesar de se verificar alterações de posições, os cinco primeiros lugares foram ocupados pelas mesmas províncias. Nas restantes posições, há a destacar a perda de posição das províncias de Gaza e Inhambane, enquanto as restantes, excepto de Manica, foram ganhando importância ao longo do tempo (Quadro 43).

Quadro 44: Evolução da taxa de crescimento exponencial da população urbana Moçambique, 1997-2017

Província	1997-2007	2007-2017	1997-2017
Niassa	4,3	4,8	4,6
Cabo Delgado	4,3	4,6	4,5
Nampula	4,3	4,2	4,2
Zambézia	5,4	2,9	4,2
Tete	3,7	6,7	5,2
Manica	2,6	5,5	4,1
Sofala	1,0	4,4	2,7
Inhambane	2,5	3,6	3,0
Gaza	1,8	2,9	2,3
Maputo	4,8	4,3	4,6
Cidade de Maputo	1,2	-0,1	0,6
Urbano	3,2	3,6	3,4

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Analisando o crescimento relativo da população, é possível verificar algumas diferenças significativas, ou seja, nem sempre as províncias que se destacaram no crescimento absoluto foram as que tiveram as maiores taxas de crescimento médio. A taxa de crescimento médio da população urbana do país, durante o período de 1997 a 2017, foi de 3,4%. Durante esse período, as três principais províncias que mais cresceram foram Tete, Maputo e Niassa. No primeiro período destacam-se as províncias da Zambézia, Maputo e Cabo Delgado. Foi no segundo período que se registou a maior taxa de crescimento (3,6%), sendo influenciada pelas províncias de Tete, Manica e Niassa (Quadro 44).

O ritmo de crescimento nos dois períodos intercensitários variou expressivamente em algumas províncias, como é o caso de Sofala, que no primeiro período apresentava a menor taxa de crescimento (1,0%) e no segundo atingiu o 5º lugar (4,4%). Situação similar aconteceu com as províncias de Manica e Tete (2,6% e 3,7%, respectivamente) que passaram para a posição das duas primeiras províncias com as maiores taxas de crescimento (5,5% e 6,7%, respectivamente). No sentido inverso está a província da Zambézia, que tinha apresentado a maior taxa de crescimento no primeiro período, com 5,4%, passou para 2,9% no segundo período. Estas três províncias apresentam dinâmicas de evolução bastante acentuadas, contrastando com o que se verificou nas restantes províncias que, mesmo apresentando uma evolução positiva ou negativa, as diferenças não são pronunciadas.

Analisando o Quadro 44, é possível perceber um padrão regional, sendo que as províncias da região norte e sul do país apresentaram uma tendência de taxas de crescimento mais estáveis (mesmo tendo uma evolução negativa ou positiva). Todavia, a cidade de Maputo apresentou uma tendência diferente, com um crescimento negativo. Nas províncias do centro, as taxas de crescimento aumentaram significativamente e num crescimento bastante proeminente, à excepção da Zambézia que apresentou uma tendência decrescente, mas também um decréscimo bastante marcante. Ou seja, de um censo para o outro, verificou-se que as províncias do norte e sul tiveram alterações modestas, mas na região central as alterações foram bastante salientes.

Se se analisar a taxa de crescimento ao nível das cidades e vilas, constata-se que nos dois períodos de referência a tendência foi de as vilas apresentarem taxas de crescimento superiores às das cidades, à excepção das províncias do Niassa e Tete, no primeiro período, e Tete, no segundo (Quadro 45).

Os centros urbanos que apresentaram uma tendência decrescente das taxas de crescimento médio foram as cidades das províncias do Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Maputo e Cidade de Maputo e as vilas das províncias de Nampula, Zambézia e Maputo. Deste grupo de províncias, há a destacar decréscimos acentuados para as cidades e vilas da província da Zambézia e vilas da Província de Maputo.

NAS PROVÍNCIAS DO CENTRO, AS TAXAS DE CRESCIMENTO AUMENTARAM SIGNIFICATIVAMENTE E NUM CRESCIMENTO BASTANTE PROEMINENTE, À EXCEPÇÃO DA ZAMBÉZIA QUE APRESENTOU UMA TENDÊNCIA DECRESCENTE, MAS TAMBÉM UM DECRÉSCIMO BASTANTE MARCANTE

.....

Quadro 45: Evolução da taxa de crescimento exponencial da população para as vilas e cidades, por província , Moçambique, 1997-2017

Província		1997-2007	2007-2017	1997-2017
Niassa	Cidade	4,4	4,0	4,2
	Vila	4,0	8,0	6,0
Cabo delgado	Cidade	4,2	3,8	4,0
	Vila	4,6	5,8	5,2
Nampula	Cidade	3,7	4,0	3,9
	Vila	5,8	4,7	5,2
Zambézia	Cidade	5,1	2,4	3,8
	Vila	6,5	4,4	5,4
Tete	Cidade	4,2	6,8	5,5
	Vila	2,8	6,6	4,7
Manica	Cidade	2,0	4,5	3,3
	Vila	4,9	8,1	6,5
Sofala	Cidade	0,9	3,2	2,1
	Vila	1,7	9,3	5,5
Inhambane	Cidade	1,7	2,0	1,9
	Vila	3,8	5,7	4,8
Gaza	Cidade	1,4	1,6	1,5
	Vila	2,9	5,8	4,3
Maputo	Cidade	4,6	4,3	4,4
	Vila	6,0	4,4	5,2
Cidade de Maputo	Cidade	1,2	-0,1	0,6

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Para o grupo das províncias que registaram uma evolução crescente das taxas de crescimento médio nos dois períodos, pode-se destacar as províncias do Niassa (vilas), Tete, Manica e Sofala (cidades e vilas) e Gaza (vilas) que apresentaram situações marcantes, com diferenciais de mais de 3%. As subidas mais pronunciadas ocorreram nas vilas das províncias de Sofala que passaram de 1,7% para 9,3%; Niassa, de 4,0% para 8,0%; Tete, que de 2,8%, passou para 6,6%; e Manica, que passou de 4,9% para 8,1% (quadro 45).

Analisando os dois quadros (44 e 45), é possível constatar que nas províncias centrais as taxas de crescimento tanto das cidades, como das vilas, tiveram desempenhos bastante notórios, sendo que as taxas das vilas quase que triplicaram de um período para o outro. Na província de Tete constata-se que as vilas que mais cresceram foram Ulógnè, com 12,0% e

.....

CONSTATA-SE QUE NOS DOIS PERÍODOS DE REFERÊNCIA A TENDÊNCIA FOI PARA AS VILAS APRESENTAREM TAXAS DE CRESCIMENTO SUPERIORES ÀS DAS CIDADES

É PROVÁVEL QUE ESTAS DIFERENCIAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS CENSOS EXPLIQUEM ALGUMAS VARIAÇÕES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO E DE CRESCIMENTO DE ALGUNS CENTROS URBANOS DO PAÍS.

Nhamayabu, com 9,0%. Curiosamente, as possíveis migrações para Moatize e Tete, influenciados pelos projectos mineiros, tiveram mais impacto na cidade de Tete (6,8%) do que na vila de Moatize (5,1%). Na província da Zambézia, constata-se que a cidade de Mocuba transitou de uma taxa de crescimento bastante alta de 11,3%, no período entre 1997 e 2007, para uma taxa modesta de 2,4% no período de 2007 a 2017. Este decréscimo está associado ao tamanho da população atribuído à cidade nos censos realizados. Enquanto no censo de 2007 o tamanho da população da cidade foi apenas o da localidade de Mocuba, nos dois últimos censos o tamanho da cidade passou a incorporar o Posto Administrativo de Mocuba (MATOS, 2021). Esta alteração teve um impacto bastante significativo no crescimento da população urbana da província, onde a cidade de Mocuba deixou de ser a terceira cidade da província (em 1997) para ser a segunda, estando muito próximo da cidade de Quelimane, nos censos de 2007 e 2017. É provável que estas diferenciações significativas nos censos expliquem algumas variações de tamanho da população e de crescimento de alguns centros urbanos do país.

Distribuição dos centros urbanos por província

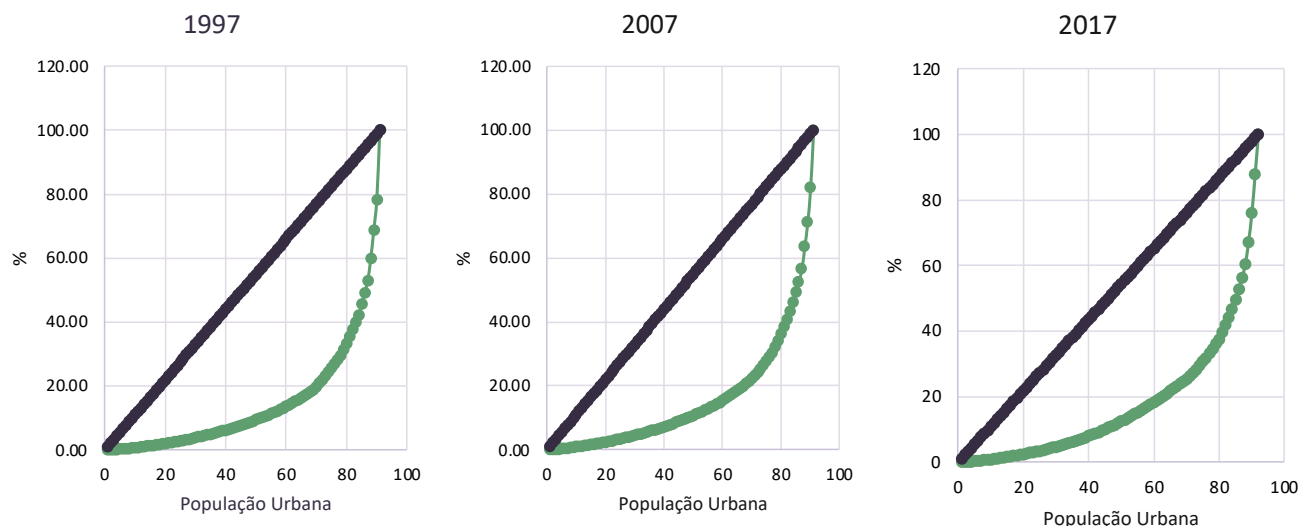
Os pontos apresentados anteriormente elucidaram que, ao longo do tempo, o nível de concentração da população num centro ou em pelo menos três cidades foi reduzindo. Entre os anos de 1970 e 1991 a Cidade de Maputo chegou a concentrar mais de 45% da população urbana (Araújo 2003). A partir de 1997, essa concentração foi reduzindo, ao mesmo tempo que outras províncias começaram a se destacar. A concentração foi reduzindo e a distribuição da população por província começou a tender para uma situação de relativo equilíbrio.

Esta tendência de redução é confirmada através do índice de Gini (de concentração), que mostra uma tendência de redução ao longo do período de 1997 a 2017, contudo, ainda longe de se alcançar a desigualdade mínima. Em 1997 o índice de Gini era de 0,73, influenciado, principalmente pela concentração da população urbana nas cidades de Maputo e Matola, onde residia quase um terço da população urbana. Em 2017 o índice de Gini passa para 0,66, e as duas cidades a concentrar cerca de um quarto da população urbana do país (Gráfico 19).

A redução da concentração, ao longo dos últimos 20 anos, foi de 7 pontos e, de 1997 a 2007, a redução foi de 3 pontos e no período seguinte foi de 4.

A distribuição dos centros urbanos e das respectivas populações foi variando ao longo do período. Em 1997, pouco mais de 2/3 das províncias possuía mais de metade dos seus centros urbanos com uma população inferior a 20 mil habitantes. Os casos mais expressivos foram registados nas províncias de Maputo, Inhambane, Zambézia e Niassa, onde foi superada a barreira de 70%. Apenas uma província tinha um centro urbano (Cidade de Maputo) com população acima dos 500 mil habitantes e três com população entre os 200 mil e 500 mil habitantes (Maputo, Sofala e Nampula) (Quadro 46). Coincidentemente, estas são as províncias que integram as cidades mais importantes do país, duas delas consideradas capitais regionais.

Gráfico 19: Evolução da curva de Lorenz para a distribuição da população pelos centros urbanos , Moçambique, 1997-2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

No ano de 2017, verifica-se que o número de centros urbanos com população abaixo de 20 mil habitantes decresceu substancialmente, com destaque para as províncias do centro e norte, onde apenas se registou, por província, um centro urbano, excepto Niassa, que registou quatro centros urbanos. As províncias do sul continuaram a manter uma percentagem bastante significativa de vilas nessa categoria, tendo a província de Maputo alcançado 70%.

Apenas dois centros urbanos, todos localizados no sul do país, nas províncias de Cidade de Maputo e Maputo, alcançaram a barreira de 1 milhão de habitantes. As outras duas províncias da região sul são as únicas que não apresentam nenhum centro urbano que tenha superado a barreira de 200 mil habitantes. São visíveis as disparidades nesta região onde se localizam as duas maiores cidades do país com população acima de um milhão de habitantes. Contudo, não existem cidades com uma população entre 200 mil e 1 milhão de habitantes, ou seja, não há registo de cidades consideradas médias.

As províncias do centro e norte do país parecem apresentar uma distribuição mais próxima do equilíbrio, ou seja, não existem diferenças muito acentuadas entre os três principais centros urbanos de cada província. A província da Zambézia é, entre todas, a que conseguiu reunir dois centros urbanos com população entre os 200 e 500 mil habitantes, evidenciando a proximidade de tamanhos populacionais entre o primeiro e o segundo centro urbano da província.

Quadro 46: Evolução do tamanho e número de centros urbanos, por província, , Moçambique, 1997 e 2017

Província	Menos de 10 mil hab	Entre 10 e 20 mil hab	Entre 20 e 50 mil hab	Entre 50 e 100 mil hab	Entre 100 e 200 mil hab	Entre 200 e 500 mil hab	Entre 500 e 1 milhão hab	mais de 1 milhão hab
1997								
Niassa	5	0	0	2	0	0	0	0
Cabo Delgado	1	3	1	2	0	0	0	0
Nampula	6	4	4	1	1	1	0	0
Zambézia	3	5	0	2	1	0	0	0
Tete	1	1	2	0	1	0	0	0
Manica	0	2	3	0	1	0	0	0
Sofala	1	5	0	1	0	1	0	0
Inhambane	5	3	0	2	0	0	0	0
Gaza	4	0	4	1	0	0	0	0
Maputo	5	4	0	0	0	1	0	0
Cidade de Maputo	0	0	0	0	0	0	1	0
2017								
Niassa	1	3	1	0	1	1	0	0
Cabo Delgado	1	0	1	3	1	1	0	0
Nampula	1	0	9	4	1	1	1	0
Zambézia	1	0	5	2	1	2	0	0
Tete	0	0	3	1	0	1	0	0
Manica	0	1	2	3	0	1	0	0
Sofala	0	1	4	1	1	0	1	0
Inhambane	1	4	1	3	1	0	0	0
Gaza	1	3	1	3	1	0	0	0
Maputo	2	5	1	0	1	0	0	1
Cidade de Maputo	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Evolução da população feminina vivendo em centros urbanos

De uma forma geral, os espaços urbanos são maioritariamente povoados por mulheres, ou seja, apresentam uma razão de sexo inferior a 100. De 1997 a 2017, a participação das mulheres aumentou significativamente, somando mais 4 pontos (Quadro 47). Apesar dessa realidade generalizada, constata-se que em 1997 os centros urbanos do norte e centro do país apresentavam uma razão de sexo superior a 100, excepto Tete e Cabo Delgado que exibiam um padrão mais próximo dos centros urbanos do sul do país. Estes apresentam uma razão de sexo muito mais baixa, oscilando entre os 79,2% (Gaza) a 96,1% (Cidade de Maputo).

Em 2017, houve uma alteração da estrutura sexual da população em todos os centros urbanos do país, passando a ser centros urbanos mais femininos. Os centros urbanos localizados no centro e norte deixaram de ter maior preponderância de homens e iniciaram a sua aproximação aos centros urbanos do sul, apesar destes terem mais população feminina, chegando a alcançar 83% de razão de sexo.

Se comparada a situação entre as vilas e as cidades, observa-se que, em todos os censos, as vilas apresentam a percentagem mais alta da população feminina, do que a das

cidades. Mesmo nas regiões norte e centro, onde os espaços urbanos apresentam uma proporção maior de homens nas cidades, as vilas apresentavam um cenário inverso.

Esta tendência não é nova, sendo um padrão que reflecte os movimentos migratórios no país. Na região sul, a ligação dos homens às minas sul-africanas e às oportunidades de trabalho oferecidos naquele país, têm atraído mais homens que mulheres, criando um desequilíbrio na estrutura sexual da população. Outra explicação, de acordo com Araújo (2003), que pode esclarecer o aumento de mulheres nas áreas urbanas da região centro e norte, tem a ver com o processo migratório de procura de oportunidades de emprego, em que num primeiro momento os migrantes eram do sexo masculino, e se deslocavam aos centros urbanos à procura de oportunidades de emprego e trabalho. Com o tempo, acompanhado de uma relativa estabilidade dos seus parceiros, as mulheres começaram a migrar para acompanhá-los. É também provável, que a promoção de algumas vilas à categoria de cidades, ou mesmo a reclassificação urbana, tenham contribuído para essa transição da estrutura sexual dos centros urbanos do país. Estes movimentos começam a mostrar uma tendência de inversão na estrutura sexual da população urbana a partir do censo de 2007, com o aumento da população feminina nos centros urbanos.



© Rohan Reddy em Unsplas

Quadro 47: Evolução da razão de sexo nos espaços urbanos por província Moçambique, 1997 – 2017

Província		1997	2007	2017
Niassa	Cidade	102,7	102,0	95,7
	Vila	96,3	98,4	92,8
	Total	101,5	101,4	95,0
Cabo Delgado	Cidade	101,3	99,9	96,6
	Vila	89,9	92,8	92,0
	Total	97,2	97,3	94,7
Nampula	Cidade	106,2	101,2	95,1
	Vila	100,9	98,6	94,2
	Total	104,8	100,45	94,9
Zambézia	Cidade	107,8	100,6	93,8
	Vila	99,4	95,8	93,6
	Total	105,9	99,4	93,7
Tete	Cidade	99,2	99,7	97,6
	Vila	99,0	98,2	95,7
	Total	99,1	99,2	96,9
Manica	Cidade	103,4	102,1	96,9
	Vila	95,6	98,2	94,2
	Total	101,2	101,2	96,1
Sofala	Cidade	106,3	103,2	99,2
	Vila	96,7	100,1	95,5
	Total	105,0	102,6	98,3
Inhambane	Cidade	84,1	84,2	85,5
	Vila	78,4	83,9	85,8
	Total	82,1	84,1	85,6
Gaza	Cidade	79,9	83,7	83,7
	Vila	77,1	81,7	82,3
	Total	79,2	83,2	83,2
Maputo	Cidade	92,5	93,1	92,2
	Vila	88,6	88,2	91,2
	Total	91,9	92,2	92,0
Cidade de Maputo	Cidade	96,1	94,8	93,3
Urbano nacional		97,68	96,54	93,66

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Analisando o Quadro 47 é possível observar um padrão que está presente em todas as áreas urbanas do país, evidenciando haver mais homens nas cidades que nas vilas. Se na região sul os baixos níveis de presença de homens são mais altos, em comparação com as regiões do centro e norte, constata-se que a tendência de o homem ser o primeiro a migrar para os centros urbanos de referência é a mesma para todas as regiões, pelo facto de as cidades serem mais atractivas que as vilas, em termos de oferta de oportunidades de trabalho, podendo ocorrer migrações por etapas: Primeiro, migra-se para a vila e, depois, para a cidade, seguindo a hierarquia urbana provincial e nacional.

5.2.2. OS CONTEÚDOS DA URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA

Em Moçambique, os espaços urbanos são constituídos por cidades e vilas. As várias definições de urbano existentes e as ambiguidades que as mesmas carregam, dificultam a padronização deste conceito. Sendo assim, opta-se por adoptar um conceito, em função da inclinação do pesquisador ou mesmo em função da instituição que solicita o estudo (Banco Mundial 2010; Maloa 2018; Hansine e Arnaldo 2019; Matos 2021). Apesar dos vários conceitos de urbano existentes, parece ser unânime, para as instituições que lidam com espaços urbanos, que as mesmas incluam apenas as cidades e vilas, definidas juridicamente. Este consenso está em harmonia com a definição utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística.

Para compreender a urbanização moçambicana e sua evolução, nos últimos 20 anos, recorrer-se-á aos trabalhos desenvolvidos por Araújo (2003, 1999), o qual apresenta alguns conteúdos da urbanização moçambicana. Esses conteúdos também são importantes porque ajudam a diferenciar o urbano do rural, ou mesmo, o nível de desenvolvimento urbano das cidades e vilas do país. Os indicadores a serem utilizados são: (i) tipo de actividade económica desenvolvida pelo chefe do agregado familiar; (ii) tipo de habitação; (iii) condições de abastecimento de água; (iv) saneamento do meio; (v) iluminação da habitação; e (vi) recolha de resíduos sólidos.

Principal actividade económica

A transição da predominância de actividades do sector primário para as do sector secundário e terciário pode indicar uma transição urbana, ou seja, a passagem de um

assentamento rural para um assentamento urbano. Os dados do censo de 2017 indica haver uma percentagem significativa de chefes de agregados familiares que ainda dependem das actividades do sector primário. Essa dependência é bastante notória nos centros urbanos do norte do país, incluindo a província da Zambézia, onde as cifras variam entre 41% e 47% (Quadro 48).

As restantes províncias apresentam um cenário diferente do descrito para os centros urbanos do norte do país. A província de Gaza é uma excepção, pois apresenta um terço dos chefes de agregados familiares dependentes da agricultura. As remanescentes províncias registam uma tendência para o domínio das actividades do sector terciário, com destaque para o comércio e finanças, como acontece em Tete e Manica; e serviços diversos, como se pode observar em Sofala, Maputo e Cidade de Maputo.

.....

APESAR DOS VÁRIOS CONCEITOS DE URBANO EXISTENTES, PARECE SER UNÂNIME, PARA AS INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM COM OS ESPAÇOS URBANOS, QUE AS MESMAS INCLUEM APENAS AS CIDADES E VILAS, DEFINIDAS JURIDICAMENTE.

Quadro 48: Distribuição percentual das principais actividades económicas desenvolvidas nos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017

Província		Agricultura, Silvicultura e pesca	Actividade industrial	Comércio e finanças	Função Pública	Serviços
Niassa	Cidade	44,6	8,6	24,6	10,8	11,3
	Vila	52,2	5,1	28,5	9,3	4,8
	Total	46,5	7,8	25,6	10,5	9,7
Cabo Delgado	Cidade	26,9	13,1	29,7	10,7	19,7
	Vila	59,7	5,8	23,7	5,7	5,1
	Total	41,1	9,9	27,1	8,5	13,3
Nampula	Cidade	30,9	12,3	34,5	6,0	16,4
	Vila	57,5	7,5	25,5	4,0	5,6
	Total	39,8	10,7	31,5	5,3	12,8
Zambézia	Cidade	47,7	7,5	26,7	7,5	10,7
	Vila	45,9	6,1	30,6	7,9	9,4
	Total	47,1	7,1	27,8	7,6	10,3
Tete	Cidade	12,3	16,2	40,2	10,1	21,2
	Vila	32,8	12,9	32,4	7,1	14,8
	Total	19,9	15,0	37,3	9,0	18,8
Manica	Cidade	11,7	18,8	36,0	10,4	23,2
	Vila	33,9	12,5	30,2	9,5	13,9
	Total	17,9	17,0	34,4	10,2	20,6
Sofala	Cidade	13,7	16,6	24,5	8,1	37,2
	Vila	44,6	14,5	23,2	8,1	9,6
	Total	20,8	16,1	24,2	8,1	30,9
Inhambane	Cidade	25,8	17,9	23,3	11,6	21,4
	Vila	27,2	15,0	30,3	11,1	16,5
	Total	26,4	16,6	26,5	11,4	19,2
Gaza	Cidade	29,9	15,8	25,2	10,4	18,7
	Vila	40,7	12,5	21,9	8,4	16,5
	Total	33,6	14,7	24,1	9,7	18,0
Maputo	Cidade	4,2	22,1	30,1	11,2	32,4
	Vila	22,9	18,5	25,7	11,8	21,1
	Total	7,6	21,4	29,3	11,3	30,4
Cidade de Maputo	Cidade	4,4	15,8	32,1	11,5	36,3

Fonte: INE, Censo 2017.

A situação das vilas é ainda mais notória, principalmente nas províncias do norte. Nestas, as percentagens estão acima de 50%. As restantes regiões apresentam um cenário relativamente melhor, com situações em que as vilas das regiões do sul e centro apresentam menos agregados familiares dependentes das actividades do sector primário que as cidades do norte.

Se se analisar a importância da agricultura nos agregados familiares, constata-se que a percentagem de famílias que

declarou possuir uma *machamba* é bastante elevada. Em sete províncias verificou-se que mais de 50% dos agregados familiares declararam ter uma *machamba*. As percentagens mais altas registaram-se nas províncias do Niassa, Manica e Zambézia, com cifras superiores a 60%. Apenas duas províncias, nomeadamente Cidade de Maputo e província de Maputo apresentaram menos de 25% dos agregados familiares declarando ter áreas de cultivo (Quadro 46).

Quadro 49: Distribuição percentual dos agregados familiares com espaços de cultivo, por província, Moçambique, 2017

Província		Tem machambas	
Sim		Não	Não
Niassa	Cidade	65,5	34,5
	Vila	77,5	22,5
	Total	68,0	32,0
Cabo Delgado	Cidade	42,2	57,8
	Vila	74,0	26,0
	Total	55,6	44,5
Nampula	Cidade	45,7	54,3
	Vila	81,7	18,3
	Total	57,0	43,0
Zambézia	Cidade	77,9	22,1
	Vila	74,7	25,4
	Total	77,1	22,9
Tete	Cidade	25,3	74,7
	Vila	62,2	37,8
	Total	38,7	61,3
Manica	Cidade	53,0	47,0
	Vila	82,8	17,2
	Total	62,0	38,0
Sofala	Cidade	38,2	61,8
	Vila	82,7	17,3
	Total	47,9	52,1
Inhambane	Cidade	47,4	52,6
	Vila	53,3	46,7
	Total	50,0	50,0
Gaza	Cidade	52,0	48,0
	Vila	62,4	37,6
	Total	55,7	44,3
Maputo	Cidade	16,3	83,7
	Vila	54,2	45,8
	Total	23,3	76,7
Cidade de Maputo	Cidade	17,8	82,2

Fonte: INE, Censo 2017.

AS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MELHORARAM NOS ÚLTIMOS 10 ANOS EM TODAS AS PROVÍNCIAS, SENDO QUE OS MAIORES GANHOS FORAM MAIS REFLECTIDOS NAS PROVÍNCIAS DO SUL E CENTRO

Ao nível das cidades e vilas, a situação é mais notória nas vilas. Em todas elas, metade dos agregados familiares declarou ter uma machamba. Apenas duas províncias apresentam menos de 55% dos agregados familiares indicando possuir machambas. Para as cidades, a situação é relativamente melhor que as vilas, contudo, há quatro províncias em que mais de 50% dos agregados familiares residentes em cidades indicaram desenvolverem actividades agrícolas, nomeadamente Niassa, Zambézia, Manica e Gaza.

O facto de a maioria de os agregados familiares do norte declararem depender das actividades do sector primário pode estar relacionado com a fraca diversidade de fontes de renda. Um estudo realizado por Uaiene (2015), sobre as áreas rurais, indicou que nas províncias do norte a população depende mais das actividades do sector primário. Situação diferente verificou-se na região sul, onde os serviços se apresentavam como segunda e terceira alternativa. É provável que esta tendência que caracteriza o camponês moçambicano tenha sido transplantada para os espaços urbanos, tornando-os uma extensão da cultura rural.

Uma das características dos centros urbanos africanos e, em especial os moçambicanos, é o papel desempenhado pelo sector público na dinamização da economia. Araújo (1997) denomina esta situação de cidades filha do Estado. O Quadro 48 constata que o sector público emprega entre 5% e 12% dos agregados familiares. A província de Nampula regista as

percentagens mais baixas da população no sector público e, as percentagens mais altas são encontradas em Maputo Cidade. De uma forma geral, as percentagens mais altas são identificadas nas cidades que nas vilas excepção de Maputo Província, Zambézia e Sofala, que apresentam uma situação inversa.

Tipo de habitação

Os dados do censo de 2017 evidenciam que as condições de habitação ainda não são das melhores, pois há ainda um número significativo de agregados familiares que vivem em casas do tipo palhota e casas mistas. As palhotas são definidas como habitações cujo o material predominante na construção é de origem vegetal; e a casa mista como a habitação em cuja construção que há uma mistura do material durável (convencional) e o vegetal. Viver numa habitação mista pode significar uma evolução em relação à palhota. A maioria dos agregados familiares residentes nos espaços urbanos das províncias do norte do país, incluindo a província da Zambézia, vivem em habitações do tipo palhota ou em casa mista. Na região centro, predominam habitações do tipo casa básica, albergando mais de 50% dos agregados familiares (Quadro 50). A casa básica é construída com materiais duráveis, mas, tanto a cozinha, como a casa de banho não estão ligadas à casa principal. Este seria o nível de habitação melhor que o de palhota e da casa mista, característicos dos espaços rurais.

Quadro 50: Distribuição percentual dos principais tipos de habitações dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017

Províncias		Moradia	Flat	Palhota	Casa Mista	Casa Básica	Casa Precária
Niassa	Cidade	5,6	0,5	40,6	21,3	31,3	0,6
	Vila	2,3	0,4	46,8	27,3	22,4	0,9
	Total	4,8	0,5	42,2	22,8	29,1	0,7
Cabo Delgado	Cidade	9,0	0,4	21,9	50,7	17,5	0,5
	Vila	1,8	0,3	27,8	57,5	12,1	0,5
	Total	6,0	0,4	24,4	53,5	15,3	0,5
Nampula	Cidade	7,8	0,8	40,1	27,5	23,5	0,4
	Vila	2,3	0,4	57,9	29,7	9,3	0,3
	Total	6,1	0,7	45,6	28,2	19,1	0,4
Zambézia	Cidade	6,5	0,5	30,4	34,3	27,7	0,7
	Vila	3,3	0,4	40,6	24,9	30,5	0,3
	Total	5,6	0,5	33,3	31,6	28,5	0,6
Tete	Cidade	14,2	0,4	8,3	8,2	68,2	0,7
	Vila	8,6	0,4	19,9	15,2	55,6	0,5
	Total	12,2	0,4	12,5	10,7	63,7	0,6
Manica	Cidade	11,7	0,4	13,7	18,8	54,9	0,5
	Vila	4,5	0,2	23,0	20,4	51,3	0,6
	Total	9,6	0,3	16,5	19,3	53,8	0,5
Sofala	Cidade	13,2	2,8	6,8	16,7	59,6	0,8
	Vila	4,4	0,3	28,6	42,2	24,2	0,4
	Total	11,3	2,3	11,6	22,3	51,9	0,7
Inhambane	Cidade	11,4	0,1	10,8	39,5	36,3	1,9
	Vila	7,3	0,1	15,4	40,5	35,9	0,9
	Total	9,5	0,1	12,9	39,9	36,1	1,5
Gaza	Cidade	16,5	0,1	3,0	46,1	33,8	0,5
	Vila	13,5	0,2	11,8	31,2	43,0	0,4
	Total	15,4	0,2	6,1	40,9	37,0	0,5
Maputo	Cidade	31,4	0,2	0,3	1,6	66,2	0,4
	Vila	15,9	0,2	2,6	13,5	67,0	0,8
	Total	28,5	0,2	0,8	3,8	66,3	0,5
Cidade de Maputo	Cidade	28,3	7,8	0,3	1,6	61,6	0,4

Fonte: INE, Censo 2017.

A região Sul do país apresenta um percentual significativo de famílias residindo em casas básicas ou casas mistas. Sendo que as casas básicas são mais encontradas nas províncias de Cidade de Maputo e Província de Maputo, e as casas mistas, nas províncias de Inhambane e Gaza.

A maior percentagem de agregados familiares que vive em habitações convencionais ou *flats* se encontra nas províncias de Cidade de Maputo e Província de Maputo, chegando a atingir 30%. No norte do país verifica-se que menos de 7% dos agregados familiares vivem nesse tipo de habitação, com a província do Niassa a apresentar a percentagem mais baixa (menos de 5%).

Ao nível das cidades e vilas, constata-se que a tendência é a mesma, mas com estas a apresentarem as piores condições de habitação para as famílias.

Abastecimento de água

As condições de abastecimento de água melhoraram nos últimos 10 anos em todas as províncias. Os maiores ganhos foram mais reflectidos nas províncias do sul e centro. Em 2007, os centros urbanos das províncias do norte e parte dos centros urbanos do centro do país apresentavam mais de 40% dos agregados familiares que recorriam a fontes de abastecimento de água inseguras (furo ou poço desprotegido e rios, lagos e lagoas). Os casos mais graves de recurso a

fontes inseguras de água registavam-se nas províncias do Niassa, com 63,6% de agregados familiares; Zambézia (52,4% e Manica, com 51,0%. As províncias do sul apresentavam as melhores condições de abastecimento de água, com destaque para Cidade de Maputo e Província de Maputo, onde mais de 50% dos agregados familiares dispunham de água canalizada (Quadro 51).

Apesar de o último censo ter registado uma percentagem significativa de agregados familiares que ainda recorrem às fontes de abastecimento de água inseguras, principalmente no norte de Moçambique, é possível destacar melhorias. As províncias mais críticas, em 2007, viram a percentagem de famílias recorrendo às fontes inseguras a baixar para menos de um terço. A província de Manica foi a que mais redução registou, com uma descida de aproximadamente 40% (Quadro 52).

Ganhos significativos também se registaram ao nível de famílias que passaram a beneficiar de água canalizada. O censo de 2007 indicava que três províncias, Niassa, Manica e Zambézia, tinham menos de 15% de agregados familiares a recorrer a esta fonte e, mais três províncias, nomeadamente Nampula, Inhambane e Cabo Delgado com menos de 25%. Estas cifras aumentaram em 2017, altura em que quatro províncias estavam perto de proporcionar a 50% da sua população o acesso à água canalizada. Todavia, deste grupo, Niassa e Zambézia estavam abaixo de 1/3.

.....

AO NÍVEL DAS CIDADES E VILAS, CONSTATA-SE QUE A TENDÊNCIA É A MESMA, MAS COM ESTAS A APRESENTAREM AS PIORES CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS

Quadro 51: Distribuição percentual das principais fontes de abastecimento de água dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2007

Província		Água canalizada	Fontanário	Furo/Poço protegido	Furo/Poço não protegido	Rios/ Lagos	Outras fontes
Niassa	Cidade	12,9	11,2	8,7	59,0	7,6	0,6
	Vila	5,1	7,7	37,3	38,7	11,2	0,1
	Total	11,5	10,5	13,9	55,3	8,3	0,5
Cabo Delgado	Cidade	38,8	19,8	9,4	31,6	0,3	0,2
	Vila	4,9	23,9	15,4	50,7	4,0	1,1
	Total	25,9	21,4	11,7	38,9	1,7	0,5
Nampula	Cidade	31,3	33,6	5,1	27,3	2,5	0,3
	Vila	8,6	9,7	9,4	51,7	20,5	0,2
	Total	24,6	26,5	6,3	34,5	7,8	0,3
Zambézia	Cidade	11,9	30,3	4,6	39,1	13,8	0,3
	Vila	3,7	12,5	32,2	45,2	5,5	0,9
	Total	9,8	25,8	11,6	40,7	11,7	0,5
Tete	Cidade	30,8	43,0	11,0	6,4	8,6	0,1
	Vila	39,7	26,0	9,9	16,4	7,1	0,9
	Total	34,0	36,9	10,6	10,0	8,1	0,4
Manica	Cidade	14,4	10,1	21,2	53,1	0,9	0,3
	Vila	11,7	14,3	32,8	39,3	1,9	0,0
	Total	13,8	11,1	23,9	49,9	1,1	0,3
Sofala	Cidade	46,6	27,3	7,1	17,7	0,4	0,9
	Vila	5,5	17,9	47,6	23,2	5,7	0,1
	Total	38,7	25,5	14,9	18,8	1,4	0,8
Inhambane	Cidade	24,6	22,0	18,0	28,8	1,7	4,9
	Vila	13,1	15,6	19,9	40,6	7,7	3,0
	Total	20,4	19,7	18,7	33,1	3,9	4,2
Gaza	Cidade	44,7	28,7	10,2	11,6	3,7	1,1
	Vila	25,6	14,8	17,1	36,1	4,2	2,3
	Total	39,7	25,1	12,0	18,0	3,8	1,4
Maputo	Cidade	53,0	19,3	10,2	14,9	0,0	2,5
	Vila	42,4	31,1	6,6	15,0	4,4	0,7
	Total	51,0	21,5	9,6	15,0	0,9	2,1
Cidade de Maputo	Cidade	55,5	33,3	3,8	5,8	0,0	1,9

Fonte: INE, Censo 2007.

O recurso aos rios, lagos, e lagoas apresentava, em 2007, percentagens expressivas, acima de 10% nas vilas das províncias do Niassa e Nampula e cidades da província da Zambézia. As vilas da província de Nampula apresentavam situações preocupantes, com as percentagens a superarem

a barreira 20%. Em 2017, as mesmas áreas voltam a ser destacadas, embora com percentagens reduzidas. As vilas da província de Nampula destacaram-se, mais uma vez, na negativa, ultrapassando a barreira dos 10%.

Quadro 52: Distribuição percentual das principais fontes de abastecimento de água dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017

Província		Água canalizada	Fontanária	Furo/Poço protegido	Furo/Poço não protegido	Rios/ Lagos	Outras fontes
Niassa	Cidade	34,5	8,1	24,1	27,9	3,6	1,9
	Vila	7,7	20,3	43,9	18,8	7,7	1,6
	Total	27,7	11,1	29,1	25,6	4,7	1,8
Cabo Delgado	Cidade	55,5	6,2	10,3	26,4	0,4	1,3
	Vila	15,0	26,4	13,7	29,5	2,6	12,8
	Total	38,5	14,6	11,7	27,7	1,3	6,1
Nampula	Cidade	53,2	14,4	8,6	19,8	2,3	1,6
	Vila	10,8	26,2	18,1	31,3	10,9	2,8
	Total	40,0	18,1	11,6	23,4	5,0	2,0
Zambézia	Cidade	36,5	9,8	15,2	28,0	6,5	4,1
	Vila	11,0	9,7	58,4	17,6	2,4	0,9
	Total	29,2	9,8	27,5	25,0	5,3	3,2
Tete	Cidade	79,6	8,4	5,3	2,8	3,0	0,8
	Vila	46,9	18,0	20,5	11,0	3,0	0,7
	Total	67,9	11,9	10,8	5,8	3,0	0,8
Manica	Cidade	67,3	6,3	16,6	8,9	0,1	0,8
	Vila	28,7	10,1	43,4	14,6	1,7	1,6
	Total	55,7	7,4	24,7	10,6	0,6	1,1
Sofala	Cidade	79,1	7,7	6,4	6,1	0,0	0,7
	Vila	19,5	30,4	36,3	10,9	1,7	1,2
	Total	66,1	12,7	12,9	7,1	0,4	0,8
Inhambane	Cidade	61,5	13,5	11,0	10,5	0,3	3,3
	Vila	60,6	8,8	12,8	14,4	0,9	2,4
	Total	61,1	11,4	11,8	12,3	0,6	2,9
Gaza	Cidade	80,6	7,6	6,3	2,4	1,8	1,3
	Vila	59,4	16,1	15,6	6,3	1,5	1,0
	Total	73,2	10,6	9,6	3,8	1,7	1,2
Maputo	Cidade	89,7	1,5	6,5	0,9	0,0	1,4
	Vila	69,4	14,7	8,5	2,6	2,7	2,2
	Total	85,9	4,0	6,9	1,2	0,5	1,5
Cidade de Maputo	Cidade	92,1	2,8	2,3	0,6	0,1	2,3

Fonte: INE, Censo 2017.

Condições de saneamento do meio

Nos últimos 10 anos, as condições de saneamento melhoraram significativamente. Em 2007, em todas as províncias, a situação de precariedade no saneamento, ou seja, o recurso a latrinas tradicionais e sem nenhuma forma de latrina, afectavam mais de 50% dos agregados familiares. Apenas a cidade de Maputo apresenta situações melhores, com menos de 20% dos agregados familiares a recorrerem aos meios precários de saneamento. Em relação às restantes

províncias, constata-se que o Niassa, Nampula, Cabo Delgado e a Zambézia apresentavam mais de 70% dos agregados familiares recorrendo a formas precárias de saneamento. Nas províncias de Tete, Sofala, Manica, Inhambane e Gaza esta situação afectava muitos agregados familiares, num intervalo de 50% a 70%. As situações mais críticas foram registadas nas províncias da Zambézia, Tete e Nampula, nas quais mais de 40% dos agregados familiares declararam não dispor de nenhum tipo de saneamento; e mais de 25% em Sofala e Cabo Delgado (Quadro 53).

Quadro 53: Distribuição percentual dos principais tipos de saneamento dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2007

Província		Retrete	Latrina	LatrinaPrecária	Sem Retrete
Niassa	Cidade	3,2	18,8	69,7	8,3
	Vila	1,5	12,6	77,6	8,3
	Total	2,9	17,6	71,2	8,3
Cabo delgado	Cidade	4,6	27,6	47,5	20,3
	Vila	0,8	11,4	56,0	31,8
	Total	3,2	21,4	50,7	24,7
Nampula	Cidade	5,6	24,5	31,9	38,0
	Vila	q0,7	5,9	45,0	48,5
	Total	4,2	19,0	35,7	41,1
Zambézia	Cidade	4,3	18,4	21,6	55,8
	Vila	1,1	10,3	41,6	46,9
	Total	3,5	16,3	26,7	53,5
Tete	Cidade	7,8	26,7	14,2	51,4
	Vila	7,9	22,2	30,1	39,8
	Total	7,8	25,1	19,9	47,2
Manica	Cidade	7,6	40,9	40,7	10,8
	Vila	4,7	23,7	56,8	14,8
	Total	6,9	36,9	44,5	11,7
Sofala	Cidade	15,5	36,9	16,1	31,5
	Vila	3,1	14,0	39,3	43,6
	Total	13,1	32,5	20,6	33,9
Inhambane	Cidade	5,4	33,3	50,5	10,8
	Vila	3,2	24,9	61,8	10,1
	Total	4,6	30,2	54,6	10,5
Gaza	Cidade	7,1	43,5	44,2	5,2
	Vila	5,8	31,4	53,7	9,1
	Total	6,8	40,3	46,7	6,2
Maputo	Cidade	16,3	44,3	37,8	1,6
	Vila	7,6	24,4	62,4	5,6
	Total	14,7	40,6	42,4	2,3
Cidade de Maputo	Cidade	30,9	50,6	17,1	1,5

Fonte: INE, Censo 2007.

Apesar dos dados do censo de 2017 mostrarem melhorias significativas em relação ao censo de 2007, constata-se que as condições de saneamento continuam precárias nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia. Estas eram as províncias com situações mais graves no censo de 2007. As províncias da Nampula e Zambézia destacam-se, como as que apresentam as maiores percentagens de agregados familiares sem nenhum tipo de retrete (14%) (Quadro 54).

Quadro 54: Distribuição percentual dos principais tipos de saneamento dos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017

Província		Retrete	Latrina	Latrina Precária	Sem Retrete
Niassa	Cidade	8,5	43,0	44,8	3,8
	Vila	4,4	34,2	58,4	2,9
	Total	7,4	40,8	48,2	3,6
Cabo delgado	Cidade	12,5	52,8	31,9	2,9
	Vila	3,5	32,3	58,4	5,8
	Total	8,7	44,2	43,0	4,1
Nampula	Cidade	12,0	46,7	28,4	13,0
	Vila	3,5	23,0	57,1	16,4
	Total	9,3	39,3	37,3	14,0
Zambézia	Cidade	10,5	47,4	27,5	14,7
	Vila	6,7	42,5	37,5	13,3
	Total	9,4	46,0	30,3	14,3
Tete	Cidade	22,2	68,9	3,7	5,3
	Vila	12,4	61,4	17,5	8,7
	Total	18,7	66,2	8,7	6,5
Manica	Cidade	16,7	67,6	13,6	2,2
	Vila	6,2	60,8	27,2	5,8
	Total	13,6	65,5	17,7	3,3
Sofala	Cidade	28,6	61,1	6,4	3,9
	Vila	7,1	42,8	39,0	11,1
	Total	23,9	57,1	13,5	5,5
Inhambane	Cidade	20,4	58,1	19,8	1,8
	Vila	13,0	60,7	24,7	1,7
	Total	17,0	59,3	22,0	1,7
Gaza	Cidade	23,0	68,3	7,9	0,8
	Vila	20,2	60,0	16,8	3,0
	Total	22,0	65,4	11,0	1,6
Maputo	Cidade	60,5	38,4	1,0	0,1
	Vila	30,2	61,4	7,7	0,7
	Total	54,8	42,8	2,3	0,2
Cidade de Maputo	Cidade	69,7	29,3	0,8	0,2

Fonte: INE, Censo 2017.

As províncias do centro, como Tete, Manica e Sofala apresentam melhorias bastante significativas, passando a ter menos de 22% de agregados familiares em condições precárias de saneamento. A província de Tete destaca-se como a província que viu o seu sistema de saneamento melhorar substancialmente, nos últimos 10 anos.

As províncias de Cidade de Maputo e província de Maputo, incluindo vilas desta última, apresentam condições de saneamento bem melhores e completamente diferentes das restantes províncias.

Iluminação da habitação

Enquanto o censo de 2007 identifica duas fontes principais de iluminação das habitações, nomeadamente combustíveis fósseis (gás, petróleo, parafina e querosene) e electricidade, com grande preponderância para a primeira, do primeiro, no censo de 2017, os combustíveis fósseis foram substituídos por pilha (Quadros 55 e 56). Importa, porém, realçar que os dados de 2007 não apresentam a pilha como uma alternativa. Entretanto, em 2017, esta aparece como tendo uma importância significativa.

Em 2007, as províncias de Inhambane, Nampula, Manica e Sofala apresentavam mais de 2/3 dos agregados familiares que recorrem aos combustíveis fósseis, como principal fonte de iluminação das habitações. As províncias do Niassa e Maputo possuem mais de 50% dos agregados familiares nessa situação. Os centros urbanos das províncias da Zambézia, Cabo Delgado e Tete apresentam mais de 10% de famílias que usam a lenha para a iluminação das habitações. As cifras mais altas são observadas na Zambézia, onde 20% dos agregados familiares recorre a esta fonte de iluminação. Nesta província, identificam-se casos de cidades (23,2%) com mais agregados familiares que utilizam lenha do que as vilas (12,03%) (Quadro 55).

O uso da electricidade para a iluminação das habitações, em 2007, ainda era muito reduzido, e só a cidade de Maputo é que apresentava uma percentagem acima de 50%. As restantes províncias apresentam menos de 40%, sendo as do norte do país as que registavam percentagens abaixo dos 25% e, Cabo Delgado a província com as mais baixas percentagens (16,9%).

Os dados de 2017 apresentam uma situação de melhoria dos níveis de utilização da electricidade, não havendo registo de províncias com cidades ou vilas com cobertura abaixo dos 33% dos agregados familiares.. As províncias do norte do país continuam a ser as que apresentam situações menos boas. O sul é o mais privilegiado, com excepção de Inhambane que se apresenta mais próxima das condições registadas nas províncias do centro do país (Quadro 56).

As pilhas constituem a segunda principal fonte de iluminação em todas as províncias do centro e norte do país, principalmente no norte. Mais uma vez, a província de Inhambane distancia-se do padrão da sua região.

.....

A RECORRÊNCIA A PILHA SE DESTACA COMO A SEGUNDA PRINCIPAL FONTE DE ILUMINAÇÃO EM TODAS AS PROVÍNCIAS DO CENTRO E NORTE DO PAÍS

Quadro 55: Distribuição percentual das principais fontes de iluminação das habitações nos espaços urbanos, por província, Moçambique 2007

Província		Electricidade	Combustíveis Fosseis	Lenha	Vela	Pilha	Outras fontes
Niassa	Cidade	20,6	57,4	6,0	14,8		1,2
	Vila	14,4	61,2	11,2	12,3		1,0
	Total	19,5	58,1	6,9	14,4		1,2
Cabo Delgado	Cidade	26,0	64,1	7,4	1,7		0,8
	Vila	2,1	69,8	23,5	2,7		2,0
	Total	16,9	66,3	13,5	2,1		1,3
Nampula	Cidade	26,4	69,6	1,6	1,9		0,6
	Vila	7,8	76,8	13,5	1,1		0,9
	Total	20,9	71,7	5,1	1,6		0,7
Zambézia	Cidade	19,1	41,6	23,2	13,9		2,1
	Vila	18,1	57,8	12,0	10,6		1,5
	Total	18,9	45,7	20,4	13,1		2,0
Tete	Cidade	35,2	38,6	8,1	17,7		0,5
	Vila	30,0	39,6	13,4	16,0		1,2
	Total	33,3	38,9	10,0	17,1		0,8
Manica	Cidade	31,4	63,9	0,9	3,5		0,3
	Vila	17,4	74,6	3,0	4,6		0,4
	Total	28,1	66,4	1,4	3,8		0,3
Sofala	Cidade	34,4	61,8	0,5	2,8		0,5
	Vila	9,5	81,3	5,3	2,7		1,3
	Total	29,6	65,6	1,5	2,8		0,6
Inhambane	Cidade	24,5	72,0	0,6	1,9		1,1
	Vila	13,1	73,7	2,5	7,8		2,9
	Total	20,3	72,6	1,3	4,0		1,8
Gaza	Cidade	38,5	40,0	0,7	19,9		0,8
	Vila	34,3	43,6	1,7	19,3		1,1
	Total	37,4	41,0	1,0	19,7		0,9
Maputo	Cidade	40,7	52,8	0,2	5,4		0,8
	Vila	32,9	54,0	1,2	11,4		0,6
	Total	39,3	53,0	0,4	6,5		0,8
Cidade de Maputo	Cidade	62,8	29,5	0,1	7,0		0,6

Fonte: INE, Censo 2007.

É importante realçar que as cidades da província da Zambézia, continuam a apresentar uma percentagem significativa de famílias que iluminam as habitações à base da lenha, apesar de se tratar de espaços urbanos hierarquicamente superiores às vilas.

Quadro 56: Distribuição percentual das principais fontes de iluminação das habitações nos espaços urbanos, por províncias, Moçambique 2017

Província		Electricidade	Combustíveis Fosseis	Lenha	Vela	Pilha	Outras fontes
Niassa	Cidade	41,8	1,0	6,0	11,3	32,3	7,7
	Vila	27,3	0,3	7,1	7,6	48,3	9,3
	Total	38,2	0,8	6,3	10,3	36,3	8,1
Cabo Delgado	Cidade	57,1	2,5	2,3	4,3	28,8	5,0
	Vila	21,7	2,3	7,7	4,0	48,3	16,0
	Total	42,3	2,4	4,6	4,1	37,0	9,6
Nampula	Cidade	42,7	24,1	3,9	6,3	17,9	5,0
	Vila	21,3	18,3	9,5	3,2	39,9	7,8
	Total	36,1	22,3	5,6	5,4	24,8	5,9
Zambézia	Cidade	41,0	5,1	10,3	6,7	31,0	5,8
	Vila	35,6	1,1	5,7	9,4	41,3	6,9
	Total	39,5	4,0	9,0	7,5	34,0	6,1
Tete	Cidade	74,3	0,4	1,9	8,7	12,0	2,7
	Vila	51,6	0,8	4,9	8,3	28,9	5,5
	Total	66,2	0,6	3,0	8,5	18,1	3,7
Manica	Cidade	63,4	6,5	1,1	7,0	18,0	4,1
	Vila	37,1	3,7	2,7	5,2	44,4	7,0
	Total	55,5	5,7	1,6	6,4	26,0	4,9
Sofala	Cidade	74,3	14,1	0,7	4,3	4,6	2,0
	Vila	33,1	7,4	3,7	3,8	46,2	5,8
	Total	65,2	12,6	1,4	4,2	13,7	2,8
Inhambane	Cidade	52,7	14,8	1,2	5,9	17,7	7,8
	Vila	44,2	14,2	2,0	9,5	14,8	15,3
	Total	48,8	14,5	1,5	7,5	16,4	11,2
Gaza	Cidade	73,4	8,0	0,4	12,5	2,2	3,5
	Vila	60,2	16,8	0,6	14,2	3,4	4,9
	Total	68,8	11,1	0,5	13,1	2,6	4,0
Maputo	Cidade	79,6	7,1	0,1	6,4	1,8	5,1
	Vila	67,0	11,7	0,4	12,1	3,4	5,4
	Total	77,2	7,9	0,2	7,5	2,1	5,1
Cidade de Maputo	Cidade	94,5	1,3	0,0	3,3	0,3	0,6

Fonte: INE, Censo 2007.

As alterações significativas, de um censo para o outro, no peso da segunda principal fonte de energia, podem dever-se ao facto de o censo de 2007 não apresentar a pilha como opção, podendo ter sido agregada a outras fontes, possivelmente aos combustíveis fósseis. A pilha, como opção, aparece no censo de 2017 e destaca-se como a principal fonte de iluminação nas habitações.

Recolha de resíduos sólidos

Os espaços urbanos de Moçambique ainda se deparam com dificuldades de gestão de resíduos sólidos, sendo as principais formas de tratamento a queima, o enterramento e a deposição em terrenos baldios. Estas três formas de tratamento são dominantes em todas as províncias, excepto Cidade de Maputo, onde a percentagem de agregados familiares que beneficia da recolha de resíduos sólidos por uma entidade pública, privada ou associação é superior a 80% (Quadro 57).

OS ESPAÇOS URBANOS DO PAÍS AINDA SE DEPARAM COM SITUAÇÕES DEFICIENTES PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS



Quadro 57: Distribuição percentual das principais formas de tratamento de resíduos sólidos nos espaços urbanos, por província, Moçambique 2017

Província		Recolhido CMM	Recolhido Privado/ Ass	Enterra	Queima	Terreno baldio	Outro
Niassa	Cidade	17,7	0,2	12,2	39,2	27,6	3,0
	Vila	4,4	0,0	15,0	60,7	18,1	1,8
	Total	14,4	0,2	12,9	44,7	25,2	2,7
Cabo Delgado	Cidade	22,1	0,1	18,2	36,2	21,7	1,6
	Vila	3,0	0,2	28,4	52,7	13,8	1,9
	Total	14,1	0,2	22,5	43,1	18,4	1,7
Nampula	Cidade	19,6	0,3	17,7	25,0	35,2	2,2
	Vila	3,4	0,3	17,9	46,8	29,5	2,2
	Total	14,5	0,3	17,8	31,8	33,4	2,2
Zambézia	Cidade	11,5	0,1	37,1	33,3	15,5	2,5
	Vila	5,7	0,1	42,3	36,9	13,1	1,9
	Total	9,8	0,1	38,6	34,3	14,8	2,3
Tete	Cidade	33,2	0,4	13,5	27,4	24,1	1,5
	Vila	16,0	1,7	17,4	44,5	17,7	2,7
	Total	27,0	0,8	14,9	33,6	21,8	1,9
Manica	Cidade	17,1	0,1	30,9	27,3	23,1	1,6
	Vila	6,2	0,1	33,3	46,6	11,7	2,2
	Total	13,8	0,1	31,6	33,1	19,6	1,8
Sofala	Cidade	31,2	0,2	49,8	11,0	7,1	0,8
	Vila	3,8	0,5	33,4	47,4	13,4	1,4
	Total	25,2	0,3	46,2	19,0	8,5	0,9
Inhambane	Cidade	10,4	0,2	26,0	47,3	15,0	1,2
	Vila	2,9	0,3	50,8	38,3	7,0	0,8
	Total	7,0	0,2	37,3	43,2	11,4	1,0
Gaza	Cidade	16,3	0,1	28,5	50,1	4,2	0,8
	Vila	4,3	0,2	45,3	46,4	2,6	1,2
	Total	12,1	0,2	34,4	48,8	3,7	0,9
Maputo	Cidade	30,2	2,7	44,1	14,7	7,0	1,4
	Vila	16,1	2,7	22,5	46,5	11,1	1,1
	Total	27,5	2,7	40,0	20,7	7,8	1,4
Cidade de Maputo	Cidade	70,0	12,1	8,7	3,5	3,8	1,8

Fonte: INE, Censo 2017.

Analisando as diferenciações entre vilas e cidades, verifica-se que o serviço de recolha dos resíduos sólidos nas vilas é quase inexistente. Menos de 5% dos agregados familiares indicou esta forma como a principal, salvo as vilas das províncias de Tete e Maputo, nas quais esta forma é superior a 15%.

O terreno baldio tem sido uma alternativa para as famílias residentes nos centros urbanos classificados de cidades, com excepção das províncias de Sofala e Maputo. Contudo, na região sul que esta alternativa tem as percentagens mais baixas.

5.2.3. A SITUAÇÃO DAS CIDADES MOÇAMBICANAS

Os espaços urbanos moçambicanos são constituídos por cidades e vilas. Durante a colonização, apenas as capitais provinciais eram classificadas como. Em 1979, na Iª Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comuns, realizada na cidade

de Maputo, entre os dias 26 de Fevereiro e 3 de Março de 1979, definiu-se como cidades as capitais provinciais e acrescentou-se as cidades de Nacala Porto, na província de Nampula, e Chókwè, na província de Gaza. O censo realizado em 1980 reflectiu esta alteração. Em 1980 o Governo moçambicano atribuiu à cidade de Maputo o estatuto de província (Moçambique 1987).

Em 1987, a partir da Resolução nº 7/87 de 25 de Abril, o Governo decidiu acrescentar mais cidades ao leque das que faziam parte dos espaços urbanos moçambicanos. Nessa resolução, as cidades foram classificadas em 4 níveis e separou-se a cidade da Matola da de Maputo (Quadro 58). Em todas as províncias, excepto Tete e Maputo, pelo menos uma vila ascendeu à categoria de cidade.

Quadro 58: Classificação das cidades moçambicanas

Nível A	Nível B	Nível C	Nível D
Maputo	Beira Nampula	Chimoio	Angoche
		Nacala Porto	Cuamba
		Quelimane	Chibuto
		Inhambane	Chókwè
		Lichinga	Dondo
		Pemba	Gurué
		Tete	Manica
		Xai-Xai	Maxixe
		Ilha de Moçambique	Mocuba
		Matola	Montepuez

Fonte: Moçambique (1987)

É esta a classificação de cidades que passou a vigorar ao nível nacional e adoptada pelo INE nos censos populacionais. Em decretos posteriores, o Governo foi promovendo algumas vilas à categoria de espaços urbanos, alcançando as actuais 68 vilas que compõem parte dos espaços urbanos moçambicanos. Esta forma de conceber os espaços urbanos moçambicanos, mais qualitativa ou político-administrativa, está plasmada na Constituição da República de Moçambique (Moçambique 2004).

Apesar do documento apresentar os critérios utilizados para a classificação das cidades, o mesmo não é claro quanto aos indicadores utilizados para a elevação das vilas à categoria de cidades. Fica implícito que aspectos político-administrativos terão pesado na promoção das vilas. Em relação à classificação das cidades, constata-se que o papel na economia nacional e regional, o nível de desenvolvimento e o potencial de desenvolvimento económico foram tomados como base para a hierarquização urbana. Foi neste contexto que a capital do país passou para o nível "A", devido à sua importância nacional e por ser a capital do país. Em relação As duas cidades de nível "B", Beira e Nampula, constata-se que pesou o seu papel ao nível da região centro e norte, respectivamente.

O Governo decidiu incluir todas as capitais provinciais no nível "C", dada a sua importância na província, e algumas cidades com importância histórico-cultural nacional e internacional, como é o caso da Ilha de Moçambique, e as

com potencial de desenvolvimento económico, como a cidade da Matola e de Nacala Porto. No nível "D" foram adstritas as cidades com um papel de destaque ao nível local e com potencial para impulsionarem a economia nas áreas onde se localizam. Trabalhos de Maloa (2018), Hansine e Arnaldo (2019) e Matos (2021), evidenciam que a definição de cidade e urbano no país não é clara e varia de instituição para instituição. Contudo, apesar de existirem três instituições que, aparentemente, utilizam conceitos diferentes de cidade e urbano, importa referir que a base da definição é administrativa (ou legal), sendo definido pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEF) que, para além de recorrer aos decretos já citados, tem actualizado as vilas que são promovidas à categoria de urbano e, sendo assim, adoptadas pelo INE para efeitos censitários.

Evolução da população

Entre 1997 e 2017, apenas cinco cidades ocuparam as primeiras cinco posições como as mais populosas do país. Nesse grupo, liderado pela cidade de Maputo, estiveram sempre presentes as duas cidades de nível "B". As cidades de Chimoio e Matola, de nível "C", foram as únicas que sempre permaneceram nesse grupo. A mudança de posições no ranking aconteceu no ano de 2007, quando a cidade de Nampula ultrapassou a cidade da Beira, passando a ser a terceira maior cidade do país. A cidade de Chimoio sempre se manteve na 5ª posição (Quadro 59).

Quadro 59: Evolução do ranking da população das cidades, Moçambique 1997, 2007, 2017.

#	Cidade	1997	Cidade	2007	Cidade	2017
1	Maputo	966 837	Maputo	1 094 628	Maputo	1 080 277
2	Matola	424 662	Matola	671 556	Matola	1 032 197
3	Beira	397 368	Nampula	471 717	Nampula	760 214
4	Nampula	303 346	Beira	431 583	Beira	592 090
5	Chimoio	171 056	Chimoio	237 497	Chimoio	363 336
6	Nacala Porto	158 248	Nacala Porto	206 449	Tete	307 338
7	Quelimane	150 116	Quelimane	193 343	Nacala Porto	287 536
8	Tete	101 984	Mocuba	168.736	Quelimane	246 915
9	Xai-Xai	99 442	Tete	155 870	Mocuba	215 296
10	Gurué	99 335	Gurué	145 466	Lichinga	204 720
11	Maxixe	93 985	Lichinga	142 331	Pemba	200 529
12	Lichinga	85 758	Pemba	138 716	Gurué	183 830
13	Pemba	84 897	Xai-Xai	115 752	Xai-Xai	132 884
14	Dondo	61 405	Maxixe	108 824	Maxixe	129 993
15	Angoche	58 263	Angoche	89 998	Cuamba	125 235
16	Cuamba	57 205	Cuamba	79.013	Montepuez	114 271
17	Montepuez	56 433	Montepuez	76 139	Angoche	106 213
18	Mocuba	54 802	Dondo	70 817	Dondo	100 516
19	Inhambane	52 370	Inhambane	65 149	Inhambane	82 119
20	Chokwe	49 730	Chibuto	63 184	Chibuto	72 605
21	Chibuto	46 194	Chokwe	53 062	Chokwe	67 954
22	Ilha de Moçambique	42 407	Ilha de Moçambique	48 063	Manica	65 105
23	Manica	28 568	Manica	36 124	Ilha de Moçambique	64 577

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

No ano de 1997, duas cidades que não eram capitais provinciais, faziam parte das 10 cidades mais populosas do país, nomeadamente a cidade de Nacala Porto e Gurué. Em 2007, três cidades fora da categoria de capital provincial passaram a integrar o ranking das 10 cidades mais populosas, nomeadamente Nacala Porto, Mocuba e Gurué. Deste grupo, duas cidades eram da província da Zambézia. Ou seja, das 10 cidades mais populosas do país, a província da Zambézia contava com três. Para o ano de 2017, a cidade de Gurué perdeu a sua posição, a favor da cidade Lichinga, capital da província do Niassa.

Em relação às cidades menos populosas, constata-se que durante os três censos realizados, as cinco cidades menos populosas mantiveram-se nas últimas posições ao longo do período (1997-2017), havendo alterações de posições entre as cidades de Chókwè e Chibuto e Ilha de Moçambique e Manica. Deste conjunto, duas cidades estão localizadas na província de Gaza (Chókwè e Chibuto).

Quadro 60: Evolução do aumento absoluto da população nas cidades, Moçambique 1997, 2007, 2017.

#	Cidade	1997-2007	Cidade	2007-2017
1	Matola	246 894	Matola	360 641
2	Nampula	168 371	Nampula	288 497
3	Maputo	127 791	Beira	160 507
4	Mocuba	113 934	Tete	151 468
5	Chimoio	66 441	Chimoio	125 839
6	Lichinga	56.573	Nacala Porto	81 087
7	Tete	53 886	Lichinga	62 389
8	Pemba	53 819	Pemba	61 813
9	Nacala Porto	48 201	Quelimane	53 572
10	Gurué	46 131	Mocuba	46 560
11	Quelimane	43 227	Cuamba	46 222
12	Beira	34 215	Cidade de Gurué	38 364
13	Angoche	31 735	Montepuez	38 132
14	Cuamba	21 808	Dondo	29 699
15	Montepuez	19 706	Manica	28 981
16	Chibuto	16 990	Maxixe	21 169
17	Xai-Xai	16 310	Xai-Xai	17 132
18	Maxixe	14 839	Inhambane	16 970
19	Inhambane	12 779	Ilha de Moçambique	16 514
20	Dondo	9 412	Angoche	16 215
21	Manica	7 556	Chokwe	14 892
22	Ilha de Moçambique	5 656	Chibuto	9 421
23	Chokwe	3 332	Maputo	-1 4351

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Analisando os acréscimos da população nos dois períodos em análise, observa-se que duas cidades estiveram, sempre, entre as cinco que conheceram os maiores acréscimos de contingentes populacionais, destacando-se as cidades da Matola e de Nampula que ocuparam as duas primeiras posições. Duas cidades, Maputo e Mocuba, não conseguiram manter-se nas primeiras cinco posições, tendo sido substituídas no segundo período, por Beira e Tete. A cidade de Mocuba é do nível "D" e aparece nas primeiras posições, mas no período seguinte desce para a 10ª posição. A cidade de Maputo passa para a última posição, devido ao crescimento negativo registado no último período (Quadro 60).

No primeiro período, apenas quatro cidades registaram acréscimos de população acima de 100 mil habitantes e no segundo período o número passou para cinco. Cinco cidades registaram desempenhos de crescimento extraordinários, com destaque para as cidades da Beira, cujo tamanho de população acrescida no 2º período cresceu quase cinco vezes, Dondo, Tete e Cuamba (que chegaram a triplicar) e Chimoio (que duplicou). O desempenho da cidade de Chimoio é ainda mais interessante, pois fazia parte das cinco maiores cidades com crescimentos significativos, no primeiro período, e manteve na posição, chegando a duplicar o tamanho da população adicionada, no segundo período.

Quadro 61: Evolução da taxa de crescimento exponencial nas cidades, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Cidade	Província	1997-2007	2007-2017	1997-2017
Lichinga	Niassa	5,1	3,6	4,4
Cuamba	Niassa	3,2	4,6	3,9
Pemba	Cabo Delgado	4,9	3,7	4,3
Montepuez	Cabo Delgado	3,0	4,1	3,5
Nampula	Nampula	4,4	4,8	4,6
Angoche	Nampula	4,4	1,7	3,0
Ilha de Mocimboa do Castelo	Nampula	1,3	3,0	2,1
Nacala Porto	Nampula	2,7	3,3	3,0
Quelimane	Zambézia	2,5	2,5	2,5
Gurue	Zambézia	3,8	2,3	3,1
Mocuba	Zambézia	11,3	2,4	6,8
Tete	Tete	4,2	6,8	5,5
Chimoio	Manica	3,3	4,3	3,8
Manica	Manica	2,4	5,9	4,1
Beira	Sofala	0,8	3,2	2,0
Dondo	Sofala	1,4	3,5	2,5
Inhambane	Inhambane	2,2	2,3	2,3
Maxixe	Inhambane	1,5	1,8	1,6
Xai-Xai	Gaza	1,5	1,4	1,5
Chibuto	Gaza	3,1	1,4	2,3
Chokwe	Gaza	0,7	2,5	1,6
Matola	Maputo	4,6	4,3	4,4
Maputo	Cidade de Maputo	1,2	-0,1	0,6

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

As cidades tiveram, ao longo dos dois períodos, taxas de crescimento positivas, com exceção da cidade de Maputo que teve um crescimento negativo. Sete cidades registaram taxas de crescimento acima dos 4% ao ano, nos dois períodos. Dessas, apenas uma (1) cidade é da região sul (Matola). No primeiro período, as cidades que se encontravam nesta categoria eram Lichinga, Pemba, Nampula e Angoche, da região norte; e Mocuba e Tete, do centro. No segundo período destacam-se Tete, Manica e Chimoio, na região centro; e Nampula, Cuamba e Montepuez no norte. Deste

grupo, sobressai a cidade de Mocuba, que teve uma taxa de crescimento acima dos 11% no primeiro período. No segundo, destacam-se as cidades de Tete e Manica (Quadro 61).

A maioria das cidades com taxas de crescimento abaixo de 2%, localizam-se no sul do país. Das sete cidades com crescimento abaixo dos 2%, no primeiro período, quatro eram no sul do país e, no segundo período, das cinco cidades com taxas de crescimento abaixo dos 2%, quatro eram, também, da região sul.

Quadro 62: Evolução da participação percentual do tamanho da população nas cidades, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Cidade	Província	1997	2007	2017
Lichinga	Niassa	49,2	53,1	47,2
Cuamba	Niassa	32,8	29,5	28,9
Pemba	Cabo Delgado	39,1	41,4	37,9
Montepuez	Cabo Delgado	26,0	22,7	21,6
Nampula	Nampula	40,8	41,4	43,9
Angoche	Nampula	7,8	7,9	6,1
Ilha de Mocambique	Nampula	5,7	4,2	3,7
Nacala Porto	Nampula	21,3	18,1	16,6
Quelimane	Zambézia	38,5	28,8	27,4
Gurue	Zambézia	25,5	21,7	20,4
Mocuba	Zambézia	14,1	25,1	23,9
Tete	Tete	60,6	63,9	64,3
Chimoio	Manica	62,3	66,5	58,9
Manica	Manica	10,4	10,1	10,6
Beira	Sofala	74,7	68,6	64,9
Dondo	Sofala	11,5	11,3	11,0
Inhambane	Inhambane	23,8	23,1	20,3
Maxixe	Inhambane	42,7	38,6	32,2
Xai-Xai	Gaza	37,9	37,0	31,9
Chibuto	Gaza	17,6	20,2	17,4
Chokwe	Gaza	19,0	17,0	16,3
Matola	Maputo	84,0	82,0	81,9
Maputo	Cidade de Maputo	21,7	17,9	12,3

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Analisando o Quadro 62, que apresenta a participação das cidades no tamanho da população urbana ao nível da província, verifica-se que as capitais provinciais concentram a maior parte da população urbana, ou seja, as cidades capitais são os espaços que albergam o maior percentual da população urbana da província. A cidade de Inhambane é a única que, em termos populacionais, não se afirma como a principal cidade.

Em 1997 quatro cidades concentravam mais de metade da população urbana das suas províncias, nomeadamente Tete, Chimoio, Beira e Matola, com 60,6%, 62,3%, 74,7% e 84,0%, respectivamente. Em 2007 as mesmas cidades continuaram a se destacar e, a cidade de Lichinga (53,1%) conseguiu alcançar este feito. Todavia, em 2017, Lichinga volta a sair do grupo, mantendo-se as quatro anteriores cidades (Quadro 62).

O Quadro 62 evidencia que há um segundo grupo de cidades que apresentam uma percentagem de concentração da população urbana abaixo de 50%, mas acima de 33,3%. Estavam neste grupo, em 1997, as cidades de Lichinga (49,2%), Pemba (39,1%), Nampula (40,8%), Quelimane (38,5%), Maxixe (42,7%) e Xai-Xai (37,9%). Em 2007, duas cidades abandonam este grupo, sendo Lichinga, porque aumentou consideravelmente a população, passando a pertencer ao primeiro grupo e a segunda, Quelimane, porque perdeu importância na província, passando a apresentar uma população que tende para o equilíbrio ao nível da província. Em 2017, apenas duas cidades conseguem resistir, nomeadamente Pemba e Nampula. A cidade de Lichinga regressa ao grupo.

É interessante notar que nos dois grupos analisados, Maxixe é a única cidade não capital provincial que concentra um tamanho de população acima dos 1/3 da população urbana provincial. Esta cidade superou Inhambane, a capital provincial, tornando-se o principal centro urbano da província. A sua participação foi maior no ano de 1997, quando superou a barreira dos 40%.

Os dados dos censos têm mostrado que todas as cidades que concentravam as maiores proporções de população urbana foram perdendo a sua influência ao longo do tempo. Nos últimos 20 anos, cidades como Tete, Chimoio, Beira, Pemba, Matola, Lichinga, Maxixe e Xai-Xai perderam o peso da sua participação no conjunto da população urbana da província. Apenas as cidades de Tete e Nampula viram crescer a respectiva participação.

Importa destacar que a província que apresenta uma redistribuição mais equilibrada da população pelas cidades é somente a Zambézia, com proporções da população

urbana divididas quase que equitativamente. As cidades que concentram menos de 10% da população da sua província são Angoche e Ilha de Moçambique, na província de Nampula. A Ilha de Moçambique foi perdendo a sua proporção, chegando a albergar menos de 4%, em 2017.

Densidades demográficas

Um dos indicadores quantitativos utilizados para diferenciar a cidade do campo ou o urbano do rural é a densificação da ocupação do espaço, que pode ser verificado a partir da densidade demográfica. Em 1997, apenas quatro cidades apresentavam uma densidade populacional superior a 1.000 hab/km², oito cidades com densidades demográficas variáveis entre 500 hab/km² e 1.000 hab/km². As restantes cidades possuíam menores concentrações populacionais, com menos de 500 hab/km². Em de 2017, o número de cidades que fazem parte do primeiro grupo passou para 11 cidades e o segundo passou a contar com seis cidades (Quadro 63).



Quadro 63: Evolução da densidade demográfica nas cidades (hab/km²), Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ordem	Cidade	Densidade 1997	Cidade	Densidade 2007	Cidade	Densidade 2017
1	Maputo	3 079	Maputo	3 486	Ilha de Mocambique	3 962
2	Ilha de Mocambique	2 602	Ilha de Mocambique	2 949	Maputo	3 440
3	Quelimane	1 283	Mocuba	2 009	Matola	2 844
4	Matola	1 170	Matola	1 850	Mocuba	2 563
5	Chimoio	983	Quelimane	1 653	Nampula	2 376
6	Nampula	948	Nampula	1 474	Quelimane	2 110
7	Chibuto	797	Chimoio	1 365	Chimoio	2 088
8	Gurue	747	Gurue	1 094	Gurue	1 382
9	Xai-Xai	737	Chibuto	1 089	Chibuto	1 252
10	Mocuba	652	Xai-Xai	857	Tete	1 075
11	Beira	628	Pemba	715	Pemba	1 034
12	Chokwe	547	Beira	682	Xai-Xai	984
13	Nacala Porto	465	Nacala Porto	607	Beira	935
14	Pemba	438	Chokwe	583	Nacala Porto	846
15	Tete	357	Tete	545	Chokwe	747
16	Lichinda	296	Lichinda	491	Lichinda	706
17	Maxixe	282	Angoche	385	Manica	576
18	Manica	253	Maxixe	327	Angoche	453
19	Angoche	249	Manica	320	Cuamba	426
20	Cuamba	195	Cuamba	269	Maxixe	390
21	Dondo	188	Montepuez	222	Montepuez	333
22	Montepuez	165	Dondo	217	Dondo	307
23	Inhambane	162	Inhambane	201	Inhambane	254

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

É interessante notar que em 1997, das quatro cidades com as maiores densidades demográficas do país (acima de 1.000 hab/km²), apenas uma cidade é que não possuía o estatuto de capital provincial. Em 2017, o número passa para quatro cidades, sendo duas da província da Zambézia. Desta forma, a província da Zambézia contribui com três cidades.

No grupo de cidades com densidades abaixo dos 500 hab/km², constata-se que das onze cidades nessa categoria, no ano de 1997, quatro eram capitais provinciais. Todas as cidades da província de Inhambane encontravam-se nesta categoria. Em 2017, apenas uma capital provincial permaneceu e, mais uma vez, as cidades da província de Inhambane continuaram a engrossar o grupo (Quadro 63).

A condição de vida nas cidades

As cidades moçambicanas são os centros político-administrativos e o reflectem o avanço da melhoria das condições de vida dos residentes, sendo, fundamentalmente, as áreas que beneficiam das melhores condições infraestruturais, além de apresentarem uma gestão municipal com responsabilidade nas condições de vida ao nível local. Para medir as condições de vida nos espaços urbanos, utilizar-se-á os indicadores de urbanidade que, de certa forma, reflectem o avanço da modernidade no país, já que a cidade é vista como um espaço mais avançado que o campo.

As condições de habitação dos moradores das cidades moçambicanas ainda continuam longe de serem as melhores, principalmente nas cidades da região norte do país, onde as habitações construídas com materiais precários (palhotas e casas mistas) dominam o tipo de habitação que abriga um número significativo de agregados familiares. Capitais provinciais como Lichinga, Pemba, Nampula, Quelimane e Xai-Xai apresentam mais de metade da sua população que reside nesse tipo de habitação (Quadro 64).

Os domicílios denominados de moradia¹ e flat/apartamento são os melhores tipos de habitação, com as melhores condições de habitabilidade, lembrando a “cidade ocidental”, construída para albergar os colonos. Nos últimos anos,

este tipo de habitação tem-se expandido para a periferia das urbes, em função de uma melhoria da renda de determinados grupos populacionais, que vão abandonando o centro da cidade devido ao agravamento da precariedade das edificações, que não passam por manutenções contínuas, como também pela procura de espaços para a construção de habitação própria. São, geralmente, as capitais provinciais que apresentam as percentagens mais altas deste tipo de habitação (herança colonial), principalmente ao nível das suas respectivas províncias. São 11 as cidades que se destacam com percentagens acima de 10% e, deste grupo, apenas duas (2) cidades não são capitais provinciais, nomeadamente Chókwè e Manica.

Quadro 64: Distribuição percentual do tipo de habitação nas cidades, Moçambique 2017.

Cidades	Moradia	Flat	Palhota	Casa Mista	Casa Basica	Casa Precaria
Lichinda	7,0	0,4	30,4	24,3	37,6	0,4
Cuamba	3,5	0,7	55,8	16,9	22,9	0,3
Pemba	13,1	0,5	10,5	51,9	23,7	0,4
Montepuez	2,8	0,4	38,8	49,0	9,0	0,1
Nampula	8,8	0,8	38,3	25,7	26,4	0,2
Angoche	4,8	0,7	59,6	18,2	16,5	0,2
Ilha de Mocambique	5,6	0,4	62,0	19,5	12,2	0,3
Nacala Porto	6,8	1,1	32,6	37,1	22,3	0,1
Quelimane	11,0	0,8	14,3	47,8	25,6	0,5
Gurue	2,5	0,1	19,9	40,3	36,8	0,4
Mocuba	5,0	0,4	58,7	13,1	22,4	0,3
Tete	14,2	0,4	8,3	8,2	68,7	0,2
Chimoio	12,0	0,4	15,1	20,8	51,3	0,3
Manica	10,4	0,1	6,5	8,5	74,4	0,2
Beira	14,2	3,2	4,8	13,6	63,9	0,3
Dondo	7,1	0,4	19,5	36,2	36,1	0,7
Inhambane	15,0	0,2	13,0	34,9	35,9	1,1
Maxixe	8,9	0,1	9,4	42,5	36,9	2,2
Xai-Xai	19,9	0,1	1,0	54,1	24,9	0,1
Chibuto	8,5	0,1	7,7	33,3	50,4	0,1
Chokwe	17,9	0,2	2,2	43,4	35,4	0,9
Matola	31,4	0,2	0,3	1,6	66,3	0,2
Maputo	28,3	7,8	0,3	1,6	61,8	0,2

Fonte: INE, Censo 2017.

¹ Nesta categoria o INE inclui a casa convencional com casa de banho e cozinha dentro e a casa convencional sem casa de banho ou cozinha dentro de casa.

O tipo de habitação tem relação com a fonte de abastecimento de água e o tipo de saneamento. Em função do tipo de habitação, como a moradia e flat/apartamento, as fontes de abastecimento de água tendem a se adequar a esse tipo de habitação, ou seja, geralmente, nas habitações do tipo moradia e flat/apartamento a principal fonte de abastecimento de água tende a ser a canalizada. Os dados do censo de 2017 demonstram essa relação. As cidades que se destacaram pela

percentagem de famílias residindo em melhores habitações são as que mais beneficiam de água canalizada. As cidades do sul são as que estão em melhores condições, com mais de 60% dos agregados familiares recorrendo este tipo de fonte, exceptuando-se as cidades de Chibuto e Maxixe, que estão abaixo de 40% (Quadro 65).

Quadro 65: Distribuição percentual das principais fontes de abastecimento de água nas cidades, Moçambique 2017.

Cidades	Água canalizada		Fontanário	Furo/ Poço protegido	Furo/ Poço não protegido	Rios/ Lagos	Outras fontes
	Água canalizada	Casa do Vizinho					
Lichinda	14,5	6,2	4,3	31,5	38,0	3,1	2,5
Cuamba	21,6	33,5	13,7	13,1	12,8	4,5	0,9
Pemba	42,0	43,5	7,7	3,4	2,2	0,1	1,1
Montepuez	6,0	5,4	3,8	20,3	62,0	0,9	1,6
Nampula	21,0	29,9	14,4	8,3	22,2	3,0	1,3
Angoche	15,7	20,6	16,2	21,1	25,6	0,6	0,3
Ilha de Mocimboa	14,7	29,7	14,7	9,9	28,9	1,7	0,3
Nacala Porto	16,5	50,3	13,8	4,8	9,9	1,3	3,3
Quelimane	38,3	39,6	17,2	1,6	2,7	0,0	0,7
Gurue	5,7	6,0	2,5	14,0	56,2	7,5	8,1
Mocuba	6,0	5,2	7,8	32,2	31,5	13,0	4,4
Tete	55,3	24,4	8,4	5,3	2,8	3,0	0,8
Chimoio	51,8	16,5	5,7	16,2	9,1	0,1	0,7
Manica	51,3	11,0	9,5	18,4	8,0	0,3	1,6
Beira	54,0	31,7	4,5	4,1	5,0	0,0	0,7
Dondo	27,6	10,7	27,5	20,3	13,0	0,1	0,8
Inhamitanga	59,6	12,8	2,8	13,1	10,6	0,2	1,0
Maxixe	38,0	16,2	20,7	9,6	10,4	0,3	4,7
Xai-Xai	76,0	16,1	4,1	0,9	0,7	1,1	1,1
Chibuto	39,0	5,6	18,4	22,4	8,0	4,1	2,4
Chokwe	82,0	13,1	3,1	0,3	0,1	0,8	0,6
Matola	80,9	8,9	1,5	6,5	0,9	0,0	1,4
Maputo	83,9	8,2	2,8	2,3	0,6	0,1	2,3

Fonte: INE, Censo 2017.

O recurso à torneira do vizinho é uma fonte importante para as cidades do norte do país, alcançando a percentagem de 50% na cidade de Nacala-Porto. É, também, nas cidades do norte do país, onde ainda se regista um número bastante significativo de agregados familiares que recorre a fontes de abastecimento de água inseguras para o consumo. Cidades como Montepuez e Guruè alcançam cifras superiores a 55%.

Os rios, lagos e lagoas ainda são uma fonte de abastecimento de água importante para as cidades de Mocuba, Guruè, Cuamba e Chibuto, chegando a superar a barreira de 10% na cidade de Mocuba. Estes dados são preocupantes, por

revelarem fragilidades no abastecimento de água que podem condicionar a qualidade de vida dos cidadãos.

A situação de saneamento está igualmente relacionada com o tipo de habitação. Geralmente as habitações do tipo moradia e flats/apartamento integram uma retrete com ligação a uma rede pública ou privada. Da análise da situação de saneamento, percebe-se que as cidades com percentagens acima de 10% de agregados familiares residindo em melhores habitações são as que apresentam as maiores percentagens de agregados familiares que recorrem a retretes (Quadro 66).

Quadro 66: Distribuição percentual dos principais tipos de saneamento nas cidades, Moçambique 2017.

Cidades	Retrete com autoclismo ²	Retrete se autoclismo	Latrina ³	Latrina não melhorada	Sem Retrete/Latrina
Lichinda	7,3	2,8	47,4	41,2	1,3
Cuamba	4,1	1,9	36,4	50,1	7,4
Pemba	13,3	4,7	69,6	10,7	1,8
Montepuez	2,6	1,8	28,0	63,1	4,5
Nampula	9,4	3,6	47,6	30,0	9,4
Angoche	5,4	6,2	26,1	23,8	38,6
Ilha de Moçambique	5,8	4,6	26,1	23,1	40,5
Nacala Porto	7,3	2,6	56,2	27,2	6,7
Quelimane	12,4	6,4	65,5	7,4	8,3
Gurue	2,7	2,0	36,6	47,0	11,7
Mocuba	4,6	1,7	36,2	32,8	24,7
Tete	16,2	6,0	68,9	3,7	5,3
Chimoio	12,8	4,0	66,4	14,5	2,3
Manica	10,7	5,4	73,7	8,7	1,6
Beira	18,3	12,7	62,0	3,6	3,4
Dondo	7,6	5,9	56,0	23,6	6,9
Inhambane	17,6	10,8	54,1	14,9	2,7
Maxixe	9,8	5,2	60,9	23,1	1,1
Xai-Xai	21,0	6,5	69,6	2,7	0,2
Chibuto	8,2	5,0	64,3	20,2	2,4
Chokwe	18,9	5,2	69,9	5,6	0,4
Matola	34,1	26,3	38,4	1,0	0,1
Maputo	38,2	31,5	29,3	0,8	0,2

Fonte: INE, Censo 2017.

² De acordo com o INE, esta categoria estão incluídas as retretes com autoclismo dentro de casa e retretes com autoclismo fora de casa

³ De acordo com o INE, esta categoria inclui as latrinas melhoradas e as latrinas tradicionais melhoradas.

As condições de saneamento ainda são uma preocupação para as cidades moçambicanas, principalmente para as cidades da região norte do país, incluindo as cidades da província da Zambézia, onde mais de 30% dos agregados familiares ainda recorrem a latrinas tradicionais precárias. Cidades como Lichinga, Cuamba, Montepuez e Gurué, destacam-se pela negativa, com mais de 40% dos agregados familiares a utilizarem sistemas precários de retretes.

Cidades como Ilha de Moçambique, Angoche e Mocuba registam situações ainda mais graves, pois há um número bastante significativo de famílias que não dispõe de nenhum sistema de saneamento. Para as duas primeiras cidades, localizadas na província de Nampula, constata-se que a ausência de um sistema de saneamento atinge cerca de 40% dos agregados familiares, tornando-se o principal (não)tipo de saneamento.

As cidades do sul e centro do país são as que apresentam melhores condições de saneamento do meio. Condições más de saneamento, encontram-se nas cidades de Chibuto, Maxixe, Inhambane, Dondo e Chimoio com percentagens significativas de agregados familiares que recorrem a latrinas não melhoradas.

Moçambique registou, nos últimos anos, progressos significativos na electrificação urbana, permitindo que, nos últimos 5 anos, se investisse na electrificação rural. Apesar desses avanços, constata-se que ainda há 10 cidades com menos de metade dos agregados familiares a utilizarem a electricidade como a principal fonte de iluminação. A cidade de Nampula é a única capital provincial que faz parte deste grupo, com 44,7% dos agregados familiares e Maxixe é a única cidade da região sul pertencente a estes grupos (Quadro 67).

Quadro 67: Distribuição percentual das principal fonte de iluminação das habitações nas cidades, Moçambique 2017.

Cidades	Electricidade	Combustíveis Fosseis	Lenha	Vela	Pilha	Outras fontes
Lichinda	52,5	1,5	3,4	13,5	21,3	7,9
Cuamba	25,9	0,2	10,0	7,9	48,7	7,4
Pemba	71,9	3,6	1,0	5,7	13,3	4,6
Montepuez	35,4	1,0	4,2	2,2	51,6	5,7
Nampula	44,7	13,5	3,6	6,8	26,2	5,3
Angoche	26,8	49,9	3,9	3,9	7,8	7,7
Ilha de Mocambique	28,6	50,5	6,9	5,3	3,2	5,5
Nacala Porto	46,7	35,7	4,0	6,4	4,0	3,3
Quelimane	68,4	12,9	2,5	7,4	5,2	3,7
Gurue	20,9	0,5	18,2	5,5	46,2	8,7
Mocuba	27,8	0,4	12,1	6,9	47,1	5,8
Tete	74,3	0,4	1,9	8,7	12,0	2,7
Chimoio	62,7	7,7	1,1	7,4	17,3	3,9
Manica	66,9	0,7	1,0	4,6	21,9	4,8
Beira	78,3	11,2	0,5	4,3	4,1	1,6
Dondo	48,9	31,9	2,2	4,7	7,5	4,7
Inhambane	57,6	13,0	1,1	6,0	15,2	7,1
Maxixe	49,3	16,0	1,2	5,8	19,5	8,2
Xai-Xai	81,0	4,5	0,2	11,2	0,9	2,1
Chibuto	54,3	19,4	1,0	14,1	4,7	6,4
Chokwe	77,9	3,2	0,3	13,2	2,1	3,3
Matola	79,6	7,1	0,1	6,4	1,8	5,1
Maputo	94,5	1,3	0,0	3,3	0,3	0,6

Fonte: INE, Censo 2017.

Situações mais preocupantes, com menos de 30% de agregados familiares apontando a electricidade como principal fonte, são registados em cinco cidades, todas localizadas na região norte, nomeadamente Cuamba (25,9%), Angoche (26,8%), Ilha de Moçambique (28,6%), Guruê (20,9%) e Mocuba (27,8%).

O combustível continua a ser importante, destacando-se como principal fonte de iluminação nas cidades de Angoche (49,9%), Ilha de Moçambique (50,5%), Nacala Porto (35,7%) e Dondo (31, 9%). Nas duas primeiras cidades os combustíveis fósseis aparecem como fonte principal, mas aparece na segunda posição relativamente a Nacala Porto e Dondo.

Na região norte do país, constata-se que a pilha é a principal fonte de iluminação para os agregados familiares que vivem nas cidades de Cuamba (48,7%), Montepuez (51,6%), Guruê (46,2%) e Mocuba (47,1%). Capitais provinciais como Lichinga e Nampula apresentam percentagens relativamente altas de agregados familiares que socorrem-se dessa fonte de energia (21,3% e 26,2%, respectivamente).

Em relação à recolha de resíduos sólidos, é importante referir que as principais formas de gestão ou deposição dos resíduos sólidos produzidos pelos agregados familiares são o enterramento, a queima e deposição num terreno baldio (Quadro 68). Geralmente, estas formas de deposição de resíduos sólidos são mais consentâneas com a realidade dos espaços rurais, onde não existem serviços de recolha de resíduos sólidos.

Na maioria das cidades moçambicanas, os resíduos sólidos são recolhidos, principalmente, na chamada "cidade ocidental", que é ordenada e onde reside, geralmente, a população mais privilegiada dos centros urbanos moçambicanos. O Quadro 65 elucida esta realidade, apresentando apenas sete cidades com mais de 1/4 de agregados familiares que beneficiam dos serviços de recolha de resíduos sólidos. Deste grupo, apenas duas cidades não são capitais provinciais, nomeadamente Nacala Porto e Chókwè.

**NA MAIORIA
DAS CIDADES
MOÇAMBICANAS, OS
RESÍDUOS SÓLIDOS
SÃO RECOLHIDOS,
PRINCIPALMENTE, NA
CHAMADA "CIDADE
OCIDENTAL", ONDE É
ORDENADA E RESIDE,
GERALMENTE, A
POPULAÇÃO MAIS
PRIVILEGIADA DOS
CENTROS URBANOS
MOÇAMBICANOS.**

.....

Quadro 68: Distribuição percentual das principais formas de recolha de resíduos sólidos nas cidades, Moçambique 2017.

Espaço urbano	Recolhido pelas Autoridades Municipais	Recolhido por empresa privada / associação	Enterra	Queima	Deita no terreno baldio	Outro
Lichinda	24,0	0,1	12,3	21,6	38,1	3,8
Cuamba	8,3	0,4	12,1	65,6	11,9	1,7
Pemba	30,6	0,2	18,4	22,4	27,0	1,4
Montepuez	9,7	0,1	18,0	56,5	13,9	1,8
Nampula	19,9	0,3	13,9	25,7	38,5	1,8
Angoche	3,8	0,1	17,3	26,2	47,0	5,7
Ilha de Moçambique	14,3	0,1	28,9	19,9	36,1	0,7
Nacala Porto	25,6	0,6	24,9	24,1	22,6	2,2
Quelimane	18,8	0,1	58,8	9,7	11,2	1,5
Gurue	6,0	0,2	17,2	56,8	16,4	3,4
Mocuba	8,0	0,1	30,3	39,2	19,5	3,0
Tete	33,2	0,4	13,5	27,4	24,1	1,5
Chimoio	19,0	0,2	30,1	24,4	24,7	1,6
Manica	7,1	0,1	34,9	42,0	14,7	1,2
Beira	34,2	0,3	48,3	9,0	7,6	0,8
Dondo	12,5	0,2	59,3	23,1	4,2	0,7
Inhambane	16,6	0,1	29,1	31,4	21,1	1,7
Maxixe	6,2	0,2	23,9	58,0	10,9	0,8
Xai-Xai	16,0	0,2	31,0	47,9	4,4	0,6
Chibuto	5,4	0,1	35,3	54,6	3,7	0,8
Chokwe	28,6	0,0	16,0	49,8	4,6	1,0
Matola	30,2	2,7	44,1	14,7	7,0	1,4
Maputo	70,0	12,1	8,7	3,5	3,8	1,8

Fonte: INE, Censo 2017.

Uma das características salientes das cidades moçambicanas é a importância que as actividades do sector primário desempenham no seio das famílias urbanas. Os dados do censo de 2017 revelam que ainda existe um número significativo de agregados familiares que indicaram como sendo as suas principais actividades, as do sector primário. Sete cidades, nomeadamente Cuamba (50,8%), Montepuez (49,5%), Angoche (56,6%), Ilha de Moçambique (54,9%),

Gurué (70,9%), Mocuba (50,0%) e Chibuto (48, 8%) apresentaram cerca de 50% dos agregados familiares a declararem actividades deste sector como sendo as principais. Apesar de nenhuma capital provincial fazer parte deste grupo, importa realçar que a percentagem de agregados familiares que declararam depender de actividades primárias na cidade de Lichinga é bastante alto, chegando a 40,4%. A cidade do Gurué é praticamente uma urbe de agricultores (Quadro 69).

Quadro 69: Distribuição percentual das principais actividades económicas do chefe do agregado familiar nas cidades, Moçambique 2017.

Cidades	Agricultura, Silvicultura e pesca	Actividade industrial	Comércio e finanças	Serviços administrativos	Serviços
Lichinda	40,4	8,6	24,3	14,3	12,5
Cuamba	50,8	8,8	25,1	5,8	9,6
Pemba	8,7	15,1	33,1	15,8	27,3
Montepuez	49,5	10,5	25,5	4,4	10,2
Nampula	24,6	13,7	36,9	7,2	17,6
Angoche	57,6	6,2	26,1	4,3	5,8
Ilha de Mocambique	54,9	11,3	22,6	3,4	7,9
Nacala Porto	31,4	10,9	34,2	3,9	19,5
Quelimane	20,9	9,5	35,2	15,2	19,2
Gurue	70,9	5,5	15,9	3,0	4,7
Mocuba	50,0	7,6	29,4	4,5	8,5
Tete	12,3	16,2	40,2	10,1	21,2
Chimoio	12,3	17,1	36,0	10,5	24,1
Manica	8,5	27,0	35,6	10,2	18,7
Beira	12,0	16,6	24,4	8,0	39,0
Dondo	26,7	16,3	25,1	8,5	23,5
Inhambane	21,7	17,4	20,4	16,2	24,4
Maxixe	29,0	18,3	25,5	8,2	19,1
Xai-Xai	21,0	16,9	25,1	14,5	22,4
Chibuto	48,8	14,2	21,5	4,2	11,3
Chokwe	25,5	15,4	29,7	9,4	20,0
Matola	4,2	22,1	30,1	11,2	32,4
Maputo	4,4	15,8	32,1	11,5	36,3

Fonte: INE, Censo 2017.

Apesar de se registar uma percentagem bastante significativa de famílias urbanas indicando as actividades do sector primário como sendo as principais, há a destacar que existem sete cidades com menos de 15% de agregados familiares que dependem das actividades do sector primário, principalmente nas cidades de Maputo e Matola, com percentagens abaixo de 5%); e Pemba e Manica, com percentagens abaixo de 10%).

Analisada a questão de possuir ou não um espaço para o cultivo agrícola, os dados do censo de 2017 ilustram que 12 das 23 cidades apresentam mais de metade dos agregados familiares

que declararam possuir uma *machamba*. As situações mais extremas são encontradas nas cidades de Cuamba (74,4%), Montepuez (68,6%), Quelimane (70,8%), Gurue (86,6%), Mocuba (82,0%) e Chibuto (69,6%). Das 12 cidades com características mais agrárias, destacam-se quatro capitais provinciais, nomeadamente Lichinga, Quelimane, Chimoio e Xai-Xai e todas as cidades da Zambézia, cuja população é praticamente constituída por moradores com forte ligação à agricultura (Quadro 70).

Quadro 70: Distribuição percentual das principais actividades económicas do chefe do agregado familiar nas cidades, Moçambique 2017.

Cidades	Tem machambas	
	Sim	Não
Cidade de Lichinda	60,5	39,5
Cidade de Cuamba	74,4	25,6
Cidade de Pemba	23,8	76,3
Cidade de Montepuez	68,6	31,4
Cidade de Nampula	42,8	57,2
Cidade de Angoche	54,8	45,3
Ilha de Mocambique	62,6	37,4
Nacala Porto	45,8	54,3
Cidade de Quelimane	70,8	29,2
Cidade de Gurue	86,6	13,4
Cidade de Mocuba	82,0	18,0
Cidade de Tete	25,3	74,7
Cidade Chimoio	54,1	45,9
Município de Manica	47,4	52,6
Cidade da Beira	34,1	65,9
Cidade de Dondo	64,0	36,0
Cidade de Inhambane	46,5	53,5
Cidade de Maxixe	48,0	52,1
Cidade de Xai-Xai	49,7	50,3
Cidade de Chibuto	69,6	30,4
Cidade de Chokwe	38,4	61,6
Cidade da Matola	16,3	83,7
Cidade de Maputo	17,8	82,2

Fonte: INE, Censo 2017.

Estes dados evidenciam que as cidades moçambicanas continuam a albergar um número significativo de famílias que dependem da agricultura. É importante realçar que muitos dos espaços urbanos moçambicanos incorporam uma vasta área, considerada de expansão que, muitas vezes, é utilizada para o desenvolvimento da agricultura. Também é comum, nas famílias dos funcionários públicos ou daqueles que dependem de actividades comerciais, os parceiros(as) se dedicarem à agricultura, como uma forma de complementar as despesas alimentares, evitando que os baixos salários auferidos sejam canalizados para a compra de bens que podem ser produzidos pela família. Negrão (2008) já destacava que a agricultura era a única actividade em que as famílias tinham o controle e a garantia que poderiam confiar para suprir as suas necessidades de sobrevivência.

Uma outra característica das cidades moçambicanas é o papel do Estado na dinâmica da economia urbana, ou seja, na oferta de emprego. Os dados do Censo de 2017 evidenciam que a participação do Estado na oferta de postos de emprego é relativamente alta, com percentagens próximas de 20%. Cinco cidades, que são capitais provinciais, destacam-se nos empregos públicos, nomeadamente Lichinga (14,3%), Pemba (15,8%), Quelimane (15,2%), Inhambane (16,2%) e Xai-Xai (14,5%). Todas elas (Quadro 69).

5.2.4. URBANO E CIDADE EM MOÇAMBIQUE

O urbano em Moçambique

A definição de urbano e cidade, no mundo, não é uniforme, podendo se encontrar vários critérios utilizados para os conceituar. Alguns países privilegiam os critérios quantitativos e outros os qualitativos. Mas, há também países que optam pela combinação dos dois critérios. A AfDB, OECD e UNDP (2016) identificou quatro critérios utilizados no continente, nomeadamente: (i) tamanho da população; (ii) critérios administrativos e/ou políticos; (iii) proporção de actividades agrícolas; e (iv) Actividades socio-económicas. A mesma fonte indica que a maioria dos países utiliza o tamanho da população urbana, seguido dos critérios político-administrativos. Apesar de se considerar que o tamanho da população que reside em espaços urbanos poderia ser o critério de maior facilidade para a comparação entre os países, constata-se que as dimensões mínimas são variáveis entre os países que o adoptam.

A Constituição da República de Moçambique, no ponto 2 do artigo 7, determina que os espaços urbanos moçambicanos se estruturam em cidades e vilas (Moçambique 2004: 544). O documento não esclarece quais seriam os critérios a serem usados para a definição de cidades e vilas. A Resolução nº 7/87, de 25 de Abril recorre ao critério político administrativo para a definição do que seriam as cidades. Os critérios utilizados para a definição de cidade tinham em atenção os aspectos políticos, económicos, sociais, culturais, densidade de população, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de actividades de comércio, educação e saneamento.

A miscelânea de critérios e a falta de uma definição clara dos indicadores e parâmetros utilizados, complica qualquer avaliação que possa ser efectuada para a compreensão da promoção de vilas à categoria de espaços urbanos. Apesar de serem apresentados os aspectos tomados em conta na definição do urbano no país, fica claro que pesa mais o aspecto político-administrativo.

Em 1988, Araújo propôs uma definição de urbano que poderia ser adoptada em Moçambique, tendo em conta as condições socio-económicas. Para o autor, os espaços urbanos devem ser definidos como "os aglomerados populacionais com 10.000 e mais habitantes, cuja actividade económica principal não pertença ao sector agrário, e com uma infraestrutura socio-económica e administrativa considerada mínima" (Araújo 1997: 22).

A proposta de Araújo (1997), que aparenta estar ajustada à realidade moçambicana, não foi adoptada pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP). Analisando os critérios tomados pelo MAEFP na definição de centros urbanos, é possível constatar que os aspectos levantados por Araújo não foram assumidos. E, como o INE se socorre da decisão estabelecida pelo MAEFP, então acaba arrastando os espaços definidos como urbanos para serem aplicados nos censos realizados, como consta nas publicações dos resultados definitivos.

Da definição de Araújo, é possível identificar três critérios principais, nomeadamente: (i) tamanho mínimo de população; (ii) proporção da população não agrícola; e (iii) existência de infraestrutura socio-económica e administrativa mínima. Dos três critérios, verifica-se que apenas o primeiro é mais claro, com parâmetros definidos, o que facilita a sua aplicação. Em relação aos restantes dois, apesar de estarem ajustados à realidade moçambicana, seria importante que se definissem indicadores e parâmetros mais próximos da realidade, com vista a facilitar a materialização do conceito.

Com base na definição proposta por Araújo, considera-se importante ajustá-la ao actual contexto do país, revendo o último critério. Consideramos ser bastante vaga a inclusão dos aspectos administrativos mínimos na definição, pois as sedes distritais, todas, já contam com uma infraestrutura administrativa mínima, o que não influenciaria o conceito de urbano. Em substituição deste critério, incluir-se-ia o critério histórico, como forma de valorizar as vilas que tiveram um papel de destaque na história do país e que têm um reconhecimento nacional e (nem sempre) internacional. Este critério seria utilizado excepcionalmente para a definição de cidades e vilas urbanas, quando esses espaços não reunissem as condições mínimas dos critérios definidos.

Em função das informações apresentadas ao longo do relatório, e da caracterização de espaços urbanos, foram levantadas algumas inconsistências na definição dos mesmos. Os autores deste relatório propõem os seguintes critérios para a definição de espaços urbanos (Quadro 71), bem como os indicadores e parâmetros a serem utilizados:

Quadro 71: Critérios e indicadores para a definição de espaços urbanos

#	Critério	Indicador	Parâmetro
1	Demográfico	Tamanho da população	Mínimo de 10.000 habitantes
		Densidade demográfica	Mínimo de 100 habitantes por km ²
2	Proporção de população não agrícola	Percentual de população não agrícola	Menos de 45% dos AF indicando a agricultura como principal actividade
			Menos de 60% dos AFs com machambas
3	Infraestrutura socioeconómicas	Infraestruturas sociais	Ter 1 hospital de nível rural
			Ter no mínimo 1 escola do nível pré-universitário
			Ter pelo menos 30% dos AF recorrendo a electricidade para iluminação
			Ter pelo menos 30% dos AF recorrendo a água canalizada como principal fonte
		Infraestruturas económicas	Ter no mínimo uma agência bancária

Estes critérios ajudariam a definir os espaços urbanos, de forma mais objectiva e ajustada à realidade. O cumprimento dos critérios implicaria a transição de uma vila rural para uma vila urbana. O critério histórico não faria parte dos critérios mínimos para a definição dos espaços urbanos. Este só seria recrutado nas situações em que determinadas vilas, não respondendo a todos os critérios, apresentariam uma forte componente histórica, reconhecida pelo país (e quiçá ao nível internacional). Nestas condições, a vila transitaria para um espaço urbano pelo critério histórico.

Os critérios definidos devem ser considerados em conjunto, pois seria um equívoco estabelecer uma classificação que responderia a apenas alguns desses parâmetros. Sendo assim, os espaços urbanos seriam os aglomerados urbanos com um mínimo de 10 000 mil habitantes, com uma densidade demográfica mínima de 100 habitantes por quilómetro quadrado, albergando um máximo de 45% da população a trabalhar em actividades do sector primário e com uma infraestrutura socio-económica considerada mínima.

Os indicadores e parâmetros identificados para a definição dos espaços urbanos encontram-se disponíveis nos censos realizados no país. O critério socio-económico seria o único em que parte dos parâmetros utilizados para responder aos indicadores não estariam disponíveis nos censos realizados pelo INE. Contudo, são informações que poderão ser obtidas no Ministério da Saúde, Ministério da Educação e no Banco de Moçambique ou ao nível das agências bancárias, caso o INE não disponha dessa informação.

Em relação aos dois primeiros critérios, os parâmetros desenhados estão contidos no censo de 2017. Porém, é necessário levantar alguns inconvenientes que os parâmetros estabelecidos podem enfrentar, nomeadamente:

- Critério demográfico: neste critério foram estabelecidos dois parâmetros, um referente ao tamanho da população da área, e outro à densidade demográfica. É de notar que estes dois critérios estão relacionados, o que significa que a existência de um constrangimento num, acaba afectando o outro. Actualmente os espaços urbanos, em termos de território, referem-se aos espaços dos limites políticos administrativos de localidade, posto administrativo e distrito. Esta definição, que não reflecte necessariamente, o espaço real do município, já que as áreas dos espaços municipais correspondem às áreas das cidades e vilas, acabam por incluir espaços rurais nos limites dos espaços urbanos. Esta situação é bastante comum nas cidades que o INE classifica como posto administrativo ou mesmo como distrito. São exemplos os casos das cidades de Angoche, Nacala Porto, Chibuto, Maxixe, Mocuba e Gurué. Para estas duas últimas cidades, o trabalho de Matos (2021) já descortinava a preocupação, quando analisou os espaços urbanos da província da Zambézia. Esses equívocos, que aparecem em alguns espaços urbanos, deturpam o tamanho da população urbana, a área do espaço e as características que os mesmos vão apresentar.
- Proporção da população não agrícola: para este critério, definiu-se dois parâmetros que foram captados pelo censo de 2017. O primeiro refere-se às principais actividades

económicas desenvolvidas pelo chefe do agregado familiar e o segundo capta se o agregado familiar possui uma machamba. Este parâmetro é fundamental porque permite apreender situações em que um chefe de agregado familiar indica o comércio como principal actividade, mas ela se centra na comercialização de produtos agrícolas, ou mesmo a machamba acaba sendo importante na garantia da segurança alimentar, sustentando a ideia defendida por Negrão (2008), que sentencia que a família rural moçambicana nunca abandona a agricultura, apenas gerencia a actividade em função de outros rendimentos provenientes de outras fontes. Seria importante incluir o local onde se encontra a machamba (indicador captado pelo censo de 2017), com vista a ilustrar se os espaços de cultivo se encontram na urbe ou fora dela. O facto de as cidades e vilas de Moçambique estarem alinhadas com a divisão política e administrativa, poderá ajudar a compreender que parte dos espaços das urbes são utilizados para o desenvolvimento da agricultura. Esta não seria uma agricultura urbana, mas sim rural pois desenvolver-se-ia nas áreas rurais, podendo ser por moradores que vivem na área municipal urbana ou os residentes na área municipal rural. Apesar do censo conter uma pergunta que capta a localização da machamba, constatou-se que a mesma não diferencia se a machamba está no município (ou no espaço urbano) ou se está no distrito, mas fora do espaço urbano. Esta diferenciação seria muito importante para se obter uma visão mais próxima da importância da agricultura nas famílias urbanas.

A rede urbana

Um dos aspectos que os vários pesquisadores têm discutido para os espaços urbanos é a sua diferenciação, que pode tomar várias vias. Os caminhos que se adoptam podem ser caracterizados pela distinção dos centros urbanos “em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidades e regiões” (Rodrigues e Silva 2007: 52).

A primeira tentativa de diferenciação das cidades moçambicanas, ou seja, a sua hierarquização, foi estabelecida pela Resolução nº 7/87 de 25 de Abril, que caracterizou as cidades moçambicanas em quatro níveis, uma diferenciação que teve em atenção os aspectos político-administrativos e económicos. Esta hierarquização das cidades moçambicanas foi adoptada pelas mais diversas instituições públicas e passou a ser a referência.

HOJE, O ESPAÇO URBANO MOÇAMBICANO É CONSTITUÍDO PELAS 23 CIDADES JÁ IDENTIFICADAS NAQUELA

É interessante notar que a hierarquização apresentada pela resolução estava em sintonia, mesmo não referenciada, com o tamanho da população residente nos espaços urbanos moçambicanos. Apesar de ser uma classificação criada em finais da década de 80, consegue-se perceber que a sua definição teve em atenção os aspectos económicos e a importância político-administrativa e social que as cidades tinham no seu entorno e reflectindo as condições socio-económicas e políticas do país. Ou seja, havia uma hierarquização bem visível, mais próxima ao estilo desenvolvido por Walter Christaller, que desenvolveu a conceituada “Teoria dos Lugares Centrais”.

Esta rede urbana nacional era constituída apenas por cidades, com importância nacional, regional, provincial e local. No trabalho apresentado pelo Banco Mundial (2010), constata-se que a hierarquização não incluía as vilas, e que muitas delas foram incorporadas depois da resolução de 1987. Hoje, o espaço urbano moçambicano é constituído pelas 23 cidades já identificadas naquela Resolução e acrescentam-se mais 68 vilas que foram sendo introduzidas, paulatinamente. Depois da introdução das vilas, não se procedeu a nenhuma actualização da hierarquia urbana, com vista à classificação dos novos centros urbanos adicionados.

De 1987 até à realização do censo de 2017, os espaços urbanos passaram por dinâmicas importantes, não só ao nível demográfico, mas também por processos de aglomeração urbanas, formando situações de aglomeração com conurbação e metropolização, dando uma nova cara ao processo de urbanização nacional.

AO LONGO DESSE PROCESSO, E PRINCIPALMENTE A PARTIR DE 2007, A CIDADE DE MAPUTO INICIA UM PROCESSO DE CONURBANÇÃO COM OS MUNICÍPIOS DA MATOLA, BOANE E MARRACUENE.

A urbanização moçambicana, como a maior parte da urbanização no continente, gerou redes macrocéfalas, comandadas por cidades primazes, ou seja, cidades com tamanhos duas ou três vezes maiores, demográfica e economicamente, que aquelas imediatamente abaixo. Esta foi a situação pela qual o país passou, desde os anos de 1970. Com o tempo, a importância da cidade de Maputo, que desempenhava o papel de cidade primaz, foi reduzindo a sua grande influência, principalmente ao nível demográfico.

Porém, se analisarmos a redução da enorme influência da cidade de Maputo ao longo do tempo, ignorando-se a dinâmica de urbanização local-regional, perder-se-á a real dimensão do fenómeno urbano no país. Ao longo desse processo, e principalmente a partir de 2007, a cidade de Maputo inicia um processo de conurbação com os municípios da Matola e Boane e a vila de Marracuene. É claro que a conurbação de Maputo e Matola já era visível desde os censos de 1970, quando o espaço urbano de Maputo incluía a cidade da Matola. Esta diferenciação veio a se materializar no censo de 1997, como se fosse possível compreender estas duas cidades separadas uma da outra.

A conurbação de Maputo com os três municípios permitiu-lhe alcançar o estatuto de metrópole, por se ter destacado como a cidade grande e com uma influência económica nacional e internacional. A ausência de espaços para albergar novos investimentos económicos e habitações familiares, associada às deseconomias de aglomeração, permitiram que os municípios próximos se tornassem espaços privilegiados para

acolher, não só os investimentos económicos, mas também para se tornarem áreas de forte imigração (de quem é forçado a abandonar a cidade de Maputo ou de quem pretende conquistar as oportunidades oferecidas pela cidade). Estas dinâmicas são bastante importantes para a compreensão da necessidade de se actualizar a hierarquização definida em finais da década de 80.

A região metropolitana de Maputo concentra pouco mais de 25% da população urbana nacional, tornando-se, no espaço urbano primaz, já que o segundo centro urbano do país, a cidade de Nampula, concentra menos de 9% da população urbana.

Com base nestas dinâmicas, os autores deste relatório consideram diferenciar as cidades em cinco principais grupos, com as seguintes características:

- **Metrópole Nacional** – constituída pela Região Metropolitana de Maputo, que acolhe os seguintes centros urbanos: cidade de Maputo; cidade da Matola, vila de Boane e vila de Marracuene. Este espaço urbano concentra um quarto da população urbana nacional e estão interligados, espacialmente, a partir do processo de conurbação, como dos movimentos pendulares;
- **Capital Regional** – neste grupo estão as cidades de Nampula e Beira, que são os centros urbanos mais importantes da região norte e centro do país, concentrando um número significativo da população urbana nacional e regional, sendo também, importantes centros económicos e sócio-culturais das respectivas regiões;
- **Centros Provinciais** – serão constituídos pelas cidades capitais provinciais. Estas cidades, geralmente, concentram as infraestruturas sociais e económicas mais importantes das respectivas províncias. Apesar de algumas cidades apresentarem um contingente populacional inferior a outras que não são capitais provinciais, constata-se que estas cidades reúnem os centros de decisão político-administrativa, os centros culturais, assim como os principais serviços de saúde e educação de nível hierárquico superior para atender a demandas provinciais. É nas cidades províncias onde se localizam as sedes provinciais das instituições bancárias;
- **Centros de Zona** – são constituídas por cidades que não são nem capitais regionais, nem provinciais e com desempenhos económicos bastante significativos, chegando a alcançar posições importantes nas províncias

em que se encontram. Estas cidades têm influência zonal, principalmente dos distritos próximos que procuram estes centros como alternativas de acesso a serviços não disponíveis nas sedes dos distritos e nas vilas urbanas; e

- **Centros locais** – são vilas urbanas, com influência local. São centros urbanos que ainda mantêm forte ligação com as actividades do sector primário. Muitos deles considerados urbanos por motivações político-administrativas e, diferenciando-se muito pouco das condições que caracterizam os espaços rurais.

Esta diferenciação das cidades moçambicanas é consentânea com o actual nível de desenvolvimento socio-económico dos centros urbanos do país, como também reflecte a gestão político-administrativa do Estado que, em função das suas articulações, vai condicionando ou formatando esta forma de organizar a cidade.

A urbanização moçambicana no contexto da região oriental

O relatório publicado em 2016 pela AfDB, OECD e UNDP (2016) indica que o continente africano é o que apresenta a menor taxa de urbanização, estando abaixo dos 50% de habitantes residindo em espaços urbanos. Contudo, o mesmo apresenta variações significativas ao nível das regiões do continente, bem como ao nível dos países.

O relatório aponta que no ano de 1950 vivia em espaços urbanos do continente africano cerca de 14% da população africana. Mais de meio século depois, esta percentagem praticamente triplicou, alcançando 40%, em 2014.

Analizadas as cifras apresentadas no relatório, verifica-se que já em 1970, Moçambique encontrava-se muito abaixo da taxa de urbanização do continente, tendo se aproximado às percentagens registadas em 1950, apenas no ano de 1980, quando a população urbana atingiu 13%.

O relatório publicado em 2016, com informações de referência para o ano de 2014, três anos antes da realização do censo de 2017, demonstra que os níveis de urbanização do país encontravam-se abaixo da média registada no continente. O grau de urbanização registada no censo de 2007 estava mais próximo do registado no ano de 1990. Ao nível da região da África Oriental, o país apresenta-se melhor, superando a média regional (25%). Este nível de urbanização, abaixo da média continental, permitiu aos autores do relatório classificarem Moçambique como um país de urbanização tardia.

O relatório divide os países africanos em quatro grupos, tendo em conta três principais indicadores, nomeadamente: (i) níveis de urbanização, (ii) taxa de fecundidade e (iii) o nível de rendimento. Com base nesses indicadores, os países africanos dividem-se em diversificadores, todos os países com níveis de urbanização que variam entre 40% e 67%, estando prestes a concluir a transição demográfica e apresentam um rendimento médio per capita acima de 10.000 dólares americanos. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é superior a 0,60; os urbanizadores precoces, são todos aqueles países que conseguiram fazer progressos na urbanização e na fecundidade, mas sem terem alcançado a diversificação da sua economia. A urbanização está entre 35% e 50%, com fecundidade total de cerca de cinco filhos. Apresentam um rendimento médio per capita variando de 1.000 a 4.000 dólares americanos e um IDH que varia de 0,40 a 0,57); urbanizadores tardios, grupo constituído pelos países que ainda são predominantemente rurais, contudo, deram os passos para iniciar a sua urbanização, assim como a transição da fecundidade. São países com menos de um terço da população vivendo em espaços considerados urbanos e apresentam taxas de fecundidade a rondar entre quatro e seis filhos. Os rendimentos médios per capita são baixos, variando de 1.000 a 3.500 dólares americanos e apresentam valores IDH situados entre os 0,38 e 0,54; e, finalmente, os agrários, constituídos pelos países predominantemente rurais, que ainda se encontram num estágio muito precoce de urbanização e de transição de fecundidade. São países com menos de um terço da sua população residindo em espaços urbanos e as mulheres têm pelo menos 6 filhos. Os rendimentos médios per capita estão abaixo de 1.900 dólares americanos e apresenta um IDH que varia entre os 0,34 e 0,48).

De acordo com os dados apresentados pelo relatório, Moçambique, como parte dos países da África Oriental, integra o grupo de países classificados como urbanizadores tardios. Olhando para os dados do censo de 2017, onde muito pouco se avançou na urbanização, pode-se considerar que o país continua a reunir as condições para se manter nesse grupo.

Apesar de Moçambique se situar abaixo da média do continente (40%), os dados demonstram que se encontra melhor posicionado em relação à média dos países da região. Em 2014, o relatório da UN Population Division (2015), indicava que a África Oriental apresentava uma taxa de urbanização de 25%, ou seja, cinco pontos abaixo de Moçambique. Dos 21 países que compõem a região, o relatório indica que Moçambique ocupava a posição número 10.

Sendo que apenas três países apresentavam um grau de urbanização acima dos 50%, nomeadamente Ilhas Reunião (95%), Djibuti (77%) e Seicheles (54%). Importa destacar que Moçambique apresentava percentagens muito próximas às dos países vizinhos, como a Tanzânia (31%), o Zimbábwe (33%) e Madagáscar (34%) e se distancia da Zâmbia (40%) e do Malawi (16%) (Quadro 72).

Quadro 72: Grau de urbanização e taxa de crescimento na África Oriental, 2016

Países	2014	2015-2020	2010-2015
África	40	2,4	2,5
África Oriental	25	2,7	2,7
Burundi	12	3,0	3,2
Cômoros	28	2,2	2,4
Djibuti	77	1,4	1,5
Eritreia	22	2,7	3,2
Etiópia	19	2,4	2,6
Quênia	25	2,5	2,7
Madagascar	34	2,7	2,8
Malawi	16	2,8	2,8
Maurícias	40	0,3	0,4
Mayotte	47	2,4	2,7
Moçambique	32	2,4	2,5
Reunião	95	1,0	1,2
Ruanda	28	2,6	2,7
Seicheles	54	0,4	0,6
Somália	39	2,8	2,9
Sudão do Sul	19	2,6	4,0
Uganda	16	3,2	3,3
Tanzânia	31	2,9	3,0
Zâmbia	40	3,2	3,2
Zimbabwe	33	2,6	2,8

Fonte: UN Population Division (2015)

Embora o relatório mostre que em 2014 Moçambique apresentava uma taxa de crescimento urbano de 2,55%, posicionando-o na 15ª posição do ranking dos países da região, importa destacar que não reflecte a realidade do censo de 2007, que apresentava uma taxa de 3,23%, ou seja, cerca de 1 ponto de diferença. Assumindo os dados do censo de 2007, verifica-se que o país apresenta uma taxa de crescimento que o colocaria nas posições cimeiras, entre os cinco países que apresentam as maiores taxas de crescimento da região, estando na companhia de Sudão do Sul (4,0%), Uganda (3,3%), Zâmbia (3,2%), Eritreia (3,2%), Burundi (3,2%) e Tanzânia (3,0%). A taxa de crescimento da população urbana registada no ano de 2007, é superior às taxas médias no continente (2,5%) e na região (2,7%).

Se se analisar a evolução das taxas de crescimento da população urbana no período de 2010 a 2020, dividindo em dois momentos, 2010-2015 e 2015-2020, constata-se, mais uma vez, que os dados do relatório da UN Population Division (2015) não reflectem a realidade dos censos realizados no país, tendo sido subestimado. Assumindo os dados dos censos realizados no país, e comparando com a informação apresentada pelo relatório, verifica-se que todos os países registaram um decréscimo das taxas de crescimento, à excepção da Zâmbia e de Moçambique.

Com base na informação apresentada e apesar de o país registar, nos últimos 10 anos, taxas de crescimento acima da média da região e do continente e com tendência crescente, ao longo do tempo, constata-se que Moçambique continua a registar percentagens menores de população vivendo em espaços urbanos ao nível do continente, mas encontra-se acima da média da região. Apesar da taxa de crescimento ser superior à média do continente e da região, o país continua a ter taxas de crescimento da população rural altas, próximas das taxas de crescimento registadas nos espaços urbanos dos países da região. Em termos absolutos, estas taxas de crescimento têm contribuído para que o aumento da população absoluta rural esteja acima do aumento da população absoluta urbana, comprometendo o processo de urbanização no país.



6. IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS

6.1. Migração

Os resultados da análise sobre migração interprovincial apontam para a prevalência de um padrão de migração interna em Moçambique que vem sendo reportado em estudos anteriores (Araújo 1990; Raimundo e Muanamoha 2013; Feijó 2018; Muanamoha e Raimundo 2018; Ibraimo 2022). Trata-se de um padrão em que as principais correntes migratórias ocorrem no sentido Norte-Centro-Sul, atraídas pelos grandes centros económicos, muito em particular a Cidade-Capital Maputo e a capital da Província de Maputo, Cidade da Matola. Isto justifica o porquê destas duas províncias serem classificadas como áreas de retenção migratória, de acordo com o índice de eficácia migratória calculado por província, com base nos saldos migratórios e volumes de migração registados nos quinquénios 2002-2007 e 2012-2017.

As províncias classificadas como áreas de perda migratória continuam sendo as mesmas de sempre, muito em particular, Gaza, Inhambane, Zambézia e Nampula. As primeiras duas são conhecidas pela sua história secular como as principais emissoras de mão-de-obra no sul de Moçambique, não apenas para o mercado de trabalho local, mas principalmente para a vizinha África do Sul, facto que justifica os volumes consistentes e permanentes de imigração internacional de retorno nestas duas províncias. Nampula e Zambézia sendo as duas províncias mais populosas do país, com limitadas oportunidades de mercado de trabalho local, não constituem estranheza que sejam, também, grandes emissoras de mão-de-obra para o mercado trabalho nacional, principalmente para o centro e sul do país, no caso da Zambézia, e para a área de retenção migratória de Cabo Delgado, no caso mão-de-obra de Nampula. Portanto, o padrão migratório prevalecente traduz assimetrias sócioespaciais, como consequência de concentração de investimentos económicos em determinados espaços em detrimento de outros. Por isso, recomendações a propor do ponto de vista de políticas são no sentido de:

- Direcção dos investimentos económicos para as unidades territoriais onde há carência de emprego, criando infraestruturas produtivas e serviços que proporcionem oportunidades de emprego, assistência social, lazer e recreação, e causem impactos positivos na vida material e social dos cidadãos locais;

- Aumentar o investimento em educação e ciência e tecnologia de maneira descentralizada no território do país, considerando, inclusive, a proposta de hierarquização de redes de cidades proposta neste estudo. Um exemplo de política pública interessante seria a criação de universidades ou centros de ensino superior em cidades de nível superiores, onde ainda não existam este tipo de serviço;
- Aumentar e racionalizar os investimentos em infraestrutura de transporte e aeroportuárias que permitam estimular o investimento económico público e privado e o escoamento da produção, levando-se em consideração a proposta da rede de cidades;
- Promover políticas públicas de melhorias das condições habitacionais – construção de novas moradias e urbanização de assentamentos urbanos informais - com base na utilização de mão de obra local. Além de promover o aumento no bem-estar da população e em suas condições de vida, este tipo de política promove também um aumento nas oportunidades de emprego e renda, por meio dos efeitos de encadeamento para frente e para trás do setor da construção civil.

6.2. Urbanização

A urbanização moçambicana apresentou, ao longo do tempo, dois principais momentos, sendo que o primeiro é caracterizado por um aumento significativo da população urbana, que passou de menos de 5% em 1970 para 29% em 1997. O segundo momento é caracterizado por um abrandamento da taxa de urbanização, registando-se nos últimos 20 anos, ou seja, de 1997 a 2017, apenas acrescentou-se 3 pontos percentuais.

Apesar de registar-se taxas de crescimento populacional acima da registada na área rural, constata-se que o acréscimo da população no espaço rural, em termos absolutos, foi maior do que o registado no espaço urbano, o que vem comprometendo a urbanização no país.

UMA DEFINIÇÃO MAIS FIDEDIGNA DOS ESPAÇOS URBANOS AUXILIARÁ O GOVERNO MOÇAMBICANO A DESENHAR POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS AJUSTADAS ÀS CARACTERÍSTICAS DOS MESMOS, PODENDO INFLUENCIAR NA LEI DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Mesmo com estas taxas de urbanização registadas ao longo do tempo, constata-se que o tamanho de população urbana no país está a ser sobrestimado, principalmente porque os conceitos de urbano utilizados no país não reflectem as condições ou os indicadores de urbanização utilizados neste relatório. O conceito de urbano utilizado pelo INE carrega consigo as inconsistências do conceito definido pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública, que “força” a coincidência dos limites de urbano com os limites político-administrativos de localidade, posto administrativo, distrito e província. Esta definição de urbano, que é igualmente transplantada para a definição de município no país, assumindo-se que o município é um espaço urbano, logo um distrito ou um posto administrativo que tem o estatuto de município (e consequentemente urbano) carrega consigo uma população rural, já que nem sempre esses limites são coincidentes (limites do município e os limites do governo distrital ou do posto administrativo).

As inconsistências na definição de urbano e a sua aplicação acrítica, principalmente pelo Instituto Nacional de Estatística, inflaciona o tamanho da população urbana, consequentemente a urbanização do país. Mas também, esse equívoco descaracteriza os conteúdos da urbanização, colocando os espaços urbanos com características mais próximas das do rural, principalmente, reflectindo-se nos altos percentuais

de população a trabalhar nas atividades do sector primário, residindo em habitações construídas com materiais vegetais ou misturado com o convencional. Também se reflecte nas densidades demográficas, que podem estar a ser baixas, em função das imprecisões dos limites de urbano.

Há uma necessidade de se rever o conceito de urbano, que poderá implicar com a taxa de urbanização do país, assim como com os limites de município, que muitas vezes ou trabalha com mais população, principalmente rural, ou trabalha com menos população, mas que são consideradas de urbanas. Esta revisão do conceito poderia apresentar os conteúdos da urbanização moçambicana mais próximas da realidade, sem a sua deturpação com informação de grupos populacionais que habitam os limites político-administrativos, mas que são predominantemente rurais.

Uma definição mais fidedigna dos espaços urbanos auxiliará o governo moçambicano a desenhar políticas públicas mais ajustadas às características dos mesmos, podendo influenciar na Lei das Autarquias Locais (Lei Nº 2/97 de 18 de Fevereiro), delimitando-se claramente as áreas de intervenção dos municípios, ou seja, assumindo-se que os municípios são espaços urbanos, então a sua área de intervenção se circunscreveria aos espaços delimitados como tal, deixando as áreas rurais para a gestão dos governos distritais.

Assim, ao delimitar melhor as áreas urbanas, será possível estabelecer um planeamento de longo prazo que se materializaria na criação de uma Política Urbana, no qual responderia eficazmente ao objetivo específico para o âmbito urbano definido na Política do Ordenamento Territorial (Resolução nº 18/2007 de 30 de Maio) que estabelece promover “... estratégias de planeamento dos centros urbanos que privilegiem as actividades produtivas, serviços, o plano emprego, a salubridade do meio, a integração espacial das funções residenciais, as actividades culturais e de lazer, o melhoramento das condições de vida nas zonas urbanas discriminadas em termos da sua qualidade ambiental, das suas carências em infraestruturas e serviços e da sua baixa qualidade ambiental, residencial e localização periférica” (Moçambique, 2007, p.204).

A Política Urbana poderia responder aos desafios de urbanização levantados neste relatório, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável, a partir do:

- Estabelecimento de metas graduais de melhoria nos indicadores de urbanização (eletrificação, abastecimento

de água, recolha e tratamento de resíduos sólidos, saneamento, pavimentação e drenagem) que considerem: a) a rede de cidades proposta neste relatório; b) uma lógica de inversão de prioridades de investimento, onde as áreas mais carentes (províncias do Norte e Zambézia) receberiam (proporcionalmente) volumes maiores de recursos; c) prazos e parâmetros previstos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular, aqueles que dizem respeito aos objetivos 6, 7, 10 e 11; e

- Promoção de políticas públicas de melhorias das condições habitacionais – construção de novas moradias e urbanização de assentamentos urbanos informais - com base na utilização de mão de obra local. Além de promover o aumento no bem-estar da população e em suas condições de vida, este tipo de política promove também um aumento nas oportunidades de emprego e renda, por meio dos efeitos de encadeamento para frente e para trás do setor da construção civil.

O relatório aponta para se repensar na regionalização moçambicana, pois os dados das características dos espaços urbanos apontam para a seguinte regionalização: (i) Norte incluiria as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia; (ii) Centro incluiria as províncias de Tete, Manica,

Sofala e Inhambane; e (iii) Sul as províncias de Gaza, Maputo Província e Cidade de Maputo. Esta regionalização possibilitaria tratar os investimentos e prioridades públicas tendo em conta as actuais discrepâncias regionais, com o registo das situações críticas localizadas nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.

Como visto anteriormente, a análise de dados sobre migração internacional restringiu-se apenas à imigração, por não haver informação sobre emigração internacional. Por isso, recomenda-se a inclusão dos dois lados da migração internacional nos próximos censos demográficos de Moçambique. Os censos têm que passar a incluir um quesito sobre a emigração internacional, que permita o estudo completo da migração internacional. Ainda, recomenda-se a inclusão, nos próximos censos demográficos, de um quesito que permita captar os movimentos migratórios que ocorrem entre as duas datas fixas e que, provavelmente, atingem volumes significativos. Por último, recomenda-se a inclusão de quesitos sobre causas migratórias.





7. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS PARA OS PRÓXIMOS CENSOS

Como visto anteriormente, a análise de dados sobre migração internacional restringiu-se apenas à imigração, por não haver informação sobre emigração internacional. Por isso, recomenda-se a inclusão dos dois lados da migração internacional nos próximos censos demográficos de Moçambique. Os censos têm que passar a incluir um quesito sobre a emigração internacional, que permita o estudo completo da migração internacional. Ainda, recomenda-se a inclusão, nos próximos censos demográficos, de um quesito que permita captar os movimentos migratórios que ocorrem entre as duas datas fixas e que, provavelmente, atingem volumes significativos. Por último, recomenda-se a inclusão de quesitos sobre causas migratórias.

REFERÊNCIAS

AfDB; OECD; UNDP. 2016. *Perspectivas Económicas em África 2016: Cidades Sustentáveis e Transformação Estrutural*.

Araújo, M.G.M. 1990. Migrações Internas e o Processo de Urbanização em Moçambique. In: Direcção Nacional de Estatística (org.). *Dinâmica demográfica e processos económicos, sociais e culturais*. Maputo: Comissão Nacional do Plano: 72-66

Araújo, Manuel G. M. 1997. *Geografia dos Povoamentos: Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos*. Maputo, Livraria Universitária – UEM.

Araújo, Manuel G. M. 1999. Cidade de Maputo espaços contrastantes: do urbano ao rural. *Finisterra* XXXIV, 67-68: 175-190.

Araújo, Manuel G. M. 2003. Os espaços urbanos em Moçambique. GEOUSP – *Espaço e Tempo*. São Paulo. Nº 14: 165-182.

Araújo, Manuel G. M. et al. 2008. *Urbanização em Moçambique*. Maputo, Centro de Estudos de População da UEM/UNFPA.

Banco Mundial. 2010. *Desenvolvimento Municipal em Moçambique: Lições da Primeira Década*. Maputo.

Cebola, T., Barbieri, A. F. e Zapata, G. P. 2022. Migrações sul-sul: a recente onda de imigrantes zimbabwianos em Tete – Moçambique (2007 – 2016). *R. bras. Est. Pop.*, v.39, 1-26, e0188, 2022.

Christaller, Walter. Central places in Southern Germany. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs, 1966. 230p.

Elizaga, Juan C. e John R. Macisco. 1975. *Migraciones Internas: Teoría, Método y Factores Sociológicos*, Santiago de Chile, Centro Latinoamericano de Demografía.

Feijó, João 2018. Investimentos económicos, assimetrias sócio-espaciais e movimentos migratórios. In: João Feijó e Inês M. Raimundo (orgs.). *Movimentos Migratórios para Áreas de Concentração de Grandes Projectos*.

Grupo de Foz. 2021. *Métodos Demográficos: uma visão desde os países de língua portuguesa*. São Paulo: Blücher

Hansine, Rogers e Carlos Arnaldo. 2019. *Natureza Demográfica e Consequências do Crescimento Urbano em Moçambique*. Maputo. IESE.

Ibraimo, Mussagy I. S. (2022). Dinâmica migratória e avaliação dos quesitos censitários sobre migrações internas e internacionais em Moçambique: uma análise a partir do censo 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Demografia. Natal

Instituto Nacional de Estatística (INE). 1999. *Resultados definitivos do II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997*. Maputo, INE.

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2010. *Resultados definitivos do III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007*. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz>>.

Instituto Nacional de Estatística (INE). 2019. *Resultados Definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*. Maputo, INE.

Maloa, Joaquim M. 2018. A constituição jurídica do espaço urbano em Moçambique: uma reflexão a partir da norma jurídica. *CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas* 10 (1): 157-170.

Marques, D. e L. Rodrigues. 2006. Emigrantes e imigrantes de Belo Horizonte em relação ao restante da RMBH: uma aplicação do método 'Grade of Membership' (GoM). Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEB, realizado em Caxambu, MG, Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

Matos, Elmer A. C. de. 2021. Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia. *Revista Humanidades e Inovação* 8 (46): 108-121.

Moçambique. 1987. Resolução nº 7/87 de 25 de Abril. Boletim da República. I Série – número 16.

Moçambique. 1997. Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro. I Série – número 7.

Moçambique. 2004. Constituição da República de Moçambique. Boletim da República. I Série – número 51.

Moçambique. 2007. Decreto nº 18/2007 de 30 de Maio: Política de Ordenamento Territorial. Boletim da república. I Série – número 22.

Muanamoha, Ramos C. e Inês M. Raimundo. 2018. Cartografia da Migração Interna em Moçambique entre 1997 e 2007. *REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 54.

Negrão, José. 2008. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres (2002). In: José Negrão (org.). *Repensando a Terra e as Modas do Desenvolvimento Rural*. Maputo, Texto Editores: 151-163.

Raimundo, Inês M. e Ramos C. Muanamoha. 2013. Dinâmica migratória em Moçambique. In: Carlos Arnaldo e Boaventura M. Cau (orgs.). *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: CEPISA: 157-182.

Rodrigues, Maria J. e Francine B. Silva. 2007. Considerações teóricas sobre rede urbana. Geoambiente On-line. Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jatal – UFG. Uberlândia: 49-66.

Uaiene, Rafael. 2015. Caracterização do sector familiar em Moçambique. In: João Mosca (org.). *Sector Familiar Agrário e Desenvolvimento em Moçambique*. Maputo, Editora Escolar: 23-49.

UN Population Division. 2015. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision*. New York, UNDESA. Esta não é a revisão mais recente. [A versão recente não apresenta o detalhe de informações identificadas nesta versão. A versão de 2015 está em sintonia com o relatório utilizado para compreender a dinâmica do continente, informação que não permitiria ser captada na versão recente. Contudo, irei explorar mais para ver se pode ser actualizada numa próxima versão



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine.gov.mz Maputo - Moçambique

